

ALINE BARBOSA DE OLIVEIRA

**Acesso e cidadania:
os usos da internet por jovens de diferentes classes sociais em Juiz de Fora**

Juiz de Fora

2009

ALINE BARBOSA DE OLIVEIRA

**ACESSO E CIDADANIA:
OS USOS DA INTERNET POR JOVENS DE DIFERENTES CLASSES SOCIAIS EM
JUIZ DE FORA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal de Juiz de Fora como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Bruno Fuser

**Juiz de Fora
2009**

Oliveira, Aline Barbosa de

Acesso e cidadania: os usos da internet por jovens de diferentes classes sociais em Juiz de Fora / Aline Barbosa de Oliveira - 2009. 115 f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

1. Comunicação. 2. Tecnologia da informação. I. Título

CDU 316.77

ALINE BARBOSA DE OLIVEIRA

Acesso e cidadania:

os usos da internet por jovens de diferentes classes sociais em Juiz de Fora

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação e Sociedade

Aprovada em 29 / 05 / 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Márcia Vidal Nunes
Instituição: Universidade Federal do Ceará

Prof^a. Dr^a. Marta de Araújo Pinheiro
Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Bruno Fuser – Orientador
Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora

*Aos meus maiores incentivadores, Mael e Rafa, dedico este trabalho. Por vocês, todo meu esforço e todos os momentos difíceis valeram a pena.
Amo vocês.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me carregado no colo nos momentos em que eu não sabia para onde ir.

Muito obrigada.

Ao meu filho Rafael, pelos sorrisos, carinho e compreensão em todos os momentos. A mamãe resolveu fazer mestrado e Deus viu que ela ia precisar de uma forcinha extra. Então,

Ele me deu você, no primeiro ano do curso, com muitos créditos a cumprir e uma dissertação a escrever. Você foi um anjo. Obrigada.

Ao meu marido Abimael, por todo apoio, amor, conforto e compreensão. Você me fez acreditar que eu poderia ir mais além. De certa forma, este trabalho é seu também.

Obrigada.

Aos meus pais, pelo incentivo e apoio desde o início, quando eu nem sabia falar e vocês já se preocupavam com minha formação. Obrigada.

A Fafá e ao Daniel, por terem cuidado do Rafa nas férias para que eu pudesse escrever.

Aos meus irmãos, Gisele e Rodrigo. Aos meus avós Luiz, Arlette e Mamamã (in memorian).

As minhas tias Lydiá, Téia e Ana. Vocês todos foram muito importante na minha caminhada.

Obrigada.

Aos professores Potiguara, Chico, Cláudia, Marta e todos os outros com quem eu tive a oportunidade de aprender, primeiro na graduação e agora no mestrado. Obrigada.

Ao meu orientador, professor Bruno Fuser, por toda a colaboração e boa vontade despendidas ao longo de dois anos de trabalho em conjunto. Obrigada.

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Metodologia	16
3. Da máquina a vapor à internet	21
3.1. <i>História e tecnologia</i>	23
3.2. <i>A Sociedade Industrial</i>	26
3.3. <i>O fordismo</i>	27
3.4. <i>O toyotismo</i>	35
3.5. <i>A revolução da tecnologia da informação</i>	37
3.6. <i>A internet</i>	40
3.7. <i>Internet no Brasil</i>	45
4. Tecnologia e sociedade: a convergência contemporânea	49
4.1. <i>A lógica de redes</i>	51
4.2. <i>Economia em rede</i>	54
4.3. <i>Trabalho flexível</i>	60
4.4. <i>Sociabilidade e cultura</i>	62
4.5. <i>Espaço e tempo</i>	65
4.6. <i>Para quem?</i>	67
5. Sociedade contemporânea e cidadania: uma questão de acesso	68
5.1. <i>Cidadania na Antigüidade</i>	69
5.2. <i>As Revoluções Burguesas</i>	71
5.2.1. <i>Revolução Inglesa</i>	72
5.2.2. <i>Revolução Americana</i>	74
5.2.3. <i>Revolução Francesa</i>	75
5.3. <i>Conquista de direitos: pressuposto para cidadania</i>	75
5.4. <i>Cidadania no Brasil</i>	82
5.5. <i>Direito à Comunicação e construção de cidadania</i>	85
5.6. <i>Acesso: cidadania no século XXI</i>	88
6. Coleta e interpretação de dados	93
7. Considerações finais	104
Referências bibliográficas	111

RESUMO

A pesquisa ocupa-se do uso da internet por jovens de diferentes classes sociais. Propõe uma análise das formas de apropriação da tecnologia, especificamente, da internet, por classes sociais distintas em diversas dimensões de seu cotidiano. O objetivo geral é verificar se há diferenças significativas no uso da internet por jovens de classes sociais distintas e quais fatores determinam as diferenças e/ou as semelhanças. Para tanto, realizamos entrevistas com jovens das classes A, C e D entre 15 e 17 anos no período de 19 de agosto a 01 de outubro de 2008, com uso de questionários semi-estruturados. Utiliza-se do materialismo histórico dialético como metodologia para a identificação dos princípios organizativos da sociedade. Privilegiam-se as reflexões de teóricos como David Harvey e sua análise da passagem do fordismo para o regime de acumulação flexível; Manuel Castells e sua descrição da sociedade da informação; Norberto Bobbio e sua interpretação dos conceitos de Estado e cidadania; André Lemos e sua revisão crítica sobre ciber-socialidade; e César Bolaño, com sua compreensão da economia política, globalização e comunicação. As considerações finais destacam que há significativas semelhanças nos usos da internet por jovens de classes sociais distintas. As maiores diferenças são relacionadas a questões econômicas, como maior consumo de vídeos entre jovens de classe A, que possuem acesso à rede por banda larga. No entanto, entre os que assistem vídeos, os assuntos, a finalidade e a frequência são semelhantes, independente da classe social.

Palavras chave: Comunicação. Tecnologias da informação. Sociedade em rede

ABSTRACT

The research deals with use of the Internet by young people from different social classes. Proposes an analysis of the forms of ownership of technology, specifically the Internet, by social classes in several different dimensions of their daily lives. The general objective is to verify that there are significant differences in the use of Internet by young people from different social classes and what factors determine the differences and / or the similarities. For this, we performed interviews with young people in classes A, C and D between 15 and 17 years in the period from 19 August to 01 October 2008, using semi-structured questionnaires. Use is made of dialectical historical materialism as a methodology to identify the organizational principles of society. Focus is the thinking of theorists like David Harvey and his analysis of the transition from Fordism to flexible regime of accumulation; Manuel Castells and his description of the information society; Norberto Bobbio and its interpretation of the concepts of state and citizenship; André Lemos and his critical review on cyber-sociality; and César Bolaños, with his understanding of political economy, globalization and communication. The final highlight that there are significant similarities in the uses of the Internet by young people from different social classes. The major differences are related to economic issues, such as greater use of videos of young Class A, which have access to broadband. However, among those watching videos, the subjects, the purpose and frequency are similar, regardless of social class.

Keywords: Communication. Information Technology. Society in network

1. Introdução

A presente pesquisa ocupa-se em verificar se há diferenças significativas nas formas de apropriação da tecnologia por jovens de diferentes classes sociais, levando em conta que as tecnologias da informação e comunicação estão intimamente ligadas com a configuração de uma nova sociabilidade. Neste trabalho, optou-se por restringir o objeto de estudo apenas à internet. No século XX e início do XXI a humanidade alcançou avanços técnicos e científicos que se tornaram constitutivos, mesmo que não exclusivos, de alterações nos processos de produção e distribuição de mercadorias, aumentando a quantidade e a intensidade dos fluxos de bens e serviços. Assim, as novas tecnologias, especialmente as de informação e comunicação, deixaram de ser apenas utensílios de produção e passaram a exercer uma multiplicidade de usos. Novas estruturas sociais foram geradas a partir da evolução das tecnologias da informação e comunicação, o que implica em possibilidades de novas formas de geração e apropriação de excedentes e novas relações técnicas e sociais.

A Comunicação como disciplina cresceu com muita consistência nos últimos anos no Brasil ao tempo em que se firmou a compreensão da importância do fenômeno que lhe é objeto. As tecnologias da informação e comunicação desencadeiam alterações sociais e colocam em questionamento os estudos e teorias até então desenvolvidos sobre as relações dos receptores com os produtores das informações. Nas últimas décadas, verificamos um desenvolvimento dos suportes tecnológicos sem precedentes na história. Com isso, o processo comunicacional baseado na bipolaridade emissor x receptor pode não atender à realidade que se instaura a partir das novas formas de comunicação. As tecnologias da informação e comunicação possibilitaram processos de representação que conduzem a múltiplas significações, tornando os atores mais capazes de intervir socialmente. As redes instauram uma nova maneira de se perceber o emissor e o receptor, que passam a ser interativos no processo comunicacional.

Durante muito tempo, o conceito de comunicação foi baseado na Arte Retórica de Aristóteles, na qual ele discute o papel do orador (FONTE), como se constrói uma mensagem (MENSAGEM) e a quem se destina essa mensagem (DESTINO). Nas décadas de 30 e 40 foi acrescentado um novo elemento: o CANAL, que, em parte, não possibilita o debate. A própria teoria funcionalista desenvolve,

posteriormente, o argumento de que ocorreria um “retorno” nesse processo comunicacional, o feed-back, com possibilidades de produzir alterações no emissor, e, por conseqüência, na mensagem que ele passaria a emitir a partir de então. O fato da teoria funcionalista se preocupar em medir índices de audiência, em matematizar a comunicação já é prova de que não via o receptor como um ser totalmente passivo, pois, se assim fosse, ele – receptor – veria o que fosse dado e não teria preferências. Apesar de ter sido criada a partir da crença na onipotência da mídia, a teoria funcionalista – ou Mass Communication Research – não deixou de relativizar os efeitos da mídia sobre os receptores.

Na perspectiva da teoria funcionalista (MATELLART, 2004) o receptor é visto como um elemento quase passivo em um processo de comunicação. Isto é o que mostram os estudos desenvolvidos nas décadas de 30 e 40 pela escola norte-americana, com base no modelo dos efeitos, aplicados nas análises que envolviam o comportamento dos receptores em função de determinadas campanhas publicitárias. A comunicação era baseada no modelo mecanicista, segundo o qual comunicar era fazer chegar uma informação de um pólo a outro, com o mínimo de interferência. Este processo concebia o receptor como um ser sujeito a manipulação, mas que já apresentava alguma participação no processo comunicativo, mesmo sendo apenas enquanto índice de audiência. Aliás, ainda hoje existem estudiosos para os quais prevalece a idéia de que o receptor continua sendo um elemento quase passivo na comunicação, como se a ele – o receptor – bastasse o papel de um mero espectador. Atualmente, para a maior parte dos estudiosos, o modelo mecanicista é deixado de lado e o receptor passa a ser visto como uma instância ativa na comunicação. Nesta perspectiva, é reconhecido como produtor de sentido, sendo, portanto, alguém que não só recebe, mas que também interfere nas mensagens. Ao apropriar-se destas, deixa marcas que irão interferir nos seus conteúdos, transformando-as. Desta forma, ambos – emissor e receptor – tornam-se produtos das operações enunciativas ou construções discursivas, que, por sua vez, são estruturadoras de sentido.

Os dispositivos de enunciação mostram, portanto, que nenhum efeito de sentido é automático ou da ordem de uma relação linear causa/efeito, mas que, ao mesmo tempo, há efeitos de sentido que, por sua vez, estes têm relação com as propriedades da mensagem e cabe ao receptor reconhecê-las ou não. A mensagem, assim, é apenas um ponto de passagem dentro do processo comunicacional. Neste

sentido, emissor e receptor nunca podem ser vistos isoladamente, mas como elos do processo de comunicação. Além disso, como ambos são perpassados pela história, tem que se levar em conta o sujeito social e histórico que existe em cada um, já que estes elementos também estarão presentes na disputa pelo sentido.

Os processos de comunicação, a partir do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, não se restringem à ciência Comunicação, mas ultrapassam a fronteira disciplinar e alteram a sociedade e trazem não apenas a questão da sofisticação, mas principalmente uma outra forma de se perceber as relações sociais. A interatividade não emerge somente na esfera técnica. Emerge também na esfera social. O desenvolvimento das tecnologias interativas ocorre não apenas por imposição da técnica e do mercado, mas também porque contempla o perfil comunicacional do novo receptor. A mídia tradicional (jornal, revista, rádio, televisão) de certa forma torna o público passivo, na medida em que seleciona previamente as informações transmitidas. As tecnologias digitais trazem novas formas de circulação de informações, mais descentralizadas e universais. Toda tecnologia modifica a relação do homem com o meio em que vive. A sociedade, portanto, não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas. Nesse sentido, podemos dizer que vivemos em uma nova sociedade na qual o saber passou a ser o bem mais precioso. As novas tecnologias informáticas, através de sua linguagem própria, reorganizam a sociedade e alteram hábitos, costumes e práticas.

As tecnologias da informação e comunicação têm o potencial de modificar o homem e suas relações sociais. Diante deste novo modelo social, é fundamental que o sujeito tenha acesso à rede mundial de computadores para ser parte ativa na sociedade. É claro que a questão da exclusão é mais ampla. O sujeito analfabeto, abaixo da linha da pobreza, mal nutrido e sem acesso à saúde e à educação não goza plenamente de seus direitos de cidadão. A novidade é que o indivíduo desconectado também está excluído, na medida em que a nova sociedade se configura a partir de fluxo de informação. Direito à comunicação implica em direito à comunicação mediada por computador. “Portanto, trata-se de uma questão de cidadania” (SILVEIRA, p. 30). O paradigma da nova economia é a rede e seu efeito é uma nova sociedade – a sociedade do conhecimento que valoriza o capital intelectual e os processos de acúmulo e transferência do conhecimento. Daí, ser

cidadão no século XXI implica em uma ampliação de direitos, dentre eles, o direito à comunicação.

As reflexões aqui desenvolvidas sobre os princípios organizativos da sociedade baseiam-se no materialismo histórico dialético como metodologia adequada visto que prioriza a análise dos antagonismos e dos conflitos. Nosso objetivo geral é identificar se há diferenças significativas no uso da internet por jovens de classes sociais distintas e quais fatores determinam as diferenças e/ou as semelhanças. Partimos da hipótese de que os adolescentes selecionados, mesmo apresentando diferenças em termos de renda familiar e classe social, usam a internet com os mesmos objetivos. Para alcançar nosso objetivo, 52 jovens entre 15 e 17 anos, das classes A, C e D foram entrevistados a fim de compreendermos o que fazem na internet, quanto tempo ficam conectados e as finalidades de seus usos.

Com exceção do primeiro capítulo, no qual justificamos as escolhas metodológicas feitas nessa pesquisa, em cada um dos outros propusemos uma análise da sociedade contemporânea a partir do entendimento de que esta é constituída e alterada, mesmo que não exclusivamente, pelas tecnologias da informação e comunicação. No capítulo “Da máquina a vapor à internet” descrevemos como era caracterizada a sociedade industrial, sua economia rígida, com trabalho sistematizado e uma sociabilidade baseada na formalização, sem perder de vista que o desenvolvimento da história da humanidade não se apresentaria como foi e é sem seu paralelo ‘desenvolvimento tecnológico’. Em seguida, a partir da análise do sociólogo catalão Manuel Castells e do geógrafo britânico David Harvey, verificamos como a sociedade rígida da indústria transformou-se em uma sociedade flexível, com base em rede e altamente dinâmica. Preocupamo-nos em fazer um pequeno histórico de desenvolvimento da informática e da internet nas últimas décadas do século XX, pois não haveria sociedade em rede sem redes informáticas e de comunicação.

O capítulo seguinte, “Tecnologia e sociedade: a convergência contemporânea”, preocupa-se em analisar a sociedade contemporânea em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Verificamos, então, como é caracterizada a sociedade em rede e por que é assim denominada. Para melhor descrevermos as características e constituições da sociedade contemporânea, optamos por subdividir a análise da seguinte forma: 1) ‘A lógica das redes’, em que

explicamos o que é a sociedade em rede e por que podemos dizer que a sociedade é baseada em redes, 2) 'Economia em rede', que analisa como a economia contemporânea tornou-se global, informacional, flexível e em rede, 3) 'Trabalho flexível', que se preocupa em explicar a produção *just-in-time* e toda a flexibilidade causada pela nova forma de organizar a produção, 4) 'Sociabilidade e cultura', na em que nos apropriamos do conceito de cibersocialidade de André Lemos para entender a cultura do efêmero e momentâneo, e 5) 'Espaço e tempo', que analisa as novas dimensões do espaço e do tempo possibilitadas pelas tecnologias de informação e comunicação.

O capítulo "Sociedade contemporânea e cidadania: uma questão de acesso" foi elaborado na tentativa de elucidar como o conceito de cidadania evoluiu ao longo da história e o que significa ser cidadão no século XXI. Ser cidadão significa exercer direitos e deveres, estabelecidos ou não pela constituição. A partir do momento em que a posse do capital intelectual e a lógica de redes passam a ser a base constitutiva da sociedade contemporânea, ter acesso à informação torna-se um direito e condição para o exercício da cidadania. Nesse sentido, discutimos a importância do direito à comunicação e as novas desigualdades oriundas de uma sociedade dividida entre conectados e desconectados.

Em seguida, no capítulo "Coleta e interpretação de dados", descrevemos todo o trabalho de campo, os sujeitos da pesquisa, sua classificação, a maneira como os dados foram levantados e as informações oriundas das entrevistas. Nas considerações finais apresentamos a análise dos resultados e nossas conclusões. Como supúnhamos inicialmente, não há diferenças significativas no uso da internet por jovens de diferentes classes sociais, o que nos leva a propor que esses jovens seriam, na verdade, da mesma classe social na medida em que o que diferencia classe social é a posse do conhecimento e todos eles têm acesso à internet e ao conhecimento que ela possibilita.

Verificamos que há algumas diferenças no uso da internet pelos jovens entrevistados. Entretanto, essas distinções não alteram a forma como esses adolescentes se apropriam da tecnologia. O principal uso da internet para os adolescentes entrevistados é relacional e, para eles, os relacionamentos virtuais são um complemento para os reais como já apontam outras pesquisas. A compreensão do espaço e do tempo dos adolescentes vai de encontro com o que os estudos mais recentes sobre o assunto têm apontado. Ao navegar na internet, os jovens

entrevistados criam novos territórios, desterritorializam e reterritorializam, encurtam espaços físicos e comprimem o tempo a instantes fugazes.

2. Metodologia

A abundância de abordagens existentes para a análise da complexidade do período histórico contemporâneo exige escolhas, na maioria das vezes, passíveis de controvérsias dentro de uma mesma área de estudos. “A produção de conhecimento em uma ciência vincula-se ao desenvolvimento de uma tradição intelectual comum” (LOPES, 1990, p. 30). Neste sentido, faz-se necessário elucidar a perspectiva teórica adotada para análise da expansão capitalista. Nesta pesquisa, utilizamos do materialismo histórico dialético como metodologia para a identificação dos princípios organizativos da sociedade. De acordo com esta abordagem metodológica, o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual.

Se a Dialética é o movimento do real, seu “constructo” teórico deve ser, por sua vez, uma estrutural conceitual de máxima capacidade abarcadora de todas as significações de tal movimento e de suas limitações. Será então uma “totalidade”. O conceito de totalidade assume importância primordial porque, embora o todo se constitua a partir dos elementos, estes só se explicam e se tornam possíveis pela precedência da totalidade. (FERREIRA, 2006, p. 101)

A análise materialista histórica parte do princípio de que a produção – e a troca dos produtos – é a base de toda a ordem social. As relações sociais são interligadas às forças produtivas. As práticas econômicas, políticas, sociais, culturais, afetivas, religiosas se articulam harmônica e contraditoriamente em torno das relações de produção. O modo pelo qual a produção material de uma sociedade

é realizada constitui o fator determinante da organização política e das representações intelectuais de uma época.

A maneira pela qual os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente o que são. O que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o *que* produzem quanto com a *maneira pela qual* o produzem. Esta produção pressupõe de sua parte *relações* dos indivíduos entre si. A forma dessas relações é, por sua vez, condicionada pela produção. (MARX, in IANNI, 1979, p. 46)

Assim, a base material ou econômica da sociedade exerce influência direta nas superestruturas – instituições jurídicas, políticas (as leis, o Estado) e ideológicas (as artes, a religião, a moral) – da época. O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história. No materialismo dialético o problema do conhecimento científico social não é a realidade em si, mas a unidade entre os conceitos e os dados empíricos, ou seja, é exatamente essa unidade o objeto de conhecimento.

O marxismo surgiu no século XIX como uma resposta à necessidade de legitimação científica e social das Ciências Sociais, que, até hoje, são consideradas imaturas. O materialismo não foi a única proposição teórico-metodológica desenvolvida nesse sentido, sendo o funcionalismo e o weberianismo, por exemplo, igualmente importantes. No entanto, para a execução metodológica desta pesquisa foi a que pareceu mais apropriada. Em sua obra, Marx conseguiu elaborar categorias que podem ser apropriadas na compreensão da sociedade em cada momento histórico. No pensamento weberiano a investigação da sociedade implica no uso de um 'modelo ideal' que selecionaria aquilo que deve ser analisado pelos pesquisadores. Para as Teorias Funcionalistas a sociedade está reduzida a uma unidade analítica na qual a ação e as relações humanas são os verdadeiros objetos do conhecimento. Já o Estruturalismo reduz a realidade a formas lingüísticas e matemáticas fragmentárias para compreendê-la (FERREIRA, 2006). Na teoria marxista "o entendimento de toda a ação se define como a conscientização da totalidade que está presente em uma prática, por limitada e acidental que esta possa ser" (FERREIRA, 2006, p. 98).

No trabalho de campo, nos baseamos no método hipotético-dedutivo que, iniciando-se pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, “levanta uma hipótese acerca dessa lacuna e através da inferência dedutiva testa a predição de fenômenos abrangidos pela hipótese” (SANTAELLA, 2001, p. 137). O encaminhamento do estudo será de natureza qualitativa. Nas pesquisas qualitativas “enquanto o objeto deixa de ser tomado como um dado inerte e neutro, o sujeito é considerado como parte integrante do processo de conhecimento, atribuindo significados àquilo que pesquisa” (SANTAELLA, 2001, p. 143). A abordagem qualitativa privilegia a interpretação dos dados, em lugar de sua mensuração.

Com base em Bogdan e Biklen (1994, p. 49-51), a investigação qualitativa tem como características básicas:

- a fonte direta de dados é o ambiente natural; os dados são recolhidos em situação e complementados pela informação que se obtém por meio do contato direto;
- o pesquisador é o instrumento principal, não se concebendo mais a idéia da neutralidade;
- é descritiva; e a análise dos dados é feita respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que os dados recolhidos foram registrados ou transcritos;
- o seu processo de desenvolvimento ganha destaque em detrimento do resultado final ou de um produto pronto, acabado, fechado em si mesmo, em função da constante interação entre o pesquisador e os participantes envolvidos na pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o pesquisador deve superar suas concepções do senso comum, sua visão de mundo, tendo consciência de que elas interferem na sua interpretação da realidade em estudo, propondo-se um estranhamento do visto, ouvido, falado ou sentido, já que neste aspecto reside uma das críticas enfrentadas pelos investigadores qualitativos, a de que os seus preconceitos e atitudes influenciam os dados, em função da subjetividade da interpretação e da relevância do seu papel em todo processo (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 67).

A entrevista, enquanto técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências dos entrevistados para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada (DUARTE, 2006, p. 63), é a técnica em que se baseará o trabalho de campo. A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a

fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante. Deste modo, a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante. (DUARTE, 2006, p. 65)

Após decidir-se pela metodologia qualitativa e a entrevista individual, é preciso que se defina a forma como estes dados serão coletados. Esta definição deve estar adequada aos objetivos da pesquisa. Nesta pesquisa, optou-se pela aplicação de questionário semi-estruturado. As questões foram formuladas objetivando-se responder nossas perguntas guias:

- Há diferenças significativas no uso da internet por jovens de classes sociais distintas?
- Quais fatores determinam as diferenças ou semelhanças no uso da internet pelos sujeitos determinados?

Para alcançar nossos objetivos de pesquisa, delimitamos nossa população em um grupo de 52 adolescentes, entre 15 e 17 anos, que tenham acesso à técnica e à tecnologia da internet. Para que nossa amostragem seja, tanto quanto possível, representativa do universo de onde foi extraída, optamos por uma amostragem estratificada e dividimos o grupo em grupos homogêneos ou estratos com a mesma fração de amostragem: 26 jovens da classe A e 26 jovens da classe C e D (REY, 1987, p. 33). Em cada um deles, os indivíduos que participaram do estudo foram escolhidos de forma aleatória. Foi aplicado um questionário preliminar a fim de avaliar sua eficácia, na forma de uma pesquisa exploratória. O questionário teste, assim como o questionário final, foram elaborados visando responder as perguntas guias da forma mais eficiente possível.

Os questionários foram aplicados em entrevistas individuais, técnica que possibilita compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas (DUARTE, 2006, p. 63). Poderíamos ainda identificar problemas, microinterações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações. Nossa meta está mais relacionada à

aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas. “É aconselhável que o questionário não exija muito mais de 10 a 20 minutos para ser respondido” (BARROS & LEHFELD, 1990, p. 50) para que não se obtenha respostas rápidas e superficiais do informante. No caso desta pesquisa, cada entrevista durou cerca de dez minutos.

Portanto, a ênfase do nosso trabalho é a abordagem qualitativa de base interpretativista na compreensão do fenômeno de apropriação da tecnologia. A metodologia qualitativa foi escolhida por sua riqueza e especificidade e a técnica de entrevista, com suas singularidades, limites e potencialidades, por possibilitar a obtenção de informações de caráter interpretativo.

3. Da máquina a vapor à internet

"Os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira"

Gilles Deleuze

Vivemos, hoje, de acordo com Manuel Castells, em uma nova sociedade; uma "sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social".

A sociedade em rede representa uma transformação qualitativa da experiência humana. Se recorrermos à antiga tradição sociológica segundo a qual a ação social no nível mais fundamental pode ser entendida como o padrão em transformação das relações entre a Natureza e a Cultura, realmente estamos em uma nova era. (CASTELLS, 2006, p. 573)

Não só as informações passaram a ser uma mercadoria muito valiosa como o próprio saber também se tornou comercializável (HARVEY, p.151). A sociedade entrou em um novo estágio de interação e organização social, no qual a informação passou a representar o principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes passaram a constituir o encadeamento básico de nossa estrutura social (CASTELLS, 2006, p.573). Nesse novo modelo informacional, a geração, o processamento e a transmissão de informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico.

O primeiro modelo foi caracterizado, há milênios, pela dominação da Natureza sobre a Cultura... O segundo modelo de relação, estabelecido nas origens da Era Moderna e associado à Revolução Industrial e ao triunfo da Razão, presenciou a dominação da Natureza pela Cultura... Estamos entrando em um novo estágio em que a Cultura refere-se à Cultura... um modelo genuinamente cultural de interação e organização cultural. Por isso é que a informação representa o principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico de nossa estrutura social. (CASTELLS, 2006, p. 573)

O que Castells chama de *Sociedade em Rede* Harvey denomina de *Regime de Acumulação Flexível*. Ambos consideram que o marco de transição da era industrial para a informacional foi o início da década de 1970. Até este momento, na maior parte do mundo capitalista, vigorava o sistema de produção fordista como base da economia. Seu apogeu foi no período de expansão do pós-guerra, entre 1945 e 1973. A recessão de 1973 foi resultado de uma série de fatores, entre eles o aumento do preço do petróleo (crise do petróleo) e a crise inflacionária que assombrava os países capitalistas desenvolvidos neste período. “Quando essa aguda recessão abalou o quadro econômico, político e social, um processo de transição rápido, teve início” (HARVEY, 1992, p. 134). Além disso, foi somente na década de 1970 que “as novas tecnologias da informação difundiram-se amplamente, acelerando seu desenvolvimento sinérgico e convergindo em um novo paradigma” (CASTELLS, 2006, p. 76).

Todo processo histórico tem múltiplas causas e consequências. Seria no mínimo ingenuidade dizer que a crise do petróleo da década de 1970 foi a causa da transformação da sociedade industrial para a sociedade informacional. Também não podemos dizer que a crise do petróleo não teve sua importância histórica. O fato é que vários fatores resultaram no quadro econômico, político, social e cultural das últimas décadas do século XX e, juntos, possibilitaram grandes transformações sociais.

A tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. (CASTELLS, 2006, p. 43)

É fácil fazer corresponder a cada sociedade certos tipos de máquina, não porque as máquinas sejam determinantes, mas porque elas exprimem as formas sociais capazes de lhes darem nascimento e utilizá-las. (DELEUZE, 1992, p. 223)

Como tecnologia, entendemos:

O uso de conhecimentos científicos para especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira reproduzível [Harvey Brooks e Daniel Bells]. Entre as tecnologias da informação, incluo, como todos, o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/radiofusão, e optoeletrônica. Além disso, diferentemente de alguns analistas, também incluo nos domínios da tecnologia da informação a engenharia genética e seu crescente conjunto de desenvolvimentos e aplicações. (CASTELLS, 2006, p. 67)

O que pretendemos com esse capítulo é fazer um levantamento histórico relacionando as principais questões que levaram a nossa sociedade a ser como é. Não temos a pretensão de fazer um tratado de história social ou instituir novas verdades sociológicas. Iremos apenas analisar a história sem perder de vista o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação. Iremos nos restringir aos acontecimentos posteriores à Revolução Industrial pois este trabalho seria insuficiente para abranger período de tempo maior que este. Tentaremos seguir a proposta de Asa Briggs e Peter Burke, segundo a qual as pessoas que trabalham com comunicação e estudos culturais devem levar em consideração a história e os historiadores devem levar em conta seriamente a comunicação (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 14).

3.1. História e tecnologia

Desde que os primeiros artifícios tecnológicos foram desenvolvidos pela humanidade, as sociedades humanas vêm sendo alteradas por suas próprias criações técnicas. A constituição da sociedade humana está ligada a capacidade de produzir seus meios de existência. "Ao produzir os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material" (MARX, *in* IANNI, 1979, p. 45). Como McLuhan já havia teorizado na década de 1960, os meios de comunicação são extensões do homem e alteram a relação deste com o meio social em que vive. O foco das pesquisas de McLuhan não estava nos efeitos ideológicos dos meios de comunicação sobre as pessoas, mas na interferência deles nas sensações humanas, daí o conceito de "meios de comunicação como extensões do homem" ou "prótese técnica". Porém, não foram somente os meios de comunicação. Cada nova tecnologia desenvolvida pelo homem alterava, de alguma forma, sua relação com o meio ambiente e com os outros homens. O telefone ampliou nossa voz. O carro ampliou nossa velocidade. Todas as próteses, ou, em outras palavras,

todas as tecnologias desenvolvidas pela humanidade desde que o primeiro homo sapiens pegou uma pedra e fez dela um instrumento facilitador de suas atividades diárias são de algum modo, ampliações da capacidade humana e, ao mesmo tempo, causa e consequência de transformações sociais.

Em 700 a.C. os gregos inventaram o alfabeto. “Essa tecnologia conceitual constituiu a base para o desenvolvimento da filosofia ocidental e da ciência como a conhecemos hoje.” (CASTELLS, 2006, p. 413). Esse momento histórico foi consequência de cerca de três mil anos de história até a sociedade grega alcançar todas as condições necessárias para criar o alfabeto. A alfabetização, no entanto, só se difundiu muitos séculos depois, após a invenção e difusão da imprensa. Isso aconteceu por volta de 1450, quando foi criada, na Europa, provavelmente por Johann Gutenberg de Mainz, a prensa gráfica de tipos móveis.

Na China e no Japão, a impressão já era praticada desde o século VIII, mas de outro modo, através do método de “impressão em bloco”, eficaz para culturas que utilizavam milhares de ideogramas. No século XI, os chineses já haviam desenvolvido a prensa de tipos móveis que não teve grandes consequências no país devido ao seu tipo de alfabeto. No século XV, pouco antes da invenção de Gutenberg, os coreanos criaram uma forma de tipos móveis bem parecida com a que seria inventada no ocidente. É muito provável que a invenção ocidental tenha sido estimulada pela oriental (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 26). Por volta de 1500, haviam sido instaladas máquinas de impressão em mais de 250 lugares na Europa. Até esta data, já haviam sido produzidas cerca de vinte e sete mil edições. A Rússia, no entanto, recebeu as prensas e os materiais impressos apenas no século XVIII. Isso mostra que “a revolução da impressão gráfica não era um fator independente e não se ligava somente à tecnologia. Essa revolução precisava ter condições sociais e culturais favoráveis para se disseminar” (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 27). Como destacamos no início deste capítulo, não podemos dizer que a tecnologia determine a sociedade, mas também não podemos ignorar as “consequências sociais involuntárias da tecnologia” (CASTELLS, 2006, p. 44). O contrário também é verdadeiro: a sociedade não determina a tecnologia, embora possa incentivar ou inibir seu desenvolvimento.

Embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico. (CASTELLS, 2006, p. 44 e 45)

A nova tecnologia pôs o homem comum que ocupava uma posição baixa na hierarquia social e cultural em contato com informações antes inacessíveis. A invenção da impressão gráfica mudou a estrutura ocupacional das cidades européias. Os impressores gráficos, por exemplo, eram um novo tipo de grupo de artesãos necessariamente letrados. A correção de provas tipográficas, a venda de livros e a organização e catalogação de livros em bibliotecas foram ocupações altamente desenvolvidas nesse período. Não podemos cair no erro de considerar a impressão gráfica como o agente de mudança, ou seja, enfatizar o meio de comunicação em detrimento de escritores, impressores e leitores. De fato, a prensa tipográfica chinesa de tipos móveis do século XI trouxe poucas mudanças para a sociedade daquele país. “Para estimar as consequências sociais e culturais da nova técnica, é necessário ver a mídia como um todo, avaliar todos os diferentes meios de comunicação como interdependentes, tratando-os qual um pacote, um repertório, um sistema.” (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 33).

O surgimento da imprensa coincide com a formação do Estado Moderno, que foi constituído no final da Idade Média quando o poder político e militar, em posse dos senhores feudais, foi transferido para as mãos de um monarca absolutista. O surgimento do Estado Moderno está baseado em três elementos básicos: povo, território e soberania (DALLARI, 1998, p. 78). O longo processo de transformação política que acarreta, do século XVI ao XIX, a formação do Estado Moderno e sua consolidação definitiva no Estado-Nação vê também o nascimento do homem moderno. Em síntese, Estado é uma forma de organização específica de se organizar o poder político de acordo com certos princípios que atendam à própria administração deste poder (BOBBIO, 2000, p. 424). Em 1648, a Alemanha e a França estabeleceram as respectivas regiões limítrofes quando assinaram a Paz de Westfália. Foi a primeira vez em que a determinação formal do território foi levada em conta na definição do que seria um Estado, no caso, a França e a Alemanha. Com a delimitação territorial, também foi estabelecida uma determinada ordem de comando: a soberania interna (que se dirige ao povo, aos cidadãos do Estado em questão) e a soberania externa (endereçada aos outros países – daí a conotação de independência).

...o conceito de "Estado" não é um conceito universal, mas serve apenas para indicar e descrever uma forma de ordenamento político surgida na Europa a partir do século XIII até os fins do século XVIII ou inícios do XIX, na

base de pressupostos e motivos específicos da história europeia e que após esse período se estendeu — libertando-se, de certa maneira, das suas condições originais e concretas de nascimento — a todo o mundo civilizado. (BOBBIO, 2000, p. 425)

As sociedades de soberania eram caracterizadas por um modelo de centralização de poder no qual o soberano era visível e os súditos só se tornavam visíveis em suas relações com o soberano. Seu objetivo e funções eram “açambarcar, mais do que organizar a produção, decidir sobre a morte mais do que gerir a vida” (DELEUZE, 1992, p. 219). Progressivamente, as sociedades de soberania deram lugar as “sociedades disciplinares”, ao longo do século XIX, atingindo seu apogeu no início do século XX. O que Foucault chama de sociedades disciplinares são sociedades capitalistas industriais marcadas pela rigidez da indústria. Nelas,

o indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola (“você não está mais na sua família”), depois a caserna (“você não está mais na escola”), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência. (DELEUZE, 1992, p. 219)

3.2. A Sociedade Industrial

Historicamente, podemos dizer que houve pelo menos duas revoluções industriais. A primeira teve início por volta de 1760, na Inglaterra, e é “caracterizada por novas tecnologias como a máquina a vapor, a fiadeira, o processo Cort em metalurgia e, de forma mais geral, a substituição das ferramentas manuais pelas máquinas” (CASTELLS, 2006, p. 71). A segunda aconteceu um século mais tarde e foi marcada pelo “desenvolvimento da eletricidade, do motor de combustão interna, de produtos químicos com base científica, da fundição eficiente de aço e pelo início das tecnologias de comunicação, com a difusão do telégrafo e a invenção do telefone” (CASTELLS, 2006, p. 71), tendo como seus principais pontos de desenvolvimento Berlim, Nova York e Boston e não mais Londres, como na primeira.

Durante os séculos XVIII e XIX, quando as fábricas foram sendo instaladas, primeiramente na Inglaterra e depois em toda a Europa e América do Norte, as relações sociais foram se transformando na medida em que os indivíduos não eram mais súditos de um soberano, mas cidadãos. O homem invisível da sociedade soberana foi individualizado por uma assinatura e uma matrícula que indicava sua posição numa massa. As duas revoluções industriais, apesar de estarem separadas por um século de história, podem ser consideradas como “um

período de transformação tecnológica em aceleração e sem precedentes em comparação com os padrões históricos” (MOKYR, 1990, *apud* CASTELLS, 2006, p. 71) e mudaram “de maneira decisiva a localização das riquezas e do poder no mundo” (CASTELLS, 2006, p. 71). Nas primeiras décadas do século XX, a Europa e a América do Norte já eram consideradas sociedades capitalistas industriais, marcadas pelo aumento da produtividade industrial e controle do trabalho. O indivíduo, membro destas sociedades, também não era mais o mesmo.

As revoluções industriais podem ser consideradas revoluções tecnológicas porque “são caracterizadas por sua penetrabilidade, ou seja, por sua penetração em todos os domínios da atividade humana, não como fonte exógena de impacto, mas como o tecido em que essa atividade é exercida” (CASTELLS, 2006, p. 68).

Durante os últimos 250 anos, cinco novos motores primários importantes geraram aquilo que é frequentemente chamado de a Era das Máquinas. No século XVIII foi a máquina a vapor; no séc. XIX a turbina hidráulica, o motor de combustão interna e a turbina a vapor; no séc. XX a turbina de combustão. Historiadores sempre inventaram lemas que denotassem movimentos ou correntes históricas. Assim é com a “Revolução Industrial” título para um processo de desenvolvimento frequentemente descrito como tendo seu início no começo do século XVIII e estendendo-se por quase todo o século XIX. Foi um movimento lento, mas forjou mudanças tão profundas em sua combinação entre progresso material e deslocamento social que, no conjunto, talvez possam ser descritas como revolucionárias se consideradas no período de tempo abrangido por essas datas. (FORBES, 1958, *apud* CASTELLS, 2006, p. 75)

3.3. O fordismo

Se o fordismo teve uma data de nascimento, esta, de fato, foi o ano de 1914, quando Henry Ford estabeleceu em sua fábrica de automóveis em Dearbon, Michigan, um dia de trabalho de oito horas com cinco dólares de recompensa para os trabalhadores da linha de montagem. O principal objetivo do dia de oito horas e cinco dólares era dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa (HARVEY, 1992, p. 121). Em alguns aspectos, as inovações tecnológicas e organizacionais de Ford eram simplesmente continuação de tendências já estabelecidas em seu momento histórico. “O novo era somente sua concepção de organização humana para o trabalho” (DRUCKER, 1964, p. 34). De fato, uma mudança é sempre resultado de uma combinação de fatores. A ceifadeira, por exemplo, já existia décadas antes da Guerra de Secessão, mas só passou a ser utilizada após a guerra quando houve uma queda na força de trabalho devido às baixas masculinas do conflito.

Talvez, a maior contribuição de Ford tenha sido conseguir perceber que produção em massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética, resumindo, um novo tipo de sociedade, um novo tipo de trabalhador, um novo tipo de homem (HARVEY, p. 121). Durante o século XIX as estradas de ferro, principalmente após o grande número de fusões e formação de trustes entre os anos de 1888 e 1902, já haviam aperfeiçoado a forma corporativa de organização empresarial. Ford também não foi o primeiro a dividir as etapas de trabalho detalhadamente, apesar de ter conseguido maximizar seus ganhos de produtividade ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador em uma posição fixa. Em *Os Princípios da Administração Científica*, de F. W. Taylor, publicado em 1911, já estava explicitado como a produtividade do trabalho poderia ser significativamente ampliada através da “decomposição de cada processo do trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento”. A separação entre gerência, concepção, controle e execução (e tudo que isso significava em termos de relações sociais hierárquicas) já estava avançada em muitas empresas (HARVEY, 1992, p. 121). O grande diferencial de Ford foi ver que “os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida” (GRAMSCI, 1985, *apud* HARVEY, 1992, p.122).

Quando a sociedade se industrializou, um novo homem teve que ser criado. O trabalhador rural, súdito de um soberano, não servia para ser trabalhador em uma fábrica. Ações do Estado, de instituições religiosas e seculares visavam difundir padrões morais, de consumo, de relações familiares e de vivência da sexualidade condizentes com um tipo específico de trabalhador adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo. Quando Taylor, Ford, Fayol¹ e vários

¹ Principais diferenças entre Taylor, Fayol e Ford:

Frederick Winslow Taylor (1856-1915)

O objetivo do taylorismo era aumentar a eficiência dos trabalhadores por meio da racionalização do trabalho, com ênfase nas tarefas e a eficiência da empresa por meio do aumento de eficiência ao nível operacional. Visava à máxima prosperidade para o empregador – aumento de produtividade e custos mais baixos – e também para o empregado – salários mais altos. O aumento da produtividade do trabalho deveria vir através da decomposição de cada processo de trabalho. Os princípios básicos do taylorismo eram: planejamento, preparo do trabalhador, controle do trabalho e hierarquização. Taylor escreveu *Os Princípios da Administração Científica*, no qual aplica os métodos da ciência aos problemas da Administração.

Henri Fayol (1841-1925)

Fayol foi o autor de *Administration industrielle et générale*, em 1916. Sua teoria enfatizava as estruturas organizacionais e a ordenação hierárquica do fluxo de autoridade e de informação. Visava

outros até mesmo anteriores a estes como Gilbreth na década de 1890, estavam teorizando novos métodos de produção e de trabalho, não era somente a fábrica que iria ser alterada, mas toda a sociedade.

Apesar de podermos considerar a Europa e a América do Norte como sociedades capitalistas e industrializadas desde o início do século XX, o estabelecimento do sistema fordista como “um regime de acumulação adulto” não aconteceu de forma abrupta, mas lentamente, ao longo de quase meio século (HARVEY, 1992, 122).

Dependeu de um somatório de decisões individuais, corporativas, institucionais e estatais, às vezes escolhas políticas feitas ao acaso ou respostas improvisadas às tendências de crise do capitalismo, particularmente em sua manifestação na Grande Depressão dos anos 30. (HARVEY, 1992, p. 122 e 123)

Outro ponto que dificultou a implantação do fordismo foi a dificuldade de aceitação de um sistema de produção que dispensava as habilidades manuais tradicionais. Foi necessário também alterar os modos e mecanismos de intervenção estatal, questão que só foi resolvida depois de 1945 levando o regime de acumulação à maturidade (HARVEY, 1992, p. 125). Fora dos Estados Unidos da América a organização do trabalho e as tradições artesanais eram fortes demais para a aceitação do fordismo ou do taylorismo. Foi preciso uma enorme revolução das relações de classe para a disseminação desses novos métodos de trabalho e, no limiar, de vida, na Europa.

O Estado controlava ciclos econômicos com políticas fiscais e monetárias dirigidas para áreas de investimento público, pois eram necessárias condições estáveis para a produção de massa ser lucrativa. Também forneciam um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, educação, assistência médica, etc. No período do pós-guerra, estados capitalistas de diferentes tendências ideológicas conseguiram criar um crescimento econômico estável, um

umentar a eficiência da empresa por meio da forma e disposição dos órgãos componentes da organização e das suas inter-relações estruturais.

Henry Ford (1863-1947)

O objetivo de Ford era produzir em massa para um consumo em massa. Visava aumentar a eficiência da empresa por meio do aumento de eficiência ao nível operacional. Defendia a máxima prosperidade para o empregador – aumento de produtividade e custos mais baixos – e também para o empregado – salários mais altos. Os princípios básicos do fordismo eram: intensificação (rápida colocação do produto no mercado), economicidade (redução máxima do estoque de matéria-prima) e produtividade (especialização do trabalhador e da linha de montagem). Proporcionava renda e tempo ao trabalhador para que esse pudesse consumir os produtos produzidos em massa.

aumento dos padrões materiais de vida através de uma combinação de estado do bem-estar social, administração econômica keynesiana² e controle de relações de salário (HARVEY, 1992, p. 130). Houve também uma globalização acentuada através de um novo internacionalismo: matérias-primas, produtos industrializados, enfim, uma nova cultura internacional baseada no poder econômico e financeiro dos EUA.

Produção industrial em grande escala significava consumo de massa que, por sua vez, “implicava toda uma nova estética e mercadificação da cultura” (HARVEY, 1992, p. 131). Entre 1945 e 1973, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes e estáveis de crescimento econômico e os padrões de vida se elevaram (HARVEY, 1992, p. 125). No período do pós-guerra houve uma grande ascensão de indústrias baseadas em tecnologias desenvolvidas no período entre guerras como ferramentas de processamento de cálculos matemáticos destinados aos problemas de balística e de decifração de códigos criptografados. As principais descobertas tecnológicas em eletrônica se deram durante e logo após a Segunda Guerra – o primeiro computador programável e o transistor, fonte da microeletrônica (CASTELLS, 2006, p. 76) – oferecendo as bases para a revolução da tecnologia da informação. As verbas destinadas, pelo governo dos Estados Unidos, às pesquisas militares no início da Guerra Fria, por exemplo, foram cerca de trinta vezes maiores do que no período anterior à II Guerra, e representavam 90% de toda a verba federal de pesquisa e desenvolvimento (EDWARDS, 1996, *apud* CARVALHO, 2006, p. 6).

Apesar da expansão, havia sinais abundantes de insatisfação. As desigualdades produzidas pelo sistema fordista produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais como o feminismo (HARVEY, 1992, p. 132). As lutas trabalhistas não desapareceram, embora os sindicatos tenham perdido sua força e atuado, muitas vezes, em parceria com os empresários na doutrinação dos trabalhadores. As práticas contraculturais dos anos 60 eram paralelas aos

² **Keynesianismo** é a teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* e que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções neoliberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Atribuiu ao Estado o direito e o dever de conceder benefícios sociais que garantam à população um padrão mínimo de vida. O **Keynesianismo** ficou conhecido também como "Estado de Bem-Estar Social", tendo sido originalmente adotado pelas políticas econômicas inauguradas por Roosevelt com o New Deal, que respaldaram, no início da década de 1930, a intervenção do Estado na Economia. Fonte: www.pt.wikipedia.org

movimentos das minorias excluídas e à crítica da racionalidade burocrática despersonalizada (HARVEY, 1992, p. 133).

Todas essas correntes de oposição começaram a se fundir, formando um forte movimento político-cultural, no próprio momento em que o fordismo como sistema econômico parecia estar no seu apogeu. (HARVEY, 1992, p. 133)

As sociedades não são apenas o resultado da transformação tecnológica e econômica, nem pode a mudança social ficar limitada a crises e adaptações institucionais (CASTELLS, 1999, p. 422). Por isso os movimentos sociais que eclodiram na década de 1960 e questionaram as bases da sociedade e os valores estabelecidos foram tão importantes. Esses contramovimentos colocaram em cheque valores que vinham organizando a sociedade durante séculos. Mais ou menos ao mesmo tempo em que esses desenvolvimentos começaram a ocorrer ao fim dos anos 60, explodiram importantes movimentos sociais quase simultâneos por todo o mundo industrializado, primeiro nos Estados Unidos e na França, depois na Itália, Alemanha, Espanha, Japão, Brasil, México, Tchecoslováquia, com ecos e reações em muitos outros países (CASTELLS, 1999, p. 422). “As desigualdades sociais produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos” (HARVEY, 1992, p. 132). Os excluídos do sistema fordista eram uma parcela grande de mais. Excetuando-se os homens brancos assalariados, o restante da população era “excluído” do processo produtivo. As mulheres, os negros, os imigrantes pobres, os estudantes queriam um lugar no mercado de trabalho com as mesmas condições que os homens brancos.

Em meados dos anos 60, o Japão e a Europa Ocidental já tinham se recuperado, seus mercados internos estavam saturados e era necessário buscar novos mercados para exportação. Mas, exatamente neste momento, para o sucesso do sistema de produção fordista, era preciso diminuir o número de empregados na manufatura. Um maior número de desempregados significa menor demanda de consumo. A queda da produtividade e da lucratividade depois de 1965 causou um sério problema fiscal nos EUA que foi resolvido com aumento da inflação o que colocou em cheque o papel do dólar como moeda de reserva internacional. Somado a isso, houve um grande aumento de industrialização fordista competitiva em locais novos como América Latina e Sudeste Asiático. A competição internacional se intensificou e países recém-industrializados, como o Japão, promoveram uma desvalorização do dólar questionando o acordo de Bretton Woods, de 1944, que

havia transformado o dólar na moeda-reserva mundial e vinculado o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. “A partir de então, taxas de câmbio flutuantes, e, muitas vezes, sobretudo voláteis substituíram as taxas fixas da expansão do pós-guerra” (HARVEY, 1992, p. 135).

O fordismo do pós-guerra era mais que um sistema de produção. Era um modo de vida. É necessário distinguir as categorias conceituais do que estamos falando. Fordismo é um sistema de produção, ou seja, uma forma determinada de organizar os processos produtivos no modo capitalista de produção.

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. (MARX, *in* GIANNOTTI, 1974, p. 135-136)

Em cada etapa do desenvolvimento das forças produtivas há um conjunto de relações produtivas correspondentes que, todavia, em um dado momento, entram em contradição com as forças produtivas materiais existentes, em um movimento dialético de transformações engendradas pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas sociais.

Forças produtivas materiais apresentam-se como “instrumentais”, incluindo desde a matéria prima e o nível de conhecimento tecnológico, até os recursos naturais, porque todos eles são utilizados na produção. As relações de produção seriam aquelas resultantes da distribuição de funções entre os indivíduos na produção de bens. Estas funções, por sua vez, seriam condicionadas pelo fato de que cada indivíduo pertence a uma específica classe social e não existe isoladamente. (MARX, *in* BAGÚ, 1972, p. 15)

Essas relações antagônicas acontecem em todos os períodos históricos, com configurações particulares em cada um deles. “No capitalismo, os antagonismos fundados nas relações econômicas adquirem preeminência sobre todos os outros [*políticos ou religiosos, por exemplo*], enquanto determinação estrutural” (MARX, *in* IANNI, 1979, p. 8). O modo capitalista de produção é, em essência, um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia (MARX *in* IANNI, 1979, p. 8). Ou seja, no capitalismo as relações, as pessoas e as coisas são mercadorias e seu objetivo é garantir que o salário pago ao trabalhador seja sempre inferior ao valor produzido pelo trabalho. A mercadoria – categoria na

qual se encontram o operário assalariado e o capitalista – e a mais-valia só podem ser entendidas como produtos destas relações de produção que determinam o capitalismo.

Os modos de produção definem as relações sociais de produção, determinando a existência de classes sociais. O que define classe é a identidade das rendas e fontes de renda dos indivíduos. Para Marx, há duas classes principais que constituem o regime capitalista. Uma delas é a burguesia, “classe revolucionária” que edifica o capitalismo após a degradação das relações de produção do feudalismo. A outra é o proletariado, “classe revolucionária” que nega o capitalismo e luta por uma sociedade sem classes. Além delas, os latifundiários seriam a terceira e última classe social do capitalismo. Apesar de fazer essa categorização, o próprio Marx abre espaço para outras classes – ele dá como exemplo os médicos – que reuniriam outros grupos sociais diferentes dos formadores das três classes principais.

Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção. (MARX, *in* IANNI, 1979, p. 99-100)

As sociedades humanas são formadas a partir das relações de produção que os homens estabelecem entre si e com o meio natural em que vivem. Pode-se dizer, de acordo com a concepção marxista de formação da sociedade, que só existe homem, diferente dos animais, quando esse homem passa a produzir seus meios de existência. A capacidade de produção é, portanto, inerente a condição humana; e as relações estabelecidas entre os homens são determinadas pela sua produção.

Até o início da década de 1970 – primeira grande recessão do pós-guerra – o capitalismo caminhava em processo ascendente com crises regulares e necessárias para a manutenção do sistema.

O longo período de expansão do pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano. O colapso desse modelo a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza. (HARVEY, 1992, p. 119)

Cada vez mais, o sistema de produção fordista e a política de governo keynesiana se tornavam incapazes de deter as contradições inerentes ao capitalismo. Antes da Segunda Guerra, as questões de superacumulação eram muitas vezes resolvidas através de uma grande desvalorização como em 1930. A partir de 1945, surgiu uma estratégia de acumulação com razoável grau de coerência fundamental no controle da desvalorização e na absorção da superacumulação por outros meios, uma desvalorização mais equilibrada. Foi principalmente com o deslocamento espacial temporal que o fordismo resolveu o problema da superacumulação no período pós-guerra. No entanto, a competição espacial aumentou ainda mais, principalmente depois de 1973, à medida que se esgotava a capacidade de resolver o problema por meio do deslocamento geográfico. Os mecanismos desenvolvidos para controlar tendências de crise simplesmente terminaram por ser vencidos pela força das contradições subjacentes do capitalismo (HARVEY, 1992, p. 173 e 174).

O grande problema do capitalismo deste período pode ser resumido em uma palavra: *rigidez* (HARVEY, 1992, p. 135); rigidez dos investimentos de capital, nos mercados, nos contratos de trabalho, além da rigidez nos compromissos do Estado. O único ponto flexível era a política monetária, segundo a qual era permitido imprimir moeda o quanto fosse necessário para manter a economia estável. Isto gerou uma onda inflacionária que acabou por afundar a expansão do pós-guerra (HARVEY, 1992, p. 136). A tentativa de frear a inflação colocou em evidência a capacidade excedente das economias ocidentais e deflagrou uma crise mundial nos mercados imobiliários além de deixar as instituições financeiras com grandes dificuldades.

Em meados da década de 1970, os EUA e o mundo capitalista foram sacudidos por uma grande crise econômica, exemplificada (mas não causada) pela crise do petróleo, em 1973-74. Essa motivou uma reestruturação drástica do sistema capitalista em escala global e, sem dúvida, induziu um novo modelo de acumulação em descontinuidade histórica com o capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial. (CASTELLS, 2006, p. 97)

Somado a crise inflacionária, o aumento do preço do petróleo instituído pela OPEP e o embargo árabe às exportações de petróleo para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense resultaram na recessão de 1973. A crise do petróleo obrigou todos os segmentos da economia a buscarem modos de economizar energia através de mudanças tecnológicas e organizacionais (HARVEY, 1992, p. 136).

Paralelo as macro razões da recessão mundial de 1973, as corporações viram-se com muita capacidade excedente o que as obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (HARVEY, 1992, p. 137). “As décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político” (HARVEY, 1992, p. 140).

O fator histórico mais decisivo para a aceleração, encaminhamento e formação do paradigma da tecnologia da informação e para a indução de suas consequentes formas sociais foi/é o processo de reestruturação capitalista, empreendido desde os anos 80, de modo que o novo sistema econômico e tecnológico pode ser adequadamente caracterizado como *capitalista informacional*. (CASTELLS, 2006, p. 55)

3.4. O toyotismo

Ao término da Segunda Guerra Mundial, o Japão estava praticamente destruído. Perdeu a guerra, o que o deixava com graves problemas políticos, econômicos e sociais, e foi alvo de duas bombas atômicas. Resultante da conjuntura desfavorável do país, foi criado um novo sistema de produção, na fábrica da Toyota, o toyotismo. Na década de 1950, o engenheiro japonês Eiji Toyoda visitou Detroit, nos EUA, para conhecer a indústria automobilística americana. Neste momento, a lógica industrial dos EUA, baseada no sistema fordista de produção, era produzir em grande quantidade para vender depois (gerando grandes estoques). Toyoda chegou a conclusão óbvia de que o Japão, arrasado por um período de pós guerra, não teria condições de desenvolver uma forma semelhante de produção. Era preciso criar uma nova forma de organização do trabalho, mais flexível e com menor concentração de estoques, na medida em que o Japão possuía um pequeno mercado consumidor, capital e matéria-prima escassos e grande disponibilidade de mão-de-obra não especializada (ALVES, 1999, p. 18). Toyoda e seu especialista em produção, Taiichi Ohno, elaboraram um novo método de organização da produção caracterizado por automatização, multifuncionalização da mão-de-obra, *just-in-time*, mecanização flexível e controle de qualidade.

A automatização foi fundamental nessa nova forma de organizar a produção. Ao introduzir máquinas cada vez mais eficientes na produção, era possível diminuir o quadro de funcionários e, conseqüentemente, gastos com pessoal e treinamento. O trabalhador, em contrapartida, não poderia mais ser especializado em funções únicas e restritas como no fordismo. Era preciso ser

polivalente para se realocar dentro da fábrica de acordo com as necessidades da produção, ou seja, a mão-de-obra passou a ter multifunções. Para complementar, foram introduzidas técnicas que tornavam a produção mais eficiente e com menos desperdício. O *just-in-time* (na hora certa) é uma delas. Produção originalmente elaborada por Ford, no início do século XX, que não chegou a ser implementada nos EUA, consiste em planejar a produção de acordo com a demanda. O objetivo é diminuir o máximo possível os estoques. Como complementação do *just-in-time*, surge a mecanização flexível, uma dinâmica oposta à rígida automação fordista, que, em síntese, significa produzir somente o necessário, reduzindo os estoques ao mínimo. Além disso, foi implantado um sistema de controle de qualidade total, um aprimoramento do modelo norte-americano, onde a qualidade era assegurada através de controles amostrais em apenas pontos do processo produtivo. No toyotismo, o controle de qualidade se desenvolve por meio de todos os trabalhadores em todos os pontos do processo produtivo.

Com a crise de super produção capitalista na década de 1970, o modelo de organização da produção da Toyota foi implantado em empresas em diversos países do mundo capitalista. O novo método de gestão da produção ganhou projeção universal em virtude das novas condições de concorrência e de valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 70. Com a mundialização do capital, o que veio a ser denominado de toyotismo, tornou-se o “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva sob o novo regime de acumulação flexível.

Isso significa dizer que o toyotismo não pode mais ser reduzido às condições históricas de sua gênese, tornando-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à nova base técnica do capitalismo, com a presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção – o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital – mas à nova estrutura da concorrência capitalista no cenário de crise de superprodução, onde está colocada a perspectiva de "mercados restritos". (ALVES, 1999, p. 57)

Ao sair da fábrica da Toyota e ser aplicado em todo o mundo, o toyotismo surge como uma nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista e de gestão da força de trabalho (ALVES, 1999, p. 64). Ao assumir uma dimensão universal, as novas práticas gerenciais surgem como uma nova maneira de racionalizar o trabalho adequada a uma nova etapa do capitalismo mundial.

Por um lado, o toyotismo era o oposto do fordismo. Enquanto o modelo de Ford era rígido, o da Toyota era flexível. Por outro, dava continuidade a racionalização do trabalho nos modelos taylorista e fordista, porém com as novas necessidades da acumulação flexível. “É uma ruptura no interior de uma continuidade plena” (ALVES, 1999). Assim como no fordismo, o objetivo máximo do toyotismo continua sendo incrementar a acumulação do capital através do incremento da produtividade do trabalho. Por outro lado, “cabe a ele – o toyotismo – articular, na nova etapa da mundialização do capital, uma operação de novo tipo de captura da subjetividade operária, uma nova forma organizacional capaz de aprofundar – e dar uma nova qualidade – a subsunção real do trabalho ao capital inscritas na nova forma material do capitalismo da Terceira³ Revolução Científica e Tecnológica” (ALVES, 1999).

Apesar de o toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho, o que implica considerá-lo uma continuidade com respeito ao taylorismo/fordismo, ele tenderia, nesse caso, a surgir como um controle do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma nova subsunção real do trabalho ao capital – o que seria uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo. Por isso, é a introdução da nova maquinaria, vinculada à Terceira Revolução Tecnológica e Científica, o novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, que exige, como pressuposto formal ineliminável, os princípios do toyotismo, onde a captura da subjetividade operária é uma das pré-condições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital... As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiriam, portanto, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista. (ALVES, 1999)

3.5. A revolução da tecnologia da informação

Foi no início da década de 1970 que um novo paradigma tecnológico, baseado na tecnologia da informação, pode tomar forma. Mesmo antes da década de 1940, alguns ancestrais das tecnologias da informação já estavam plenamente desenvolvidos como o telefone, inventado em 1876 por Bell e o rádio, criado em 1898 por Marconi. Mas, somente na década de 1970 é que temos um conjunto de características econômicas, sociais, políticas, culturais e científicas necessárias para o desenvolvimento de um novo modo de desenvolvimento.

³ No artigo *A Terceira Revolução Industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudanças*, Luciano Coutinho destaca sete tendências principais da Terceira Revolução Industrial. São elas: 1) o peso crescente do complexo eletrônico; 2) um novo paradigma de produção industrial – a automação integrada flexível; 3) revolução nos processos de trabalho; 4) transformação das estruturas e estratégias empresariais; 5) as novas bases da competitividade; 6) a “globalização” como aprofundamento da internacionalização; e 7) as “alianças tecnológicas” como nova forma de competição. (COUTINHO, 1992, p. 71)

A primeira revolução em tecnologia da informação concentrou-se nos Estados Unidos e, até certo ponto, na Califórnia nos anos 70, baseando-se nos progressos alcançados nas duas décadas anteriores e sob a influência de vários fatores institucionais, econômicos e culturais. Mas não se originou de qualquer necessidade preestabelecida. Foi mais o resultado de indução tecnológica que de determinação social. (CASTELLS, 2006, p. 98)

Em 1947, na empresa Bell Laboratories em Murray Hill, no estado de Nova Jersey, os físicos Bardeen, Bratain e Shockley inventaram o transistor, fonte da microeletrônica, recebendo o Prêmio Nobel pela descoberta alguns anos depois. Usando semicondutores, os transistores poderiam substituir as válvulas, sendo menores, mais rápidos e mais duradouros, além de não esquentarem tanto nem consumirem tanta energia. O primeiro computador totalmente transistorizado foi o TRADIC, do Bell Laboratories. Durante a década de 1950, outras importantes tecnologias foram sendo desenvolvidas como a invenção do transistor de junção (1951), a mudança para o silício (1954) e a criação do processo plano (1959).

Em 1957, Jack Kilby, engenheiro da Texas Instruments, em parceria com Bob Noyce, um dos fundadores da Fairchild, inventou o circuito integrado (CI). Os primeiros CIs usando o processo plano foram fabricados por Noyce. Enquanto uma pessoa de nível médio levaria cerca de cinco minutos para multiplicar dois números de dez dígitos, o MARK I⁴ o fazia em cinco segundos, o ENIAC⁵ em dois milésimos de segundo, um computador transistorizado em cerca de quatro bilionésimos de segundo, e, uma máquina de terceira geração, com circuitos integrados, em menos tempo ainda. Na década de 1960 o desenvolvimento da microeletrônica levou a

⁴ O MARK I era um computador totalmente eletromecânico, desenvolvido em 1944 pelo professor *Howard Aiken* da Universidade de Harvard em Cambridge, EUA. É fruto de um contrato entre a Marinha dos Estados Unidos e a Universidade de Harvard para construção de um calculador de tabelas para uso na navegação. A IBM financiou 2/3 do capital necessário e o restante ficou a cargo da Marinha Americana. Tinha cerca de 17 metros de comprimento por 2,5 metros de altura e uma massa de cerca de 5 toneladas. A memória e os totalizadores compreendiam 3.000 engrenagens com 10 "dentes", 1.400 comutadores rotativos e tudo era ligado por cerca de 800 Km de condutores elétricos. O MARK I trabalhava números com 23 decimais e realizava as quatro operações aritméticas. Disponha ainda de subrotinas integradas que calculavam funções logarítmicas e trigonométricas. Era uma máquina de calcular lenta que levava de 3 a 5 segundos para efetuar uma multiplicação, mas era totalmente automático e podia realizar cálculos extensos sem intervenção humana. Fonte: <http://piano.dsi.uminho.pt/museu/index.html>

⁵ J.P. Eckert e John Mauchly, da Universidade da Pensilvânia, inauguraram o novo computador em 14 de fevereiro de 1946. O ENIAC era mil vezes mais rápido do que qualquer máquina anterior, resolvendo 5 mil adições e subtrações, 350 multiplicações ou 50 divisões por segundo. E tinha o dobro do tamanho do Mark I: encheu 40 gabinetes com 100 mil componentes, incluindo cerca de 17 mil válvulas eletrônicas. Pesava 27 toneladas e media 5,50 x 24,40 m e consumia 150 kW. Apesar de seus inúmeros ventiladores, a temperatura ambiente chegava às vezes aos 67 graus centígrados. Executava 300 multiplicações por segundo, mas, como foi projetado para resolver um conjunto

construção de circuitos transistorizados integrados em uma única pastilha de silício (*chip*) de dimensões reduzidas. Dezenas de milhares de transistores são integrados em um *chip* de alguns milímetros quadrados, dando origem aos circuitos integrados microminiaturizados. Isso possibilitou o surgimento de minicomputadores, do tamanho de uma escrivaninha.

Em 1960 existiam cerca de cinco mil computadores nos EUA. Em 1964, a CSC, Computer Sciences Corporation, criada em 1959 com um capital de US\$ 100,00, tornou-se a primeira companhia de software com ações negociadas em bolsa. O primeiro minicomputador comercial surgiu em 1965, o PDP-5, lançado pela americana DEC, Digital Equipment Corporation. Dependendo de sua configuração e acessórios ele podia ser adquirido pelo preço de US\$ 18 mil. Apesar do alto valor do PDP-5, entre 1959 e 1962, os preços dos semicondutores caíram 85%, e nos dez anos seguintes a produção aumentou vinte vezes. “A título de comparação histórica, levou setenta anos (1780 – 1850) para que o preço do tecido de algodão caísse 85% na Inglaterra durante a Revolução Industrial” (CASTELLS, 2006, p. 77). O preço médio de um circuito integrado caiu de US\$ 50 em 1962 para US\$ 1 em 1971. Em 1965, Gordon Moore, um dos fundadores da Intel, formulou a lei que conseguiu traduzir a evolução dos computadores e seu impacto econômico. De acordo com a lei de Moore, o custo de processamento dos computadores cai pela metade a cada dezoito meses.

Outras companhias lançaram seus modelos, fazendo com que no final da década de 1960 já existissem cerca de cem mil computadores em todo o mundo. Em 1971, a Intel introduziu no mercado um novo tipo de circuito integrado. O engenheiro Ted Hoff inventou o microprocessador, que é o computador de um único *chip*. O primeiro foi o 4004, de quatro bits. Com essa nova tecnologia, a capacidade de processar informações poderia ser instalada em qualquer lugar.

Neste momento, as condições necessárias para que houvesse uma mudança social significativa estavam reunidas: a revolução das tecnologias da informação, a crise do capitalismo e sua reestruturação e o surgimento de movimentos sociais e culturais que expressavam a insatisfação popular, tais como direitos humanos, feminismo e ambientalismo (CASTELLS, 1999, p. 418). Esse novo modelo social não deixou de ser capitalista – “acumulação flexível ainda é uma

forma de capitalismo” (HARVEY, 1992, p. 164). Pelo contrário, “o informacionalismo está ligado à expansão e ao rejuvenescimento do capitalismo” (CASTELLS, 2006, p. 55). O homem continua produzindo seus produtos como mercadorias e o que determina seus produtos continua sendo o fato de serem mercadorias. A finalidade da produção ainda é a produção de mais-valia. A diferença é que o meio de produção do capital não é mais a indústria.

O capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional. (HARVEY, 1992, p. 150 e 151)

Conhecimento e informação sempre ocuparam lugar central no desenvolvimento de todas as sociedades. A diferença é que hoje as tecnologias da informação são baseadas na microeletrônica e na engenharia genética – tecnologias para agir sobre a informação e não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como no passado.

3.6. A internet

Apesar de curta, a história da internet se popularizou de tal forma que não será necessário entrar em detalhes. Porém, não podemos deixar de traçar os acontecimentos que levaram ao surgimento da rede mundial de computadores pois essa tecnologia aprofundou e deu continuidade ao processo de transformação da sociedade capitalista industrial em sociedade capitalista informacional. Sem a rede mundial de computadores talvez a sociedade capitalista não fosse como é.

Se as tecnologias de informação são o equivalente histórico do que foi a eletricidade na era industrial, na nossa era poderíamos comparar a Internet com a rede elétrica e o motor elétrico, dada a sua capacidade para distribuir o poder da informação por todos os âmbitos da atividade humana. E mais, tal como as novas tecnologias de geração e distribuição de energia permitiram que as fábricas e as grandes empresas se estabelecessem como as bases organizacionais da sociedade industrial, a Internet constitui atualmente a base tecnológica da forma organizacional que caracteriza a Era da Informação: a rede. (CASTELLS, 2004, p.15)

A internet surgiu na década de 1960 a partir da preocupação em proteger informações militares em caso de ataque inimigo. O governo norte-americano queria desenvolver um sistema que possibilitasse a troca de informações de uma base militar para outra através de computadores, de modo que, mesmo em caso de ataque nuclear, os dados fossem preservados. Surgiu, então, a ARPANET –

Advanced Research Projects Agency Network, em 1969, a primeira rede operacional de computadores que realizou a intercomunicação de computadores através de um sistema conhecido como comutação de pacotes⁶, que tornava a rede independente de centros de comando e controle. Desenvolvido pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada – ARPA – do Departamento de Defesa dos EUA e totalmente financiado pelo governo norte-americano, o sistema utilizava um *backbone*⁷ subterrâneo para interligar os militares e os pesquisadores sem ter um centro definido ou mesmo uma rota única para as informações.

No início da década de 1970, universidades e outras instituições científicas que desenvolviam trabalhos ligados à defesa militar, tiveram permissão para se conectar à ARPANET. A primeira demonstração com êxito da ARPANET foi feita em 1972 em um congresso internacional em Washington, DC. A partir desse momento, tornou-se necessário ligar a ARPANET a outras redes de computadores. Essa possibilidade de ligação introduziu um novo conceito: a rede de redes (CASTELLS, 2004, p. 27). Para estabelecer comunicação entre redes de computadores era preciso que os computadores pudessem conversar uns com os outros. Para isso, foram criados protocolos de comunicação. Em 1973, foi criado o protocolo de transmissão TCP (*Transmission Control Protocol*). Cinco anos depois, o protocolo foi dividido em duas partes: servidor -a-servidor (TCP) e protocolo inter-redes (IP⁸), o que resultou no protocolo TCP/IP, sobre o qual opera a Internet.

⁶ Comutação de pacotes é um esquema de transmissão de dados em rede de computadores no qual as informações são divididas em pequenos “pacotes”, que por sua vez contém trecho dos dados, o endereço do destinatário e informações que permitiam a remontagem da mensagem original. Fonte: www.pt.wikipedia.org

⁷ No contexto de redes de computadores, o *backbone* (traduzindo para português, *espinha dorsal*) designa o esquema de ligações centrais de um sistema mais amplo, tipicamente de velocidade elevada, relativamente à periferia. Em outras palavras, backbones são poderosos computadores conectados por linhas que tem a capacidade de dar vazão a grandes fluxos de dados, como canais de fibra óptica, elos de satélite e elos de transmissão por rádio. Na Internet, numa rede de escala planetária, podem-se encontrar, hierarquicamente divididos, vários backbones: os de ligação intercontinental, que derivam nos backbones internacionais, que por sua vez derivam nos backbones nacionais. A este nível encontram-se, tipicamente, várias empresas que exploram o acesso à telecomunicação — são, portanto, consideradas a periferia do backbone nacional. No Brasil, apenas cinco companhias tem autorização para explorar cabos submarinos ligados ao *backbone* da internet: a Brasil Telecom, a Telefonica Internacional, a Telecom Itália, a Global Crossing e a Embratel. Todas, exceção à Embratel. Fonte: www.adtevento.com.br/INTERCOM/2007/resumos/R0211-1.pdf

⁸ IP (*Internet Protocol*) é um protocolo usado entre duas ou mais máquinas em rede para encaminhamento dos dados. Os dados numa rede IP são enviados em blocos referidos como pacotes ou datagramas. Foi descrito pela primeira vez em setembro de 1981 no RFC 791 (<http://tools.ietf.org/html/rfc791>) da Internet Engineering Task Force, uma comunidade internacional

Em 1983, preocupado com possíveis violações do seu sistema de segurança, o Departamento de Defesa, decidiu criar a rede MIL-NET, destinada exclusivamente a funções militares. A ARPANET transformou-se em ARPA-INTERNET, destinada a pesquisadores. Em 1984, a *National Science Foundation* (NSF) dos EUA criou sua própria rede de comunicação, a NSFNET e, em 1988, passou a usar a ARPA-INTERNET como seu *backbone*. A ARPA-INTERNET tornou-se a rede das redes durante a década de 1980, passando a chamar-se INTERNET, ainda sustentada pelo Departamento de Defesa e operada pela NSF. Em 1990, a ARPANET já estava tecnologicamente obsoleta e foi desativada.

Durante a década de 1980, o Departamento de Defesa financiou a integração do TCP/IP nos protocolos dos computadores fabricados por empresas norte-americanas. No início da década de 1990, a maior parte dos computadores dos EUA já estava habilitada a operar em rede. Paralelamente, as pressões comerciais e o crescimento de redes de empresas privadas levaram ao encerramento do último *backbone* operado pelo governo em abril de 1995, dando início a privatização completa da INTERNET. Na década de 1990, surgiram provedores privados de internet que construíram suas próprias redes e criaram ligações de acesso próprias, com fins comerciais.

“A forma atual da Internet é também resultado de uma tradição de interligação informática autônoma e alternativa” (CASTELLS, 2004, p. 28). Ao mesmo tempo em que o governo norte-americano e grandes cientistas trabalhavam para criar uma rede universal de computadores, esforços individuais também produziam tecnologia. Em 1978, dois estudantes de Chicago, Ward Christensen e Randy Suess, criaram o modem, um programa que lhes permitia transferir arquivos entre seus computadores, sem passar por um sistema principal. “Divulgaram a tecnologia gratuitamente, pois sua finalidade era espalhar o máximo possível a capacidade de comunicação” (CASTELLS, 2006, p. 86). Em 1979, três alunos da Duke University e da Universidade de Carolina do Norte, não incluídas na ARPANET, desenvolveram um sistema que possibilitava a interligação de computadores via linha telefônica comum.

No final da década de 1970 e durante a década de 1980, surgiram as BBS (*Bulletin Board System*), primeiro nos EUA e depois no mundo inteiro.

Os BBS não precisavam das redes sofisticadas de computadores, só de PCs, modems e linha telefônica. Assim, tornaram-se os fóruns eletrônicos de todos os tipos de interesses e afinidades, criando o que Howard Rheingol chamava de “comunidades virtuais”. (CASTELLS, 2006, p. 87)

No final da década de 1980 várias redes que não faziam parte da internet estavam em funcionamento em todo o mundo. Na década de 1990, essas redes adotaram os protocolos da internet, possibilitando sua integração a esta rede e expansão dela. Nesta época, os usuários comuns de PCs, tinham grande dificuldade para usar a internet. Foi necessário outro “salto tecnológico” para que a internet se popularizasse. Em 1990, no *Centre Européen pour Recherche Nucleaire* (CERN), em Genebra, na Suíça, um dos principais centros de pesquisas físicas do mundo, os pesquisadores Tim Berners Lee e Robert Cailliau criaram um novo aplicativo que organizava os sites da Internet por informações, e não por localização, a world wide web. A revista *Time* considerou Berners-Lee o único pai da web e “chamou suas realizações de quase gutenberguianas” (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 312).

A equipe do CERN criou um formato para os documentos em hipertexto ao qual deram o nome de linguagem de marcação de hipertexto (*hypertext markup language* – HTML), dentro da tradição de flexibilidade da Internet, para que os computadores pudessem adaptar suas linguagens específicas dentro desse formato compartilhado, acrescentando essa formatação ao protocolo TCP/IP. Também configuraram um protocolo de transferência de hipertexto (*hypertext transfer protocol* – HTTP) para orientar a comunicação entre programas navegadores e servidores WWW; e criaram um formato padronizado de endereços, o localizador uniforme de recursos (*uniform resource locator* – URL), que combina informações sobre protocolo do aplicativo e sobre o endereço do computador que contém as informações solicitadas. (CASTELLS, 2006, p. 88)

O software www foi distribuído gratuitamente pela internet pelo CERN. Os primeiros sites foram criados por grandes centros de pesquisa e, em pouco tempo, o mundo inteiro estava interligado pela world wide web. Em 1993 o navegador Mosaic 1.0, criado pelo então estudante universitário Marc Andressen, foi lançado, e “descrito na seção de negócios do New York Times de dezembro de 1993 como a primeira janela para o ciberespaço” (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 310). Em 1996 a palavra internet já era de uso comum, principalmente nos países desenvolvidos, referindo-se na maioria das vezes a word wide web, que é uma parte da internet. Comparado às enciclopédias e bibliotecas tradicionais, a www permitiu uma extrema descentralização da informação e dos dados. A criação e popularização de

tecnologias como páginas pessoais, weblogs, redes sociais, mensageiros instantâneos e e-mail no qual qualquer um com acesso a um navegador pode disponibilizar conteúdo alterou a maneira de se comunicar.

Em 1992, o senador norte-americano Al Gore falou na *Superhighway of Information*, que tinha como unidade básica de funcionamento a troca, compartilhamento e fluxo contínuo de informações por todo o mundo através de uma rede mundial, a internet. Quatro anos depois, o então presidente norte-americano Bill Clinton e seu vice, Al Gore, inauguraram a ligação de telefones fixos das salas de aula da Califórnia com a internet, lembrado como o “grande evento simbólico de 1996”, o Dia da Net da Califórnia, “um dia da metáfora” (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 314).

1,5 bilhão de pessoas acessam a internet em todo o mundo (World Telecommunication/ICT Indicators Database 2008⁹) e 90% dos assinantes de serviços de internet usam conexões em banda larga (World Telecommunication/ICT Indicators Database 2008). Entre 2000 e 2008 o número de pessoas que tem acesso à internet cresceu mais de 300% em todo o mundo. Mas, apesar do crescimento, ainda hoje, apenas 23,5% da população mundial tem acesso à internet.

USO DE INTERNET NO MUNDO					
Regiões	População 2008 (est.)	Usuários de Internet 31/12/2000	Usuários de Internet 31/12/2008	Penetração (% Pop.)	Crescimento de usuários 2000-2008
África	975.330.899	4.514.400	54.171.500	5,6%	1.100%
Ásia	3.780.819.792	114.304.000	650.361.843	17,2%	469%
Europa	803.903.540	105.096.093	390.141.073	48,5%	271,2%
Oriente Médio	196.767.614	3.284.800	45.861.346	23,3%	1296,2%
América do Norte	337.572.949	108.096.800	246.822.936	73,1%	128,3%
América Latina e Caribe	581.249.892	18.068.919	166.360.735	28,6%	820,7%
Oceania e Austrália	34.384.384	7.620.480	20.593.751	59,9%	170,2%
TOTAL MUNDIAL	6.710.029.070	360.985.492	1.574.313.184	23,5%	336,1%

Fonte: www.internetworldstats.com

⁹ Relatório anual da União Internacional de Telecomunicações (Internacional Telecommunications Union – ITU), agência das Nações Unidas especializada em Telecomunicações. Criada em 1865, é a mais antiga entidade intergovernamental. Passou a ser uma agência da ONU em 1947. Site oficial: <http://www.itu.int/net/home/index.aspx>

A população mundial passa, em média, 30% do seu tempo livre, ou seja, do tempo em que não está trabalhando, online (Internet Word Stats¹⁰). As práticas mais freqüentes são acesso a sites de busca (81%), leitura de notícias (76%), uso de internet banking (74%), consulta de boletim meteorológico (65%), pesquisa por produto ou serviço (63%), assistir a vídeos (51%) e ouvir música (44%) (Internet Word Stats). Em 2008, os norte-americanos passaram 27 horas por mês na internet, o que significa um crescimento de 6% em relação ao ano anterior.

As últimas eleições presidenciais dos EUA, em novembro de 2008, mostraram como a internet foi uma ferramenta eficaz. Os 1800 vídeos publicados no canal oficial de Barack Obama no YouTube foram vistos 110 milhões de vezes até 16 de novembro de 2008. Nunca um candidato à Casa Branca, ou a qualquer cargo público em qualquer lugar do mundo, tinha usado tão intensamente a web para alcançar seu eleitorado. Foi também no YouTube que Obama publicou, em 15 de novembro, o seu primeiro discurso como presidente eleito. Os sites de notícia em todo o mundo registraram 8,5 milhões de visitantes por minuto entre às 23 horas e a meia-noite de terça-feira, 4 de novembro, dia das eleições norte-americanas. Quando foi divulgado que Barack Obama era o grande vencedor, os sites de notícias bateram todos os recordes de visitas desde que este tipo de medições começou a ser feita há três anos. O site do *The New York Times* recebeu um número recorde de 61,6 milhões de pageviews (páginas completamente transferidas para o computador do internauta) na quarta-feira, em comparação a 55,1 milhões no dia da eleição, segundo dados internos. O site do *The Washington Post* também bateu o recorde na quarta-feira, com 17,5 milhões de pageviews, sendo que no dia anterior havia registado 13,2 milhões. (fonte: www.akamai.com)

3.7. Internet no Brasil

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com dados relativos a 2005 (PNAD 2005) investigou como temática especial o uso de internet no Brasil. A PNAD 2007 traça um panorama da situação recente do país, em termos de seus aspectos socioeconômicos, mas não traz dados específicos sobre uso de internet, sendo sua

¹⁰ Internet Word Stats é um site especializado em estatísticas sobre uso da Internet no mundo. Possui informações sobre mais de 233 países. Site: <http://www.internetworldstats.com>

temática especial trabalho infantil. Por esse motivo, traremos aqui dados de ambas pesquisas e também de outras fontes, dando preferência não só para a atualidade do dado mas também para sua abrangência.

De acordo com a PNAD 2005, 32,1 milhões de brasileiros, cerca de 21,9% da população acima dos dez anos de idade, acessaram pelo menos uma vez a internet em algum local por meio de microcomputador. O número colocava o Brasil como o primeiro país da América Latina e o quinto no mundo no uso da internet. Se for considerado, no entanto, o número de internautas em relação à população do país, o Brasil ocupa a 62^a posição mundial e a quarta na América Latina, sendo ultrapassado pela Costa Rica, Guiana Francesa e Uruguai. Dados da União Internacional de Telecomunicações mostram que, em dezembro de 2008, 35,2% da população tinham acesso à web, o que representa um universo de 67,5 milhões de pessoas. O crescimento foi significativo, mas quase 65% da população ainda não têm acesso a internet. O número de utilizadores particulares ativos – aqueles que acessaram a internet em casa pelo menos uma vez – em junho de 2008 era de 22,9 milhões, quase o dobro do registrado em junho de 2005. O Brasil continua dominando o mercado latino-americano em termos de número de usuários. Em termos de percentual da população com acesso à internet, no entanto, ocupa a terceira colocação, atrás do Uruguai e do Chile.

De acordo com a PNAD 2007, 15 milhões de domicílios brasileiros possuem microcomputador. Destes, 11,4 milhões têm acesso a internet. Em 2001, apenas seis milhões de domicílios possuíam microcomputador, sendo quatro milhões, com acesso a internet. Apesar do crescimento no período de 285%, 79,8% dos lares brasileiros ainda não tem acesso a internet. O problema, no entanto, é a concentração de máquinas nas regiões Sul e Sudeste, com o Norte e Nordeste ainda muito atrasados em termos de informática. Enquanto no Sudeste 27,4% dos domicílios tem acesso a internet, apenas 8,2% dos lares da região Norte do país estão conectados.

A internet chegou ao Brasil em 1987. A FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e o LNCC (Laboratório Nacional de Computação Científica) conseguiram acesso a redes internacionais e conectaram-se a instituições nos EUA. As instituições conectavam-se utilizando recursos próprios e pagando à Embratel as tarifas normais pela utilização de circuitos de comunicação de dados.

No ano seguinte, a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) conectou-se à UCLA (Universidade da Califórnia, Los Angeles).

Em 1989, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) criou a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) – ou *backbone* RNP – com o objetivo de construir uma infra-estrutura de rede internet nacional para a comunidade acadêmica. A rede começou a ser montada em 1991 e em 1994 já abrangia todas as regiões do país. Inicialmente, as instituições que se conectaram a RNP eram voltadas para a educação, pesquisa ou gestão governamental. Até abril de 1995, cerca de 400 instituições de ensino se ligaram em rede, incluindo a maioria das universidades e institutos de pesquisa governamentais, com aproximadamente 60 mil usuários ativos. Em abril de 1995, o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia deram início a um projeto de implantar uma rede internet global que abrangesse todo tipo de uso. Surgiram os primeiros provedores de acesso privados. O *backbone* RNP foi então reconfigurado e ampliado. Desde 2001, o *backbone* RNP possui pontos de presença (POP) em todos os estados brasileiros. Em 2005, a tecnologia do *backbone* foi novamente atualizada com *links* ópticos operando a múltiplos gigabits por segundo.

Em 1998 o Brasil já tinha um milhão de usuários. 26% das declarações de imposto de renda foram feitas via internet e o resultado das eleições para presidente, governadores e deputados foi divulgado em tempo real. No ano seguinte, o país possuía 2,2 milhões usuários de internet. Os primeiros anos do século XXI foram marcados pela chegada da banda larga ao país (2001) e início do Wi-Fi (internet banda larga sem fio). Termos como Orkut, Instant Messenger, bloggers, e-mail passaram a fazer parte do vocabulário dos usuários de internet. As práticas mais freqüentes, apontadas pela PNAD 2005, são educação e aprendizado (71,7%), comunicação com outras pessoas (68,6%), atividade de lazer (54,3%), leitura de jornais e revistas (46,9%), interação com autoridades públicas ou órgãos do governo (27,4%), buscar informações e outros serviços (24,5%), transações bancárias ou financeiras (19,1%) e comprar ou encomendar bens e serviços (13,7%).

A seguir, descreveremos o que vem a ser a Sociedade em Rede, suas principais características e contradições. A crise do capitalismo da década de 1970 está relacionada à crise do capital, que na tentativa de se reestruturar, deflagrou intensas transformações no próprio processo produtivo. Se considerarmos a lógica marxista de que o homem é, em última instância, aquilo que produz – “o que eles

[homens] são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto com a maneira pela qual produzem” (MARX, *in* IANNI, 1979, p. 46) – temos, então, um outro homem, uma outra estrutura social, na medida em que os processos produtivos são outros.

A velha toupeira monetária é o animal dos meios de confinamento, mas a serpente o é das sociedades de controle. Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, mas também na nossa maneira de viver e nas nossas relações com outrem. O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo. Por toda parte o surf já substituiu os antigos esportes. (DELEUZE, 1992, p. 222 e 223)

4. Tecnologia e sociedade: a convergência contemporânea

"Um mundo estruturado em torno de relações de acesso provavelmente produzirá um tipo bem diferente de ser humano"

Jeremy Rifkin

Não há como saber se em 2030 teremos dificuldades em distinguir entre nós, humanos, e os robôs ou se em pouco tempo teremos passado pela singularidade¹¹, como afirma Raymond Kurzweil¹². O fato é que cada nova tecnologia desenvolvida amplia, de alguma forma, a capacidade humana. Talvez as previsões de Kurzweil ainda estejam muito distantes ou mesmo não venham a se

¹¹ Singularidade é a denominação dada a um evento histórico previsto para o futuro no qual a humanidade atravessará um estágio de colossal avanço tecnológico em um curtíssimo espaço de tempo. Segundo Kurzweil, a singularidade vai ser o momento em que um ser humano apresentará a criação máxima, ou seja, uma criação que não represente somente o seu maior trabalho pessoal, mas sim o trabalho de maior complexidade que uma mente humana pôde produzir, significando o topo de todo o trabalho e estudo que a raça humana tem até os dias atuais. Nenhum outro trabalho/criação apresentado depois dessa será mais revolucionária e fantástica, por isso o termo "singularidade". Teoricamente ela pode ocorrer em qualquer área, mas 99% dos adeptos da teoria afirmam que ela vai acontecer na área da tecnologia, o que resultou em um novo nome: "singularidade tecnológica". Para outros, a singularidade tecnológica é um evento histórico de importância semelhante ao aparecimento da inteligência humana na Terra.

¹² Raymond Kurzweil é um cientista e inventor norte-americano. São dele equipamentos como o scanner, o tradutor de textos para deficientes visuais e o sintetizador. Premiado com a *National Medal* (maior honraria que o governo americano concede a um cientista) e com vários doutorados honoríficos internacionais, é também autor de cinco livros, entre os quais, *The singularity is near: when humans transcend biology*.

concretizar. Passamos de 2001 e HAL¹³ não se tornou real. A inteligência artificial ainda não cumpriu as promessas feitas nos últimos 40 anos apesar de estar se aprimorando a cada momento. O robô Nico, por exemplo, desenvolvido na Universidade Yale (EUA), cruzou a barreira simbólica e real do auto-reconhecimento ao perceber, em um espelho, seu próprio braço se movendo.

O menino David Swinton apresentado ao mundo no filme *Inteligência Artificial* de Steven Spielberg, em 2001, dotado de emoções e capaz de “amar” uma mãe humana, talvez saia das telas para a realidade mais rápido do que sonham os aficionados por tecnologia. No mundo todo, pesquisadores vêm desenvolvendo gerações de autômatos, capazes de reconhecer e manifestar emoções, ou seja, ‘emo-robos’. A União Européia implantou recentemente um programa de pesquisa chamado *Feelix Growing*, a fim de produzir robôs capazes de interagir com humanos como se fossem outro homem, de forma a entender as reações e emoções e respondê-las da mesma maneira. O objetivo do projeto é desenvolver até 2010 dois robôs adaptados, o primeiro ao meio-ambiente familiar, o segundo para prestar assistência aos doentes e aos idosos. Foi no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), nos Estados Unidos, que nasceu há dez anos o conceito de *affective computing*, a informática afetiva. Como consequência de suas pesquisas, foram criados diversos robôs de companhia, humanóides ou animalóides (como o cão Aibo, desenvolvido pela Sony, capaz de reagir às solicitações do seu proprietário por meio de movimentos dos olhos, do rabo ou das orelhas, articulando algumas palavras ou simples onomatopéias).

Até agora, os melhores protótipos ainda estão nas telas de cinema. Mas, nos seus laboratórios, os pesquisadores já andam trabalhando em projetos mais evoluídos. O laboratório de heurística e de diagnóstico dos sistemas complexos, Heudiasyc, associado ao CNRS e à Universidade Tecnológica de Compiègne, na região parisiense, vem trabalhando na análise dos rostos e no reconhecimento automático das expressões. Já existem modelos, baseados em parâmetros como pontos característicos localizados em volta dos olhos, das sobrancelhas e dos lábios, que permitem que um computador equipado com uma câmera possa identificar, por meio de imagens fixas de rostos vistos de frente, seis estados emocionais básicos: alegria, cólera, tristeza, nojo, medo ou surpresa, desde que as

¹³ Máquina inteligente e traiçoeira do filme 2001 uma odisséia no Espaço, do diretor Stanley Kubrick, 1968.

expressões estejam dentro do padrão normal – pessoas que riem quando ficam nervosas, por exemplo, confundiriam o computador. Sentimentos mais complexos, como a dúvida ou a combinação de alegria e surpresa, ainda trazem dificuldades aos pesquisadores. Uma máquina atingir toda a complexidade da mente humana, no entanto, talvez esteja um pouco longe.

De fato, a revolução da tecnologia da informação possibilitou o surgimento de máquinas inimagináveis há 30 anos. Um robô se reconhecer no espelho era coisa de ficção científica. Diante das novidades tecnológicas, alguns pesquisadores, tomam posições defensivas e conservadoras a ponto de falar “o mundo já não possui fronteiras” (VIRILIO, 2003), “já não estamos no espaço e no tempo absolutos de Newton” (VIRILIO, 2003) ou que as tecnologias da comunicação “emancipam certos seres humanos das restrições territoriais” (BAUMAN, 1999). Se as transformações tecnológicas e econômicas foram grandes, a sociedade também foi alterada da mesma maneira (CASTELLS, 2006, p. 54) e mudança normalmente traz insegurança. No entanto, há um outro caminho a seguir. Podemos tratar o novo apenas como diferente do anterior, sem juízo de valor. “Outra maneira de se focar as coisas é tomar o “fim”, não como algo em si, mas como um sintoma de mudanças mais amplas. Mudanças que rearticulam o mundo do trabalho, a esfera da arte e as relações entre os homens” (ORTIZ, 1999, p. 55).

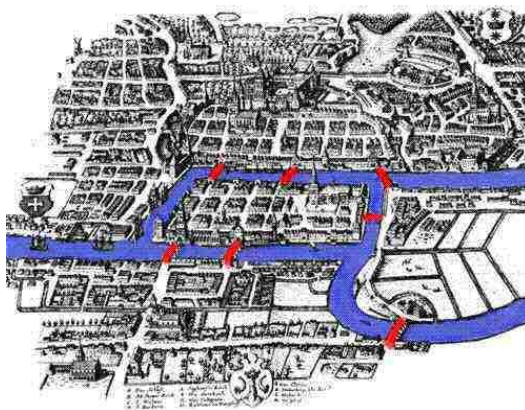
4.1. A lógica de redes

Muitas estruturas ou fenômenos naturais têm a forma de redes de múltiplas conexões. O cérebro é uma rede de células nervosas conectadas por axônios e as próprias células, redes de moléculas ligadas por reações bioquímicas. Pensamentos, relacionamentos, o conjunto das estradas de um país, são estruturas organizadas em forma de redes. A área de pesquisa de redes resultou de uma intersecção entre os conceitos da teoria dos grafos e da mecânica estatística. O principal objeto dessa nova área é a caracterização, análise e modelagem das redes. A mecânica estatística estuda os comportamentos de sistemas com elevado número de entidades constituintes a partir do comportamento dessas entidades. Os primórdios dessa área de estudo estão na teoria cinética dos gases.

A teoria dos grafos foi proposta a partir de um enigma. A cidade de Königsberg, Prússia (hoje, Kaliningrado, Rússia), é banhada pelo rio Pregel que, ao

atravessar a cidade se ramifica formando uma ilha (Kneiphof) que está ligada ao resto da cidade por sete pontes.

Mapa de Königsberg



Fonte: <http://www.mat.uc.pt/~alma/escolas/pontes>

Os moradores da cidade foram desafiados a tentar criar um percurso que os obrigasse a passar por todas as pontes, mas apenas uma vez em cada uma. Em 1736, o matemático suíço Leonhard Euler provou que isso não era possível. Ele tomou cada ponte como um link, e cada pedaço de terra como um nó (ou vértice, na linguagem matemática). Sua conclusão foi baseada na simples observação de que um caminho como o proposto não pode existir em grafos (redes) com mais de dois nós e um número ímpar de links. Boa parte da importância dessa teoria vem do fato de que praticamente qualquer estrutura pode ser representada (até certo grau de precisão) através de um grafo (BARABÁSI, 2002, p. 11). Mecânica estatística e teoria dos grafos se aproximaram em meados da década de 1940 com os trabalhos do norte-americano Paul J. Flory e na década seguinte com os desenvolvimentos de Paul Erdős e Alfred Rényi, matemáticos húngaros que investigaram grafos randômicos. Os homens se organizam formando redes. Daí, o conceito de sociedade em rede.

A nova estrutura social que emerge após a década de 1970, chamada de sociedade em rede (CASTELLS, 1999), sociedade informática (SCHAFF, 1995), sociedade do conhecimento (TOFFLER, 1990), sociedade tecnizada (MACHADO,

1993), economia pós-industrial (TOURAINÉ, 1969, BELL, 1973), sociedade pós-industrial (LYOTARD, s.d.), regime de acumulação flexível (HARVEY, 1992), sociedade de controle (DELEUZE, 1992), é uma sociedade globalizada, com base em rede, altamente tecnizada e com uso intenso do conhecimento através das inovações tecnológicas propiciadas pela microeletrônica, pela informática e pelas novas tecnologias de comunicação e informação. “Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio” (CASTELLS, 2006, p. 499). O conceito de rede de Castells parte de uma definição bastante simples: “rede é um conjunto de nós interconectados” (p. 498), mas que por sua maleabilidade e flexibilidade oferece uma ferramenta de grande utilidade para dar conta da complexidade da configuração das sociedades contemporâneas sob o paradigma informacional. Assim, diz Castells, definindo ao mesmo tempo o conceito e as estruturas sociais empíricas analisadas por ele:

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho. (CASTELLS, 2006, p. 499)

A forma de organização social em rede já existia em outros tempos e espaços¹⁴, mas o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda estrutura social. “A sociedade em rede, em suas várias expressões institucionais, por enquanto, é uma sociedade capitalista” (CASTELLS, 2006, 567). Hoje, quase todo o mundo é organizado pelo modo capitalista de produção, com algumas exceções, como Coréia do Norte e Cuba. A sociedade em rede, como qualquer outra estrutura social, não deixa de ter contradições e conflitos, como veremos mais adiante. Esses desafios, no entanto, lhe são próprios, provocados pelas suas características e distintos dos apresentados pela era industrial. O capitalismo hoje é bem diferente: é global e está estruturado em uma rede de fluxos financeiros (CASTELLS, 2006, p. 570). Sem as tecnologias de informação e comunicação existentes hoje, talvez a sociedade não se

¹⁴ Ilse Sherer-Warren, doutora em Sociologia pela Universidade de Paris, professora titular da UFSC e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), sustenta que a noção de rede é polissêmica, “vem sendo construída enquanto conceito analítico, mas é também um conceito propositivo dos próprios movimentos sociais” (Sherer-Warren, 1999, cap. 1).

configurasse como uma rede e a globalização fosse um conceito muito menos abrangente.

Os sistemas tecnológicos complexos de comunicação e informação certamente passaram a exercer um papel estruturante na organização da sociedade (...). A lógica pesada das redes imprime sua dinâmica integradora, ao mesmo tempo em que produz novas segregações, novas exclusões, novas disparidades. (SANTAELLA, 2001, p. 77)

A comunicação, hoje, faz parte do processo produtivo. O processo de comunicação que se instaura a partir do advento das novas tecnologias de informação e comunicação traz consigo não apenas a questão da sofisticação, mas principalmente uma outra forma de se perceber as relações sociais (LEVY, 1992). Ele atua como reestruturador da vida social, na medida em que instaura e agencia diferentes formas de interação entre o homem e a máquina.

Ora, o ser humano sempre foi por natureza um ser simbólico, ser de linguagem e de comunicação. Comunicar-se, portanto, não é novidade para o humano. Então onde está a novidade? Ela só pode estar na multiplicação crescente e acelerada dos meios de que o ser humano dispõe para criar, registrar, transmitir e armazenar linguagens e informações. (BAYLON e MIGNOT, 1999, *in* SANTAELLA, 2001, p. 13)

4.2. Economia em rede

O geógrafo britânico David Harvey faz uma análise consistente sobre as características básicas do capitalismo na ótica marxista. Ele destaca que, na proposta de Marx, há elementos e relações invariantes de um modo capitalista de produção. Como a acumulação flexível ainda é uma forma de capitalismo, algumas proposições se mantêm. Ele refere-se a três “características essenciais” em sua análise. São elas (HARVEY, 1992, 163-170):

1. *O capitalismo é orientado para o crescimento* – uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, pouco importam as conseqüências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas. A crise, portanto, é definida como falta de crescimento.
2. *O crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo na produção* – isso significa que o crescimento (mais-valia) é a diferença entre o trabalho pago e o trabalho excedente (não pago), como foi explicado no capítulo anterior. Logo, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. A dinâmica da luta de

classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para o desenvolvimento capitalista.

3. O capitalismo é tecnológica e organizacionalmente dinâmico

– se o controle do trabalho é essencial para a produção de lucros, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório se torna crucial para a perpetuação do capitalismo.

É exatamente porque essas três condições, necessárias do modo capitalista de produção, são contraditórias que a dinâmica do capitalismo é propensa a crises. As tendências de crise do capitalismo apresentam a tendência de produzir fases periódicas de superacumulação. Logo, a tendência de superacumulação nunca pode ser eliminada sob o capitalismo. A crise do início da década de 1970 foi uma crise de superacumulação. Como foi explicado no capítulo anterior, resolver esse problema com deslocamento geográfico não era mais possível e por isso a opção foi uma desvalorização que gerou uma enorme crise inflacionária. Para piorar a situação, o aumento do preço do petróleo e o embargo árabe às exportações fizeram com que as corporações fossem obrigadas a buscar novas fontes de energia. Resultado: acumulação flexível.

Uma nova economia surgiu em escala global no último quartel do século XX. Chamo-a de informacional, global e em rede para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação ... É a conexão histórica entre a base de informações/conhecimentos da economia, seu alcance global, sua forma de organização em rede e a revolução da tecnologia da informação que cria um novo sistema econômico distinto. (CASTELLS, 2006, p. 119)

A posse do capital intelectual tornou-se tão importante quanto a posse do capital físico. As informações precisas e atualizadas são agora uma mercadoria muito valorizada (HARVEY, 1992, p. 151). Conceitos e idéias são os verdadeiros “objetos” de valor na nova economia. Os termos fornecedores e usuários são mais úteis que vendedores e compradores. O controle do fluxo de informações e dos veículos de propagação do gosto e da cultura populares também se converteu em arma vital na batalha competitiva. A produtividade e a competitividade, sejam de empresas, regiões ou nações, estão ligadas à capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos (CASTELLS, 2006, p.119). A própria informação é o produto dos processos produtivos.

A reestruturação pós-fordista está intrinsecamente relacionada ao processo de globalização. “A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de

internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2000, p. 23). Ela só é possível a partir do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Talvez, esse desenvolvimento seja consequência da própria internacionalização financeira e produtiva. De qualquer forma, “a base para esses desenvolvimentos é a notável expansão das telecomunicações e dos grandes sistemas de processamento, armazenamento e transmissão de informações” (BOLAÑO, 1999, p. 75).

Se a internacionalização não é mais o que era na época em que os conceitos de dependência e imperialismo cultural ainda permitiam apreender o desequilíbrio do fluxo mundial de informação e comunicação, é porque novos atores apareceram num cenário doravante transnacional. (MATTELART, 2004, p. 166)

Os movimentos de globalização da economia estão ligados às mudanças nos sistemas de comunicação. Em outras palavras, a história da humanidade se desenrola a partir do desenvolvimento técnico. “A cada evolução técnica, uma nova etapa histórica se torna possível” (SANTOS, 2000, p. 24). As técnicas aparecem como sistemas, ou seja, grupos de técnicas que “representam uma época”. A enxada, a foice e demais ferramentas agrícolas são uma família de técnica que representaram uma época. Hoje, as tecnologias de informação e comunicação são as técnicas que representam nossa época e dão base para nosso desenvolvimento econômico, social e cultural. “Na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e o faz sentir, instantaneamente sua presença” (SANTOS, 2000, p. 25).

O papel desempenhado pelos meios de comunicação passou a ser de uma tal ordem a ponto de se poder afirmar que, sem os meios de comunicação teleinformáticos, o complexo fenômeno da globalização, tanto nos seus aspectos econômicos e políticos quanto certamente culturais, não teria sido possível. (SANTAELLA, 2002, p. 77)

A economia global está se reestruturando baseada em redes; redes de fornecedores, redes de produtores, redes de clientes e redes de cooperação tecnológica que permitem às empresas compartilhar conhecimentos e experiências na pesquisa e desenvolvimento de linhas de produto. “Os mercados estão cedendo lugar às redes, e a noção de propriedade está sendo substituída rapidamente pelo acesso” (RIFKIN, 2004, p. 4). O surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional marcam a reestruturação capitalista.

A flexibilidade que impera no novo modelo está no processo e não no produto. A produtividade e o crescimento econômico dependem mais da tecnologia, da informação e da gestão, do que do aumento quantitativo de capital e trabalho como ocorria no modelo anterior. O paradigma da tecnologia da informação e comunicação é baseado na flexibilidade, ou seja, não apenas os processos são reversíveis, mas instituições e organizações podem ser modificadas e até mesmo fundamentalmente alteradas pela reorganização de seus componentes. Tudo muda muito rápido, valores se desfazem e/ou se modificam, dissolvem-se fronteiras e desenraizam-se as coisas, as gentes e as idéias, trazendo com isso, diferentes implicações sociais em que emergem novas formas de participação dos cidadãos.

A produção em massa de bens homogêneos foi substituída por uma maior variedade de bens a preços baixos em pequenos lotes e sem estoques. Esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto. O tempo de giro foi reduzido pelo uso de novas tecnologias produtivas e de novas formas organizacionais. Também ocorreu uma redução do tempo de giro no consumo. O *turn-over* da produção e do consumo é extremamente veloz. A meia vida dos produtos diminuiu drasticamente (HARVEY, 1992, p. 148). O controle de qualidade foi integrado ao processo e as peças com defeito passaram a ser rejeitadas e não mais guardadas nos enormes estoques. O desperdício passou a ser o inimigo número um da produção, principalmente em relação ao tempo, “reduzindo-se a porosidade do dia de trabalho” (HARVEY, 1992, p. 167) e a produção passou a ser planejada de acordo com a demanda (*just-in-time*).

O trabalho mudou. O consumo mudou. Quando se consome um bem material, diferente dos bens homogêneos, há um desgaste do próprio bem. O bem imaterial não se esgota. Um livro, por exemplo, pode se deteriorar, mas seu conteúdo não. O consumo de bens imateriais passa pela necessidade de transmissão. A comunicação, mais do que nunca, agora está dentro dos processos produtivos. A produção dispersa geograficamente, a produção em pequena escala e a busca por mercados específicos, não levou à diminuição do poder corporativo. O capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional (HARVEY, 1992, p. 150-151). A dispersão geográfica da produção, feita através de uma mudança na

estrutura ocupacional, seja do trabalho (com as novas modalidades de empregos temporários, de tempo parcial e a terceirização) seja do monopólio, num amplo conjunto de produção desterritorializada, é uma realidade.

A formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos, resultou na criação de um único mercado mundial de dinheiro e crédito. A obtenção de lucro não se restringe a produção pura e simples de bens e serviços. O sistema bancário e financeiro passou a ter muito mais autonomia em comparação com o financiamento corporativo, estatal e pessoal.

A posição do Estado hoje é mais problemática. Ele tem que regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e também é forçado a criar um bom clima de negócios para atrair o capital financeiro transnacional e global além de conter a fuga de capital para mercados mais lucrativos. Se no fordismo tínhamos um Estado rígido, que regulamentava todo o processo produtivo e dava garantias ao trabalhador (Estado do bem-estar social), agora ele é mais flexível, posicionando-se como um empreendedor e intervindo na economia através de aquisições e não mais com políticas monetárias. O Estado se tornou uma espécie de grande credor. De modo geral, a economia vai caminhando sem intervenção. Até mesmo setores estratégicos foram transferidos para a iniciativa privada na onda de privatizações da década de 1990. No entanto, em momentos de crise, quando há necessidade de injetar capital no mercado e absorver excessos produtivos, lá está ele. A atual crise da economia mundial é prova disso. As políticas liberalistas da década de 1990 deram lugar a práticas keynesianas, mas com características diferentes do keynesianismo clássico.

A atual crise econômica¹⁵ se originou com a quebra do mercado imobiliário americano. Em um mundo globalizado, onde fluxos financeiros e produtivos

¹⁵ Com juros baixos e crédito farto, os preços dos imóveis nos EUA tiveram forte valorização, encorajando mutuários a refinanciar suas hipotecas. Os bancos davam aos mutuários uma diferença em dinheiro, que era usada no consumo. Para captar dinheiro, os bancos criaram instrumentos financeiros complexos chamados títulos lastreados em hipotecas (uma espécie de nota promissória garantida pelas hipotecas) e venderam para investidores, que também emitiram seus próprios títulos lastreados nesses títulos e passaram-nos para frente, espalhando-os por todo o sistema bancário. As taxas de juros começaram a subir para combater a inflação enquanto o preço dos imóveis passaram a cair, fazendo com que as mensalidades da casa própria ficassem mais caras. A inadimplência disparou e, assim, os títulos que eram garantidos por essas hipotecas perderam valor. Além dos prejuízos com a inadimplência, os bancos tiveram fortes perdas com os títulos. Os bancos com

ultrapassam fronteiras nacionais, uma crise em um país central na configuração atual gera consequências em todo o mundo capitalista. O Estado voltou a intervir diretamente no controle da economia, como no keynesianismo clássico. No entanto, o objetivo não é mais garantir um padrão de vida mínimo à população (Estado de bem-estar social). Bilhões de dólares foram aplicados na economia americana a partir dos mega pacotes aprovados pelo Congresso no final de 2008 e início de 2009. A maior parte deste capital foi embolsada por bancos, seguradoras e demais empresas do setor financeiro. O discurso do governo norte-americano é de salvamento da economia para o cidadão. Na prática, o consumidor final sentiu pouco os efeitos desses dólares. David Harvey, em texto publicado na Revista Sin Permiso, explica porque esse dinheiro não surtirá os efeitos desejados.

Os 800 bilhões de dólares votados com dentes arreganhados pelo Congresso em 2009, ainda que sejam melhores do que nada, estão muito longe de serem suficientes. Seria preciso uma cifra da ordem dos 2 trilhões de dólares, uma quantidade excessiva dado o nível atual do déficit estadunidense. A única opção econômica possível seria mudar o débil keynesianismo dos gastos militares excessivos por um keynesianismo muito mais forte, voltado a programas sociais. Cortar pela metade o orçamento de defesa norte-americano (aproximando-o dos níveis europeus em termos percentuais ao PIB) poderia resultar tecnicamente útil. É o caso de dizê-lo: quem quer que proponha coisa semelhante cometerá suicídio político, dada a posição política mantida pelo Partido Republicano e por muitos democratas (HARVEY, *in* www.cartamaior.com.br).

Os capitalistas que pregaram com fervor a favor do neoliberalismo nos últimos 30 anos vêm agora pedir socorro aos governos. Há pouco tempo, as políticas neoliberais estavam em pauta nos países capitalistas avançados e o discurso da moda era liberalização do comércio e abertura dos mercados. Vale lembrar, no entanto, que mesmo os EUA, exemplo máximo do capitalismo, sempre mantiveram suas próprias barreiras protecionistas. O papel do Estado é um fator decisivo na organização da economia, quer sendo liberal ou keynesiano. De fato, o que vemos hoje não é diferente do que sempre aconteceu no mundo capitalista: o Estado legitima o poder de quem controla o capital na medida em que ele mesmo é um dos controladores e os representa. Se nas últimas décadas o Estado contribuiu para o livre funcionamento da economia, agora ele intervém diretamente. Duas faces da mesma moeda, apenas. Amanhã, quando a economia se estabilizar novamente e voltar a crescer, pode tornar a ser “liberal”. O que existe hoje é uma economia em

rede, interdependente, que aplica seu progresso em tecnologia, conhecimento e administração na própria economia, formando um círculo de interação que age sobre todos os domínios das atividades humanas.

4.3. Trabalho flexível

O conceito clássico de valor **da mercadoria** envolve uma relação do tempo gasto para se produzir algo com o trabalho dispensado nessa tarefa. Ou seja, o valor é determinado pelo tempo de trabalho. Para Marx, o trabalho é ontológico. O “ser” transforma a natureza e transformar a natureza é trabalho; logo, quem não trabalha não “é”, não faz parte do ser. O surgimento do trabalho seria a primeira e fundamental condição para a existência do homem (MARX, *in* IANNI, 1979, p. 46). É no e por meio do trabalho, das relações sociais de produção, que o indivíduo vai sendo constituído. O trabalho é a ação transformadora do homem sobre a natureza e, simultaneamente, sobre ele mesmo. Desde o início, o trabalho é uma atividade social, que requer cooperação entre indivíduos, supondo uma divisão técnica dos afazeres. Pode-se perguntar, então, como fica a questão do valor em uma sociedade pós-industrial, onde o trabalho não pode mais ser mensurado da maneira clássica?

O toyotismo, novo método de gestão da produção, originou-se no Japão, na fábrica da Toyota, mas ganhou um “valor universal para o capital em processo” pois vem de encontro com as exigências do capitalismo mundial e das novas condições de concorrência e de valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 1970. A mundialização do capital e a presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção exigem um novo tipo de envolvimento operário. Há uma transição do modelo fordista para o modelo da especialização flexível. Se antes, tínhamos uma rígida divisão de tarefas, uma nítida hierarquia de funções e uma forte divisão entre planejamento e execução, o paradigma informacional, exige uma nova organização do trabalho, com a integração sistêmica de diversas unidades, práticas gerenciais interativas, equipes de trabalho responsáveis por um ciclo produtivo completo e capazes de tomar decisões, produção e utilização intensiva de informações e ênfase na capacidade de mudar rapidamente de funções (flexibilidade) (ALVES, 1999).

O modelo de posto de trabalho – onde a lógica do projeto e da operação da produção tem como base uma sequência rígida de tarefas desempenhadas por trabalhadores praticamente fixos a tais postos – começa a ser

substituído por outras abordagens que introduzem maior flexibilidade na organização do trabalho e, por conseguinte, nas respostas do processo produtivo ao mercado – exigência observada em uma gama cada vez maior de setores industriais. (MARX, Roberto, *in* ARBIX e ZILBOVICIUS, 1997, p. 183)

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente, há uma redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou sub-contratado. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural”, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical. (HARVEY, 1992, p. 141 e 143). As novas tecnologias de produção e as novas formas coordenantes de organização permitiram o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista. A força de trabalho deverá ser adaptável e, se necessário, geograficamente móvel. A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força e trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos (HARVEY, 1992, p. 144). Esses trabalhadores centrais têm grande segurança no emprego enquanto os trabalhadores temporários têm nenhuma ou pouca segurança e condições ruins no trabalho.

O trabalhador precisa desempenhar múltiplas tarefas, com funções simultâneas e conexas e, para isso, deve ter capacidade de seleção, tratamento e interpretação de informações, comunicação e integração grupal, antevisão de problemas, resolução de imprevistos, atenção, responsabilidade, além das variáveis de tipo comportamental como abertura, criatividade, motivação, iniciativa, curiosidade e vontade de aprender e de buscar soluções. Na medida em que há a necessidade de tantas características pessoais e subjetivas, o pagamento *pro rata* é substituído por um sistema detalhado de bonificações. O trabalhador pós-industrial tem que ser multifuncional e se adaptar bem a mudanças. Seu espaço no interior da empresa muda constantemente. A redução do emprego regular, o faz passar por várias outras empresas ou cargos o que o leva para outras cidades, estados, países. Movimento constante.

<i>Contraste entre o fordismo e a acumulação flexível</i>	
Produção fordista	Produção <i>just-in-time</i>
TRABALHO	
• realização de uma única tarefa pelo trabalhador	• múltiplas tarefas
• pagamento <i>pro rata</i> (baseado em critérios da definição do emprego)	• pagamento pessoal (sistema de bonificações)
• alto grau de especialização de tarefas	• eliminação da demarcação de tarefas
• pouco ou nenhum treinamento no trabalho	• longo treinamento no trabalho
• organização vertical do trabalho	• organização mais horizontal do trabalho
• nenhuma experiência de aprendizagem	• aprendizagem no trabalho
• ênfase na redução da responsabilidade do trabalhador (disciplinamento da força de trabalho)	• ênfase na co-responsabilidade do trabalhador
• nenhuma segurança no trabalho	• grande segurança no emprego para trabalhadores centrais (emprego perpétuo). Nenhuma segurança no trabalho e condições ruins para trabalhadores temporários

Fonte: SWYNGEDOUW in HARVEY, 1992, p. 167

4.4. Sociabilidade e cultura

As sociedades não são apenas o resultado da transformação tecnológica e econômica, nem pode a mudança social ficar limitada a crises e adaptações institucionais. A revolução das tecnologias da informação e comunicação trouxe novas possibilidades de interação, seja homem-homem, homem-máquina e máquina-máquina. Pessoas geograficamente distantes podem interagir em tempo real. De fato, essa interação é possível desde o final do século XIX, quando Bell inventou o telefone. A novidade é que a gama de possibilidades de interação multiplicou-se nas últimas décadas. “A difusão da Internet, ocorrida em meados da década de 1990, foi turbulenta porque introduziu possibilidades antes impensáveis no já centenário contexto das telecomunicações via telefone” (NICOLACI-DACOSTA, 2005, p. 53). As interações mediadas por computador têm a potencialidade de colocar qualquer usuário em contato com tudo – ou seja, qualquer tipo de informação – e com todos – isto é, qualquer outro usuário. Em uma rede, qualquer ponto tem o potencial de se conectar a qualquer outro.

A criação de ambientes de encontro virtuais apresentou novas categorias de relações interpessoais. Se na era do telefone as interações virtuais eram restritas a uma rede de conhecimentos “reais”, com a internet o usuário pode interagir

individualmente ou em grupo com conhecidos e desconhecidos, próximos ou distantes geograficamente. Passados alguns anos, após a euforia inicial causada pela popularização da internet, “inúmeras pesquisas internacionais e nacionais vêm mostrar que esses ambientes se tornaram espaços análogos aos espaços “reais”, nos quais se desenrola o drama sempre real dos relacionamentos pessoais” (NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 54). Os relacionamentos virtuais são um complemento para os reais e não um substituto para estes (NICOLACI-DA-COSTA, 1998). Isso porque as tecnologias são a base constitutiva desse novo modelo social baseado em redes e não uma entidade externa à cultura.

Para explicitar seu conceito de ciber-socialidade, Lemos se apropria do conceito de socialidade do sociólogo francês Michel Maffesoli. Esse conceito é definido em oposição ao de sociabilidade e “a tecnologia contemporânea é um dos fatores mais importantes de formação dessa socialidade pós-moderna” (LEMOS, 1998, p. 6).

A "socialidade" marcaria ("daria o tom") os agrupamentos urbanos contemporâneos, colocando ênfase na "tragédia do presente", no instante vivido além de projeções futuristas ou morais, nas relações banais do cotidiano, nos momentos não institucionais, racionais ou finalistas da vida de todo dia. Isso a diferencia da sociabilidade que se caracteriza por relações institucionalizadas e formais de uma determinada sociedade. (LEMOS, 1998, p. 3)

A socialidade é marcada por “mini-conceitos” que podem ser usados para descrever a relação entre as novas tecnologias e a sociedade contemporânea. Entre eles, destacamos: tribalismo – “passagem (ou a desintegração) do indivíduo clássico à (na) tribo. A organização da sociedade dá lugar à organicidade da socialidade, tribal e não mais racional ou contratual. A pessoa pós-moderna (em oposição ao indivíduo moderno) tem necessidade da tribo para se construir com o outro, pelo outro e no outro. Os tribalismos, sejam religiosos, esportivos, musicais, etc., referem-se a uma vontade de “estar junto” e não mais a uma função ou obrigação” (LEMOS, 1998, p. 5). Outro conceito importante é o presenteísmo - ênfase no presente em detrimento de perspectivas futuristas. A socialidade é efêmera, imediata, empática (LEMOS, 1998, p. 3). Finalmente, vem a “ética da estética” – em contraposição a uma moral universal, a ética da estética é a base comportamental da socialidade tribal, gregária e empática contemporânea, que se apóia sobre as multi-personalidades (as máscaras do teatro cotidiano). Esta "ética da estética" vai impregnar todo o ambiente social e contaminar o político, a comunicação, o

consumo, a publicidade, as empresas, ou seja, a vida cotidiana no seu conjunto (LEMOS, 1998, p. 5). “A tendência comunitária (tribal), o presenteísmo e o paradigma estético podem potencializar e ser potencializados pelo desenvolvimento tecnológico” (LEMOS, 1998, p. 5).

A partir do conceito de socialidade de Maffesoli, Lemos coloca a ciber-socialidade como uma junção entre a socialidade e a técnica contemporânea. Nesse sentido, a cibercultura seria uma junção de cibernética e cultura. “Não se trata mais de excluir a socialidade, e tudo que ela tem de trágico, violento, erótico ou lúdico, como inimiga de uma sociedade racional, técnica e objetiva. A cibercultura não é uma "cibernetização" da sociedade mas, ao contrário, a "tribalização" da cibernética” (LEMOS, 1998, p. 9).

A cibercultura, esse "estilo" da cultura técnica contemporânea, é o produto sociocultural da sinergia entre a socialidade estética contemporânea de que nos fala Maffesoli e as novas tecnologias micro-eletrônicas... A cibercultura forma-se precisamente da convergência entre o social e o tecnológico, sendo através da inclusão da "socialidade" na técnica que ela adquire seus contornos mais nítidos. (LEMOS, 1998, p. 7)

As tecnologias do ciberespaço mantêm uma relação dialógica com a socialidade. Portanto, não faz sentido fazer uma oposição entre relacionamentos “reais” e “virtuais”, criticando os segundos por serem efêmeros e descartáveis como o faz Bauman. Na verdade, o que os críticos chamam de “relacionamentos reais” são relacionamentos modernos, fundados em uma perspectiva moderna onde sociedade organizada significava indivíduos que cumpriam funções formais, pré-determinadas. A socialidade contemporânea se apropria das tecnologias tornando os relacionamentos “virtuais” tão reais quanto os “reais”. Efêmera, dispersa, lúdica são características da sociedade contemporânea. Se os relacionamentos são efêmeros, dispersos e lúdicos, eles o são independente de serem mediados por computador ou não.

A estética relativamente estável do modernismo fordista deu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (HARVEY, 1992, p. 148)

4.5. Espaço e tempo

Espaço e tempo não são categorias abstratas, mas estão ligadas ao fundo social que as constitui. Se vivemos em uma nova configuração da sociedade, temos, então, outra temporalidade e outra espacialidade. “O tempo é uma dimensão

imane da existência” (REIS, 1994, p. 13). O exercício de pensar a existência humana está intrinsecamente ligado ao conceito de tempo. Assim também o é com o espaço.

Ela [acumulação flexível] também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 1992, p. 140)

Há um redimensionamento das noções de espaço-tempo, uma vez que, através do uso das tecnologias de informação e comunicação, notícias correm o mundo em segundos, capitais entram e saem de um país por transferências eletrônicas, novos produtos são fabricados em muitos países e em nenhum deles isoladamente. “Toda mídia, da escrita à internet, cria processos que nos permitem driblar os constrangimentos do espaço e do tempo: envio de mensagens a distância, processos mnemônicos. As mídias contemporâneas instauram processos de territorialização e desterritorialização, a partir da compressão espaço-tempo que institui o “tempo real” e a possibilidade de acesso a informações em todos os espaços do globo... As mídias eletrônicas criam assim processos desterritorializantes em níveis político, econômico, social, cultural e subjetivo” (LEMOS, 2006, p. 3).

De modo geral, na sociologia e na ciência política a idéia de espaço está ligada à noção de território nacional. No entanto, “o advento da automação, da transmissão de dados, da telecomunicação, torna obsoletas idéias como unidade geográfica elementar” (ORTIZ, 1994, p. 53). A desterritorialização é uma característica da sociedade global. Esse conceito foi desenvolvido por Deleuze e Guattari na década de 80. A noção de território aqui não passa por determinações geográficas ou jurídicas. Está ligada à idéia de controle sobre fronteiras, sejam físicas, sociais, simbólicas, culturais, subjetivas. “Desterritorializar é se movimentar nessas fronteiras, criar linhas de fuga, re-significar o inscrito e o instituído” (LEMOS, 2006, p. 4). Em um mundo globalizado, tudo está em trânsito. Quer sejam pessoas, quer sejam produtos, informações ou o próprio capital. A Nike produz seus tênis na Indonésia, vende na Europa e tem escritório em Nova York. A própria produção não é mais fixa. “Já não é mais necessário que a planta industrial se situe neste ou naquele local, o produto é o resultado de intenções diversas, coordenadas pela

automação” (ORTIZ, 1999, p. 54). Esse movimento mundial reconfigura o espaço tradicional. Um exemplo é a cidade global.

A cidade global, é, portanto, um núcleo articulador do capitalismo mundial. A rigor, nenhuma delas pode ser entendida dentro de suas próprias fronteiras. Internamente, elas se dilatam e abrangem a área metropolitana de seus respectivos países; externamente, constituem uma rede, um conjunto dinâmico, composto por pólos interativos. (ORTIZ, 1999, p. 56)

Ao mesmo tempo em que a globalização possibilita o surgimento de cidades globais, também estimula a regionalização (CASTELLS, 2006, p. 71). “A civilização da modernidade-mundo se caracteriza pois, como sendo, simultaneamente, uma tendência de conjunção e de disjunção de espaço” (ORTIZ, 1999, p. 63).

O movimento de desterritorialização se aplica às cidades globais, como as definia Sassen, à produção automobilística, como querem os economistas, mas também à criação de lugares particulares (*shopping centers*, aeroportos, grandes avenidas, etc.), a uma memória “internacional-popular” (constituída pelas imagens-gesto veiculadas mundialmente pela mídia). (ORTIZ, 1999, p. 58)

Ao falarmos de cidades globais e localidades regionais não estamos defendendo uma oposição entre “local” e “global”. Na verdade, “conjunção e disjunção são partes do mesmo fenômeno” (ORTIZ, 1999, p. 63). “O ciberespaço é efetivamente desterritorializante, mas essa dinâmica não existe sem novas reterritorializações” (LEMOS, 2006, p. 3). Nesse sentido, as tecnologias de informação e comunicação criam a capacidade do global e do local se interpenetrarem. Essa influência recíproca gera uma das fontes de dinamismo da modernidade. E o que comanda o processo de territorialização, desterritorialização da sociedade é o acesso ou o não-acesso à informação. (HAESBAERT, 2004, p. 90 apud LEMOS, 2006, p. 7). Podemos dizer que um estudante que esteja viajando pelo mundo, mas sempre com o celular ligado e o laptop conectado à internet, apesar de sua mobilidade, está territorializado, “controlado e controlando o fluxo de matéria e informação” (LEMOS, 2006, p. 9). Outro estudante que esteja dentro do seu quarto, mas navegando na internet por horas, sem percurso pré-definido, “vivencia processos nômades, desterritorializantes, sem sair do lugar” (LEMOS, 2006, p. 9).

4.6. Para quem?

Se, em um primeiro momento, podemos afirmar que as tecnologias de informação e comunicação têm o potencial de colocar todos em contato com todos e com tudo, não podemos deixar de relativizar essa afirmação na medida em que nem todos verão esse potencial concretizado. Falar em sociedade global, informacional e em rede evoca o ideal de um cidadão do mundo bem informado, com formação global e capacidade de exprimir-se localmente em uma vivência democrática e cidadã. No entanto, a revolução tecnológica não culminará em uma forma superior de democracia. A informática realmente pode abrir espaço para o exercício de formas de democracia direta em governos locais. Mas isso não significa que esse será o caminho natural e muito menos que será esse o caminho em todos os lugares.

Para discutirmos essas questões com mais propriedade, faremos um traçado sobre o conceito de cidadania ao longo da história e tentaremos verificar o que significa ser cidadão no século XXI.

5. Sociedade contemporânea e cidadania: uma questão de acesso

*"A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão"*

Gonzaguinha

Em latim, “*civis*” gerou “*civitas*”, cidadania, cidade, Estado. Cidadania seria uma abstração derivada da junção dos cidadãos. Para os romanos, cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito. “*Civis* é o ser humano livre e, por isso, *civitas* carrega a noção de liberdade em seu centro” (FUNARI, 2002, p. 1, *in* PINSKY, 2002, p. 49). Já para os gregos, havia primeiro a cidade, *polis*, e só depois o cidadão, *polites*. Na Roma antiga, a noção de cidadania estava ligada ao conjunto de cidadãos que formavam a coletividade. A sociedade romana, no entanto, dividia-se basicamente em dois grupos sociais: os patrícios, únicos cidadãos de plenos direitos, e os plebeus.

O conceito de cidadania e a concepção do homem como cidadão que possui direitos foram sendo desenvolvidos ao longo da história humana. “Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço” (PINSKY, 2002, p. 9). De fato, é necessário que façamos uma retrospectiva histórica para entendermos o por que do conceito contemporâneo de cidadania.

5.1. Cidadania na Antigüidade

Antes mesmo do apogeu das sociedades gregas e romanas é importante destacar a formação do povo hebreu (PINSKY, 2002, p. 15), cuja constituição como sociedade resultou no desenvolvimento de conceitos de cidadania que chegaram até nossa moderna sociedade ocidental por causa do cristianismo. O grande legado dos hebreus à civilização foi a concepção de um deus que exigia um comportamento ético por parte de seus seguidores e era comprometido com problemas vinculados à exclusão social, à pobreza, à fome, à solidariedade (PINSKY, 2002, p. 16). Os profetas hebreus, principalmente Isaías e Amós, foram os primeiros a “dar voz ao grito dos oprimidos” (PINSKY, 2002, p.16). Esses profetas viveram em um período de decadência da monarquia hebréia quando o território foi dividido nos reinos de Judá e Israel. Sua preocupação era o comportamento do povo judeu. “Na prática da ética residiria a diferença fundamental entre o judeu e o não judeu (gentio)” (PINSKY, 2002, p. 18).

É fato, no entanto, que quando pensamos em cidadania, logo nos vem à mente a sociedade grega. Os primeiros pensadores que se debruçaram sobre a definição do que hoje entendemos sobre cidadania buscaram inspiração no mundo grego-romano. Mas, pensar a cidadania antiga como modelo a ser repetido é uma idéia “no mínimo idealizada”, pois Antigüidade e atualidade “são mundos diferentes, com sociedades distintas, nas quais pertencimento, participação e direitos têm sentidos diversos” (GUARINELLO, 2002, p.1, *in* PINSKY, 2002, p. 29). O conceito de cidadania tal qual é conhecido hoje é uma invenção moderna. Se considerarmos direitos humanos como quaisquer direitos atribuídos a seres humanos, podemos encontrá-los na Antigüidade: no Código de Hamurábi (Babilônia, século XVIII a.C.); no pensamento de Amenófis IV (Egito, século XIV a.C.); na filosofia de Mêncio (China, século IV a.C.) e em inúmeras civilizações e culturas ancestrais. No entanto, na Antigüidade, não se conhecia o fenômeno da limitação do poder do Estado. As leis que organizavam os Estados não atribuíam ao indivíduo direitos que pudessem ser exigidos à face do poder estatal. Não obstante tenha sido Atenas o berço do pensamento político ocidental, não se imaginava então a possibilidade de um estatuto de direitos oponíveis ao próprio Estado. Sem garantia legal, o respeito aos direitos humanos ficava na dependência da vontade dos governantes.

A Grécia antiga era uma região agrícola às margens do mar Mediterrâneo. Sua organização foi única na história. Não havia um centro governamental, mas

ciudades-estado independentes formadas por associações de proprietários privados de terra. Os conflitos internos das cidades-estado “tinham que ser resolvidos comunitariamente, por mecanismos públicos, abertos ao conjunto dos proprietários. Aqui reside a origem mais remota da política, como instrumento de tomada de decisões coletivas e de resolução de conflitos, e do Estado, que não se distinguia da comunidade, mas era sua própria expressão” (GUARINELLO, 2002, p. 5 *in* PINSKY, 2002, p. 33). As cidades-estado se tornaram sociedades mais complexas ao longo do tempo vindo a se unificar sob o domínio daquela cuja cidadania era mais aberta do que a regra geral: Roma (p.42). “O império de Roma levou os conflitos próprios de uma cidade-estado às últimas conseqüências” (GUARINELLO, 2002, p. 14, *in* PINSKY, 2002, p. 42).

Os romanos eram divididos basicamente em uma nobreza hereditária, Patrícios, e o restante da população, Plebe, o povo, palavra ligada à idéia de massa. Além desses dois grupos principais ainda havia os Clientes, espécie de servos dos Patrícios que mantinham uma relação de fidelidade com estes recebendo terra e proteção, e os Escravos, normalmente domésticos. A pobreza de camponeses e trabalhadores urbanos poderia levá-los à escravidão. “A luta pelos direitos civis dos plebeus foi o grande motor das transformações históricas a partir da República, por dois séculos (V e IV a.C.)” (FUNARI, 2002, p. 4, *in* PINSKY, 2002, p. 52).

A cidadania romana conseguiu vários avanços nesse período como a instituição do Tribunato da Plebe, com poder de veto às decisões dos Patrícios, a nova divisão dos romanos em tribos geográficas e não mais hereditárias e as conquistas ligadas à expansão militar além de uma série de outros avanços no campo legal como a Lei Poetélia Papíria que abolia a servidão por dívida. Há um grande problema quando se fala de cidadania na Antigüidade: só os cidadãos tinham direitos e apenas uma pequena parcela da população era considerada cidadã. Uma tentativa de universalização, no entanto, acabou sendo negativa pois em meados do século III os poderes imperiais aumentaram significativamente transformando todos em súditos do imperador que tinha plenos poderes.

No ano de 212, o imperador Caracalla estendeu a cidadania romana a todos os homens livres do mundo romano, renunciando a generalização dos direitos de cidadania entre milhões de pessoas... A universalização da cidadania romana levou, também, à sua desvalorização e à criação de novos tipos de diferenciações sociais. (FUNARI, 2002. p. 17, *in* PINSKY, 2002, p. 75)

Bem mais avançados que os gregos no que se trata de cidadania, os romanos apresentavam diversas características em comum com as modernas noções de cidadania e participação popular na vida social.

A história da cidadania antiga só pode ser compreendida como um longo processo histórico, cujo desenlace é o Império Romano. De pertencimento a uma pequena comunidade agrícola, a cidadania tornou-se, com o correr dos tempos, fonte de reivindicações e de conflitos, na medida em que diferentes concepções do que fossem as obrigações e os direitos dos cidadãos no seio da comunidade se entre chocaram. (GUARINELLO, 2002, p.17, *in* PINSKY, 2002, p.45)

A constituição do Império Romano Cristão significou o declínio acentuado das prerrogativas da cidadania clássica. Com as invasões bárbaras e o início da idade das trevas, pode-se dizer que houve um retrocesso no que diz respeito à conquista de direitos. Somente no período do renascimento, o conceito de democracia começou, aos poucos, a ser retomado. No final da Idade Média, nas cidades, corporações e universidades, reanimaram-se os princípios de associação, de representação e das liberdades e franquias cívicas e pessoais. Porém, a noção de cidadania só ressurgiu vigorosamente com a Revolução Inglesa (1688), a Revolução Americana (1774-76) e, sobretudo, com a Revolução Francesa (1789), desencadeando o conceito moderno de cidadania. A afirmação da vontade popular, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), a identificação da soberania popular com a universalidade dos cidadãos franceses e a formação do Estado-Nação constituem os fundamentos do conceito moderno de cidadania.

5.2. As revoluções burguesas

A entrada na Idade Moderna trouxe uma série de inovações para a sociedade ocidental. A transição do feudalismo para o capitalismo foi acompanhada pela concepção de uma nova visão de mundo. A resignação religiosa, alimentada pela Igreja Católica Romana, deu lugar a um indivíduo que reivindicava melhores condições de vida. Nos séculos XIV e XV, a sociedade feudal da Europa centro-ocidental passou por grandes transformações. Foi inaugurado um longo período de transição ao capitalismo. O súdito iria se tornar um cidadão. Pode-se dizer que os direitos de cidadania começaram a ser desenvolvidos a partir das revoluções burguesas. A primeira delas foi a Revolução Inglesa, iniciada em 1640 e concluída em 1688, dando origem ao primeiro país capitalista do mundo.

5.2.1. Revolução Inglesa

A Inglaterra, entre 1640 e 1688, viveu um processo de transformação política, cultural e econômica que trouxe para o cotidiano a expressão *freeborn englishman*, o inglês nascido livre ou livre por nascença, relacionada aos direitos natos do cidadão. Isso quer dizer, que todo inglês teria uma série de direitos só por nascer, os direitos naturais, aqueles que cada indivíduo possui antes de qualquer decisão governamental ou política. Essa é uma das grandes inovações dos revolucionários ingleses. Agora, ao contrário do que acontecia na Antigüidade quando os direitos eram concessões do Estado, os direitos foram reconhecidos como “natos”. Entre tais direitos estava o de não ser obrigado a acusar a si próprio, o de não pagar impostos que não fossem votados por seus deputados e o de ter voz na política.

Em 1689, ao final da Revolução Inglesa, Jaime II foi deposto e Guilherme e Maria Stuart, que o sucederam, aceitaram o *Bill of Rights*, que é o nome inglês do que nas línguas latinas, é conhecido como "declaração de direitos". O termo *Bill*, seria o equivalente a um “projeto de lei”, ou seja, um texto legal plenamente válido, mas cuja validade não deriva da aprovação do poder executivo. Isso quer dizer que os direitos existem e vigoram, não porque um rei (ou mesmo uma assembléia) assim o quis, mas porque naturalmente todos os humanos têm tais direitos. A assembléia, seja ela a francesa de 1789 ou a da ONU de 1948, apenas declara os direitos, ela não os cria. Após o *Bill of Rights* inglês será necessário um século antes de surgirem dois outros: em 1791, a declaração americana, e, em 1789, nos inícios da Revolução Francesa, a Assembléia, que acabara de se declarar Constituinte, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A partir de agora, não são mais os direitos de um único povo, e sim os da humanidade inteira.

Até a Revolução Inglesa, cidadania estava ligada à condição de cidadão. A partir da crise da sociedade feudal e conseqüente afirmação do capitalismo, não era mais possível conceber cidadania como habitar em uma cidade. “Os novos tempos exigem que este (homem) passe a ter também direitos nessa mesma cidade e não mais somente deveres” (MONDAINI, 2002. p. 2, *in* PINSKY, 2002, p. 116). A “restauração” da monarquia inglesa na Revolução Gloriosa era, na verdade, “uma grande transformação” (MONDAINI, 2002. p. 4, *in* PINSKY, 2002, p. 118).

Três fatores foram fundamentais para que essa grande transformação acontecesse culminando com a consolidação do capitalismo. O primeiro deles foi o

que Karl Marx denominou como o processo de “acumulação primitiva de capital” (MARX, *in* IANNI, 1979, p. 65), que possibilitou “a concentração de valores de capital nas mãos de uma classe social capaz de transformá-los em instrumentos concretos de produção” (MONDAINI, 2002. p. 4 *in* PINSKY, 2002, p. 118). O segundo, é consequência e complementação do primeiro: a geração do trabalho (MARX, *in* IANNI, 1979, p. 65). Com o cercamento dos campos, uma grande quantidade de mão-de-obra foi liberada. Relacionados à expansão do capital e da mão-de-obra, vieram progressos técnicos viabilizados pelo renascimento da ciência. Além desses fatores, ainda era necessário uma importante transformação para que acontecesse uma revolução industrial que completasse a transição do feudalismo para o capitalismo: uma revolução política.

O processo revolucionário inglês é um modelo de transição ao capitalismo industrial, primeiramente de forma violenta, em 1640, logo depois, em 1688, de maneira conciliatória. Ao término de quase um século de lutas entre rei e Parlamento, com a solução monárquica constitucional, foi criada a condição primordial para o crescimento econômico de orientação capitalista – a estabilidade política sob a nova direção de uma classe burguesa que toma para si o poder estatal, fortalecendo-o nas suas relações internas com outras classes sociais e nas suas relações externas com outras nações (MONDAINI, 2002. p. 6, *in* PINSKY, 2002, p. 120)

Para o filósofo inglês Thomas Hobbes, em sua obra prima *Leviatã* de 1651, o estado absoluto passa a ser entendido como um “contrato social” entre os indivíduos que viviam até então em “estado de natureza”. Os homens livres e iguais ameaçados por sua própria natureza humana firmam um pacto que preservasse o “direito à vida”. Colocam sua liberdade individual e sua individualidade nas mãos do Estado-Leviatã que passa a ter a obrigação de protegê-los. Apesar de seu caráter absolutista, o pensamento hobbesiano já aponta para uma percepção moderna da relação Estado/indivíduos. “Estavam abertas as portas para a ofensiva de uma tradição que se pautasse pela defesa da liberdade do indivíduo, limitando politicamente os poderes estatais” (MONDAINI, 2002. p. 15, *in* PINSKY, 2002, p. 129).

A cidadania liberal, ou, em outras palavras, os direitos de cidadania no âmbito restrito do pensamento liberal, no entanto, ainda era uma cidadania excludente pois diferenciava “cidadãos ativos” e “cidadãos passivos”, “cidadãos com posses” e “cidadãos sem posses”. O artigo 11 do *Bill of Rights*, por exemplo, falava dos jurados que deveriam ser “livres proprietários de terras”. Aos não-proprietários era vedado o direito à representação política. Apesar disso, a cidadania liberal foi

“um primeiro – e grande – passo para romper com a figura do súdito que tinha apenas e tão somente deveres a prestar” (MONDAINI, 2002. p. 17, *in* PINSKY, 2002, p. 131).

5.2.2. Revolução Americana

Mais de 100 anos depois do início da Revolução Inglesa, em 1776, mas também consequência do pensamento liberal, uma outra revolução burguesa trouxe importantes transformações nos conceitos de cidadania e liberdade: a Revolução Americana. Enquanto os ingleses viviam a sua revolução durante o século XVII, as colônias americanas usufruíam da quase total ausência da Inglaterra. “Essa “negligência salutar”, como foi definida muitas vezes, implicava uma relativa liberdade de comércio.” (KARNAL, 2002, p. 4, *in* PINSKY, 2002 p. 138). Em meados do século XVIII há uma guinada nesse quadro. Sem ignorar a complexidade de causas inerente a todos os acontecimentos históricos, em resumo, a mudança ocorreu por duas razões principais: a dívida inglesa contraída por causa da Guerra dos Sete Anos com a França (1756-1763) e as novas necessidades econômicas em consequência da Revolução Industrial. Foi, então, imposta uma legislação de caráter mercantilista com leis restritivas como a do açúcar, a do selo, a da moeda etc. O texto não era inédito, mas a ânsia de cumpri-lo estava renovada.

Os colonos passaram a fazer petições com reclamações e congressos nos quais declaravam suas insatisfações. A Inglaterra não cedeu e passou a reprimi-los com agressividade. Os choques entre colonos e ingleses culminaram com a Declaração da Independência em 1776. É importante destacar que, como em vários outros momentos históricos, foi construída uma memória e uma identidade americana. Assim como os republicanos brasileiros idealizaram a figura de Tiradentes e ridicularizaram a do imperador Dom Pedro II, os revolucionários de 1776 redigiram um documento que esquecia a maior parte das circunstâncias da emigração para o Novo Mundo como as noivas à venda em leilões nos portos da América, os ladrões e as prostitutas embarcados, a voracidade das companhias mercantis inglesas, e fixava-se no ideal dos puritanos que chegaram à América em 1620 a bordo do navio *Mayflower*. Assolados pelo frio e pela fome esses “pais peregrinos” escreveram um texto que expressava sua preocupação com leis que garantissem justiça e igualdade (KARNAL, 2002, p. 1-5, *in* PINSKY, 2002 p. 135-139).

Só a construção de um determinado conceito de liberdade poderia unir fazendeiros escravocratas da Virgínia, comerciantes e manufatureiros da Nova Inglaterra, puritanos de Boston, católicos de Maryland, quacres da Pensilvânia, moradores das cidades como Nova York e muitos alemães das colônias centrais. A liberdade passou a ser construída como fator de integração nacional e de invenção do novo Estado.” (KARNAL, 2002, p. 5-6, *in* PINSKY, 2002 p. 139-140)

O cerne da Revolução Americana está na luta contra os colonizadores ingleses. Diante da resistência a um poder absoluto, os ex-colonos se preocuparam em criar documentos que garantissem direitos individuais e restringissem a possibilidade da opressão de um governo centralizado. Inspirados no filósofo inglês John Locke, cujos princípios básicos eram direitos naturais, governo instituído para preservar os direitos naturais e direito à rebelião, os constituintes de 1787 elaboraram um texto constitucional na primeira pessoa do plural. Em 1791, os estados votaram e aprovaram dez emendas constitucionais que se tornaram tão importantes quanto a própria constituição. As emendas estabelecem liberdade de expressão, o direito do cidadão comum portar armas, a necessidade de julgamentos abertos e com júri, proibição de penas cruéis, entre outras. A Declaração de Independência afirma que todos os homens foram criados iguais e dotados pelo Criador de direitos inalienáveis como vida e liberdade.

Os colonos americanos se armaram e venceram uma potência organizada que queria cobrar altos impostos e que não permitia a participação dos próprios colonos. “A Guerra de Independência tinha produzido a crença no sucesso da liberdade individual combatendo a tirania do Estado” (KARNAL, 2002, p. 10, *in* PINSKY, 2002 p. 145). Assim como na Inglaterra, a cidadania americana era de cunho liberal, mas ainda era limitada. Mulheres e brancos pobres não votavam e a escravidão continuou a existir até a Guerra da Secessão (1861-1865).

5.2.3. Revolução Francesa

Dois anos após a constituinte americana, em 1789, a França vive a terceira e mais violenta das revoluções burguesas. “Tanto quanto a Americana, a Revolução Francesa tem como apogeu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. O primeiro traço que distingue a declaração francesa da americana é o fato de a primeira pretender ser universal.” (ODALIA, 2002, p. 6, *in* PINSKY, 2002, p. 164). Os indivíduos que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão se referia não eram apenas os franceses, mas todos os homens. O *Bill of Rights* inglês

fazia discriminações claras entre os próprios habitantes da Inglaterra como demonstra o artigo 11 citado anteriormente. A Declaração de Independência americana, sua Constituição de 1787 e mesmo suas emendas de 1791, apesar de dizerem que “todos os homens foram criados iguais”, considerava cidadãos apenas os homens brancos e dotados de bens imóveis. Pela primeira vez, o “todos os homens são iguais” não se referia apenas a um grupo de ingleses, franceses ou americanos, mas a todos os homens.

Desde 1614, os reis franceses não convocavam os Estados Gerais – instituição política integrada por representantes do Alto Clero, da Nobreza e do Terceiro Estado cujo objetivo era funcionar como uma ajuda ao rei em momentos de crise. No início de 1789, no entanto, Luís XVI resolveu chamar aquela antiga assembléia, cujas origens vinham dos tempos medievais, na tentativa de resolver a grave crise financeira que se alastrava pela França. A reunião foi marcada para se realizar em Versalhes, a partir de maio. Na data prevista, Jacques Necker, ministro da Fazenda, além de mencionar que todos estavam ali por benemerência do rei, apresentou um déficit orçamentário de 56 milhões de livres, o qual convocava a nação a pagar. O objetivo da reunião era a votação do orçamento do Estado.

Nenhum fato histórico acontece do nada. A Revolução Francesa foi resultado de um processo histórico. A criação do Terceiro Estado no século XV, por exemplo, já era um sinal de mudança. Os Estados Gerais de 1789 compunham-se de 1.154 representantes: 291 deles eram deputados do Alto Clero, 285 da nobreza e 578 do Terceiro Estado (ordem que, genericamente, abrigava o povo). Na época, dos 25 milhões de franceses, apenas 120 mil pertenciam ao clero e 350 mil à nobreza. Nas sessões dos Estados Gerais, os representantes do nobres e do clero se reuniam separadamente. No início de reunião de 1789, os representantes do Terceiro Estado solicitaram que fosse extinta a separação. Eles queriam que as votações e sessões fossem compostas pelas três classes ao mesmo tempo. A proposta foi negada pela maioria dos nobres e, apesar de haver uma maior divisão dos votos, também pelos representantes do Alto Clero.

Ao mesmo tempo em que os representantes não conseguiam se conciliar na reunião dos Estados Gerais, as ruas de Paris assistiam à maior e mais violenta movimentação popular vista até então. No dia 17 de junho, o Terceiro Estado, por sugestão do abade Sieyès, proclamou-se Assembléia Nacional, na intenção de se transformar a maior representação do poder político. Os representantes do Alto

Clero e parte da Nobreza aderiram ao Terceiro Estado para não correrem o risco de perder totalmente seus privilégios. Em 20 de junho, o rei ordenou a dissolução da assembléia. Os representantes, porém, passaram a reunir-se num outro local, na sala do jogo de péla, e lá juraram que não se separariam enquanto não dotassem a França de uma Constituição. Luís XVI, tentando preservar seu poder, se reuniu com os representantes dos Estados Gerais e acabou concordando com uma série de reivindicações como igualdade nos impostos, apoiou a liberdade individual e de imprensa, falou na reestruturação da justiça e das alfândegas e acabou com a servidão. No dia nove de julho, a Assembléia transformou-se em Constituinte. O rei, desgastado, não pôde se opor.

Os amotinamentos, arruaças, incêndios e refregas se espalharam pela França inteira desde o início de julho. Os motins de fome se alastravam. Os remediados de Paris encheram os largos e vielas armados de machados, pistolas, pedras e porretes. As tropas reais foram abandonando a cidade, bairro após bairro. Os revoltosos, então, assaltaram os armeiros e os arsenais militares, levando centenas de espingardas. No dia 14 de julho, a multidão, que estava submetida as fortes tensões dos últimos dias, resolveu atacar a Bastilha, um dos símbolos marcantes da monarquia francesa. Era na Bastilha que ficavam encarcerados os inimigos do rei. O episódio teve um efeito eletrizante. Não só na França, mas aonde a notícia chegou provocou um efeito imediato.

Antes de elaborar uma nova Constituição, a Assembléia Nacional Constituinte, em 26 de agosto, proclamou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Os 17 artigos dessa Declaração são um passo definitivo na transformação do homem comum em cidadão. O primeiro artigo estabelece que

“os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”, tais direitos são *naturais e imprescritíveis* e cabe a toda e qualquer associação política sua defesa e conservação. Esses direitos consistem na liberdade, no direito à propriedade, na segurança e na resistência à opressão. (ODALIA, 2002, p. 9, *in* PINSKY, 2002, p. 167)

A liberdade passou a ser entendida como “direito de fazer tudo que não prejudique os outros” (artigo quatro). Nos artigos sete e nove a liberdade foi nomeada: liberdade da pessoa, liberdade individual. O direito a propriedade, considerado um direito natural, também foi incluído na Declaração e ficou estabelecido que, caso o Estado necessitasse confiscar a propriedade, este deveria indenizar seu proprietário. “Como decorrência do fato de todos serem iguais perante

a lei, as dignidades, os cargos e os postos de trabalho públicos serão acessíveis a todo cidadão francês.” (ODALIA, 2002, p. 9, *in* PINSKY, 2002, p. 167). Nação passa a ser definida como uma instituição soberana e formada por um conjunto de cidadãos (artigo três), e a lei deve ser a expressão da vontade geral. O Estado não mais é um fim em si mesmo, mas existe para garantir que os direitos civis sejam usufruídos pelo cidadão. No artigo 16, conforme pregava Montesquieu, fica definida a separação dos poderes políticos: Executivo, Legislativo e Judiciário.

A maioria das constituições modernas, após 1918, adotou os postulados de maior culminância na Declaração francesa. Nenhuma outra expressão jurídica alcançou, até os nossos dias, uma consagração tão acentuada e uma universalidade tão consciente. Diversas constituições foram elaboradas a partir dos princípios alinhados na Declaração Francesa, tais como a Constituição Espanhola de 1812 (Constituição de Códiz), a Constituição Portuguesa de 1822 que tornou-se um grande marco de proclamação dos direitos individuais, consagrando a igualdade, a liberdade, a segurança, a propriedade, a desapropriação somente mediante prévia e justa indenização, a inviolabilidade de domicílio, a livre comunicação de pensamentos, a liberdade de imprensa, a proporcionalidade entre o delito e a pena, o princípio da reserva legal, a proibição da aplicação de penas cruéis ou infamantes, o livre acesso aos cargos públicos, bem como a inviolabilidade da comunicação e da correspondência, a Constituição Belga de 1831, a Constituição Alemã de Weimar, de 1919 e a Constituição Mexicana de 1917, precursora na sistematização do conjunto dos direitos sociais do homem, mantendo-se no contexto de um regime capitalista.

Apesar de seu caráter universalizante e de ter avançado como nunca antes na história no que diz respeito a compreensão do homem como cidadão possuidor de direitos, ainda assim, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão não contempla a todos. Defende o direito à propriedade, por exemplo, mas não fala nada em relação aos miseráveis sem propriedade. Todos os direitos são do cidadão e do homem como universais e valem para qualquer povo. No entanto, a própria França demorou para estendê-los, por exemplo, aos negros escravos. A declaração inglesa exclui dos direitos os estrangeiros; a americana, os escravos; a francesa, encontra um de seus limites na recusa, em 1791, de uma declaração dos direitos das mulheres: Olympe de Gouges, sua proponente, foi guilhotinada em 1793.

O mais importante, porém, não são as limitações dessas declarações, mas suas potencialidades. A Revolução Francesa, ou melhor, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão representou a primeira vez que houve exercício do direito do povo de decidir seu próprio destino, ou seja, “o direito que tem um povo de não ser impedido por outras forças de dar a si mesmo uma Constituição Civil que ele crê boa” (BOBBIO, 1992, p. 86). O conceito de cidadania foi evoluindo conforme evoluiu o conceito da dignidade da pessoa humana. O sistema democrático, que progressivamente se afirmou como a forma de governação universalmente desejável, funda-se nos princípios da cidadania nela consignados, ou seja, a soberania da Nação e da Lei e a igualdade de todos os cidadãos.

5.3. Conquista de direitos: pressuposto para cidadania

Se numa primeira fase os direitos foram concebidos pelos teóricos jusnaturalistas modernos (o homem tem direitos por natureza e ninguém, muito menos o Estado, pode subtraí-los ou aliená-los), a transição da teoria a prática começou a ser realizada, lentamente, a partir das revoluções burguesas (1640 a 1789). Os direitos civis, relacionados à liberdade pessoal, de pensamento, de religião, de reunião e de liberdade econômica, foram os primeiros a surgir. Esses direitos podem ser classificados como direitos de “primeira geração” (BOBBIO, 1992, p. 5). No século XIX, ligados à formação do Estado democrático representativo, estão os direitos políticos – liberdade de associação nos partidos e direitos eleitorais. Esses direitos implicam na participação dos cidadãos na determinação dos objetivos políticos do Estado e podem ser chamados de direitos de “segunda geração”.

Os direitos de “terceira geração” são os direitos sociais: direito ao trabalho, à assistência, ao estudo, à tutela da saúde, liberdade da miséria e do medo. Esses direitos implicam em um comportamento ativo por parte do Estado ao garantir segurança social ao cidadão. Estão relacionados com a emergência e auge do Estado-Providência, entre o fim do século XIX até os anos 60 do século XX. São considerados direitos condicionais na medida em que só se aplicam a classe trabalhadora, àqueles cuja situação se torna necessário o seu uso (SINGER, 2002, p. 1 *in* PINSKY, 2002, p. 191). O direito à comunicação pode ser considerado como de “quarta geração”, apesar de ainda estar muito longe de ser reconhecido como tal (RAMOS, 2005, p. 1 *in* MELO, 2005, p. 245). A quarta geração de direitos implica o controle das tecnologias sobre a segunda natureza humana (que é a nossa biosfera)

e o ambiente construído, nossas sociedades. Incluem ainda os relacionados à pesquisa biológica, defesa do patrimônio genético, etc (BOBBIO, 1992, p. 69).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi assinada em 1948 ainda sob o impacto da destruição causada pelas duas Grandes Guerras Mundiais. Espantado com o número de feridos e mortos e o alcance destrutivo dos conflitos armados, o mundo começava a compreender que a esperança estaria na afirmação dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais. No entanto, a Declaração Universal representa apenas o início de um longo processo, de supressão das dificuldades em implementar medidas eficientes de garantia internacional (BOBBIO, 1992, p. 83). Em 1993, a Conferência de Viena sobre direitos humanos reforçou a natureza universal desses direitos e reafirmou a relação indissolúvel deles com a democracia e o desenvolvimento.

Discutir direitos humanos hoje é uma questão complexa na medida em que a sociedade está em constante modificação a ponto de alguns autores considerarem que vivemos em um novo estágio social.

As Tecnologias de Informação e Comunicação e os processos a elas relacionados alteram e ampliam a complexidade das relações humanas. O conceito de Sociedade da Informação não é neutro. Informação é diferente de Comunicação. A Informação é uma fonte de poder e o domínio dos seus meios de produção, controle e disseminação pode aprofundar a desigualdade da distribuição dos poderes numa sociedade já marcada por disparidades iníquas. (MELO, 2005, p. 12)

Cidadania é o exercício de um conjunto de direitos e liberdades políticas, sociais e econômicas, já estabelecidos ou não pela legislação. Além de estar vinculada à conquista e manutenção dos direitos, também implica no exercício da democracia. Exercê-la é fazer valer os direitos garantidos, zelar para que não sejam desrespeitados e lutar para que outros sejam acrescidos à legislação. Segundo Dalmo Dallari:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (DALLARI, 1983, p.14)

A transformação do indivíduo em cidadão, ainda que represente uma conquista fundamental das revoluções burguesas, busca transcender a desigualdade de classe social pela igualdade da cidadania. Isso significa que, para se entender a concepção de cidadania, não se pode desvinculá-la da ordem

burguesa estabelecida e nem dos fundamentos da teoria liberal, onde o pressuposto da cidadania é a propriedade privada. E nem se pode supor que a cidadania preconizada pela teoria liberal tenha, no limite, o objetivo de acabar com as desigualdades. Não podemos entender cidadania fora do contexto da sociedade burguesa. No entanto, “os avanços da cidadania, se têm a ver com a riqueza do país e a própria divisão de riquezas, dependem também da luta e das reivindicações, da ação concreta dos indivíduos” (PINSKY, 2002, p. 13). A cidadania, é claro, não vai acabar com a desigualdade, mas ela coloca a possibilidade de atenuá-la.

A igualdade implícita no conceito de cidadania, embora limitada em conteúdo, minou a desigualdade do sistema de classe que era, em princípio, uma desigualdade total. Uma justiça nacional e uma lei igual para todos devem inevitavelmente enfraquecer e, eventualmente, destruir a justiça de classe, e a liberdade pessoal como um direito universal deve eliminar a servidão. (MARSHALL, 1967, p. 77)

O problema da realização dos direitos do homem não seria filosófico, tampouco moral ou jurídico; seria um problema que depende do desenvolvimento global da sociedade (BOBBIO, 1992, p. 32). Isso porque “cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia” (PINSKY, 2002, p. 10). Ser cidadão significa participar de uma sociedade onde haja o direito de se expressar e de ser compreendido, atitude capaz de construir a noção clara e precisa de que todos os cidadãos, nacionais ou não, podem e devem ter direito a ter direitos. O desenvolvimento desses direitos e o aprimoramento da idéia de cidadania enquanto um processo cumulativo de conquistas de direitos pode ser visto em dois sentidos: primeiro, enquanto aquisição de novos direitos; e, segundo, enquanto ampliação dos direitos para camadas da população que se encontravam excluídas desses direitos (MARSHALL, 1967, p.70).

Mesmo seus próprios teóricos reconhecem que o conceito de cidadania apresenta divergências teóricas e conceituais. No entanto, é preciso que a cidadania se constitua em um princípio universalizante de implementação, execução e avaliação das políticas sociais. A participação popular se transforma no referencial de ampliação das possibilidades de acesso dos setores populares dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos.

A participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje. Neste sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem

social. Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa. (BORDENAVE, 1983, p. 17)

Participação é o oposto de marginalização, considerando marginalidade como “ficar de fora de alguma coisa”, às margens de um processo sem nele intervir. Vale destacar, que “a participação é mais genuína e produtiva quando o grupo conhece bem a si mesmo e se mantém bem informado sobre o que acontece dentro e fora de si” (BORDENAVE, 1983, p. 50). Nas prévias das eleições presidenciais dos Estados Unidos de 2008, o candidato Barack Obama recebeu doações de mais de 1,5 milhão de pessoas através da internet. Cada uma delas deu até U\$ 200,00, somando U\$ 121 milhões. Isso significa 46% de toda a arrecadação da campanha. O candidato anunciou que, assim como fez nas prévias, não aceitará doações de grupos de lobby. Isso é participação política de fato, proporcionada pela tecnologia. Talvez seja uma das maiores mudanças em termos de democracia dos últimos tempos por que, ao contrário de tentativas anteriores de ciberdemocracia, como em Bolonha, onde a iniciativa foi do governo, desta vez, foi no sentido contrário, uma população que está dentro do processo, intervindo nele diretamente.

5.4. Cidadania no Brasil

Refletir sobre cidadania no Brasil, passa por discutir as dificuldades à sua extensão, decorrentes da cultura política tradicional, e das perspectivas da sua transformação. A nova dimensão da cidadania inclui, de um lado, a constituição de cidadãos no papel de sujeitos sociais ativos e, de outro, para a sociedade como um todo, um aprendizado de convivência com esses cidadãos emergentes que se recusam a permanecer nos lugares que lhes foram definidos social e culturalmente (JACOBI, 1999, p. 35).

O complexo processo de construção da cidadania no Brasil num contexto de aumento das desigualdades é perpassado por um conjunto de questões que necessariamente implicam a superação das bases constitutivas das formas de dominação e de uma cultura política baseada na tutela, no clientelismo e no patrimonialismo político (JACOBI, 2002, p. 5). Constituir cidadãos como sujeitos sociais ativos, implica na transformação das práticas sociais existentes e na sua substituição pela construção de novas formas de relação, que têm na participação um componente essencial. O enfrentamento do patrimonialismo político é uma tarefa

complexa e demorada em virtude do enraizamento das práticas de instrumentalização (JACOBI, 2002, p. 6).

No Brasil, ainda estamos distantes do ideal no que diz respeito a direitos humanos, pois não houve um atrelamento das três gerações de direitos (CARVALHO, 2002, p. 32). O direito à liberdade de pensamento e ao voto, por exemplo, não garantiram outros direitos, como, à segurança e ao emprego. Tem-se gerado historicamente neste país uma cidadania inconclusa – como na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. A diferença é que lá foi uma questão de tempo (CARVALHO, 2002, p. 44).

Os ingleses introduziram primeiramente os direitos civis, no século XVIII e, somente um século mais tarde, após exercício à exaustão desses direitos, os direitos políticos. Os direitos sociais, entretanto, tiveram que esperar mais cem anos até que fossem ouvidos. Analisar esta questão meramente pelo viés cronológico nos induziria, a pensar a cidadania no Brasil como 'uma questão de tempo'. Em contraposição a premissa de Bobbio de que os direitos naturais são históricos, que estes nascem no início da era moderna e de que se tornam indicadores do progresso histórico, o diferencial entre a nossa cidadania e a dos ingleses está no fato de que o tripé que compõe a cidadania, direitos políticos, civis e sociais foi por aquele povo conquistado e a nós ele foi doado, segundo os interesses particulares dos governantes. (CARVALHO, 2002, p. 202)

A admissão de um direito parecia estar ligada ao exercício pleno de outro, ou seja, foi o exercício dos direitos civis que fez com os ingleses reivindicassem direitos políticos e, daí, sociais. No caso brasileiro, o exercício desses direitos parece ainda não ser uma prática muito frequente. A lógica da sequência descrita por Bobbio e Marshall foi invertida no Brasil. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, nos anos 30, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por Getúlio Vargas, um ditador que se tornou popular. A falta de liberdade política sempre foi compensada, pelo autoritarismo do Brasil pós-30, com o paternalismo social (CARVALHO, 2002, p. 180).

Até a independência do Brasil, o conjunto de direitos, civis, sociais e políticos praticamente inexisteram. A própria independência não foi capaz de introduzir mudanças significativas no conjunto desses direitos. Apesar de apresentar um avanço no que se refere aos direitos políticos, a independência, feita com a manutenção da escravidão, trazia em si grandes limitações aos direitos civis. Houve, inclusive, retrocesso no que concerne aos direitos políticos, cinquenta e nove anos após a independência, pois aos analfabetos não mais foi concedido o direito do voto.

A partir daí, somente os mais abastados e letrados estariam aptos a participar do processo político. A proclamação da República, em 1889, por sua vez, traria pouca mudança. A constituição republicana de 1891 teve um caráter exclusionista, continuando a excluir do voto os analfabetos, as mulheres, os mendigos, os soldados e os membros das ordens religiosas.

A nova ordem política, consagrada na Constituição de 1891, estendeu o direito de votar e ser votado a todo cidadão brasileiro do sexo masculino maior de 21 anos, excetuando-se mendigos, analfabetos, praças e religiosos sujeitos a voto de obediência que importasse na renúncia da liberdade individual. (LUCA, 2002, p. 1, *in* PINSKY, 2002, p. 469)

A Constituição de 1891 também incluiu os direitos civis nos 31 incisos do artigo 72. Os direitos de natureza social não foram mencionados. Apesar do texto constitucional garantir direitos civis e políticos, o exercício efetivo de tais direitos estava longe de ser real. Na década de 20, cerca de 70% da população brasileira era analfabeta e conseqüentemente estava fora do processo político. Para se ter uma idéia, Afonso Pena foi eleito Presidente da República em 1906 com 97,9% dos votos válidos, sendo que apenas 1,44% da população havia votado.

Em relação aos direitos sociais, o principal avanço foi o movimento que pôs fim à Primeira República, em 1930. Desde a independência até 1930, a única alteração importante que houve quanto ao avanço da cidadania foi a abolição da escravidão, em 1888 – ignorada pela Constituição Liberal de 1824. O obstáculo para a conquista dos direitos sociais no período pós-libertação dos escravos foi exatamente a extrema limitação dos direitos civis, que perduraria até 1930 (CARVALHO, 2002, p. 163). Ainda que o direito (civil) à liberdade, à não-escravidão, estivesse garantido desde 1888, os outros direitos civis – e políticos – supostamente garantidos, eram muitíssimo precários, o que teria retardado, efetivamente, a conquista de direitos sociais.

Para Hannah Arendt, os direitos humanos são construídos, ou seja, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução. No caso do Brasil, os avanços trabalhistas, longe de serem conquistados, foram doados por um governo – mais tarde, ditatorial – cujos líderes pertenciam às elites tradicionais, sem vinculação autêntica com causas populares. Se por um lado a expansão dos direitos trabalhistas – sociais – significou efetivamente um avanço da cidadania na medida em que trazia as massas para a política, em contrapartida, criava uma massa de reféns da União. A “doação dos direitos sociais”, ao invés da conquista

dos mesmos, fazia os direitos serem percebidos pela população como um favor, colocando os cidadãos em posição de dependência perante os líderes. “O resultado é que o Estado passa a ganhar uma certa supremacia sobre a sociedade civil” (CARVALHO, 2002, p. 196).

Dezenove anos após a queda da ditadura Vargas, em 1964, os direitos civis e políticos seriam duramente sufocados por novas medidas de repressão. Dessa vez, a exemplo da Proclamação da República, tomadas pela cúpula militar. “Os governos militares repetiram a tática do Estado Novo, ou seja, enquanto cercearam os direitos políticos e civis, investiram na expansão dos direitos sociais” (CARVALHO, 2002, p. 143). Após 1985, com o fim do regime militar, os direitos civis estabelecidos antes do regime militar, tais como a liberdade de expressão, de imprensa e de organização, foram recuperados. A forma como os direitos têm sido introduzidos ou suprimidos no Brasil é que faz a diferença. Apesar dos direitos políticos terem adquirido amplitude nunca antes atingida, a partir de 1988, a democracia política não resolveu os problemas mais urgentes, como a desigualdade e o desemprego. Permanecem os problemas da área social e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual.

5.5. Direito à Comunicação e construção de cidadania

“Sem comunicação não pode existir a participação” (BORDENAVE, 1983, p. 68). Sem participação não há democracia. Sem democracia, a conquista e o exercício dos direitos do cidadão ficam limitados. Os direitos de quarta geração estão começando a ser discutidos e vistos como tal. Entre eles, está o direito à comunicação. “O direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia” (RAMOS, 2005, p. 4, *in* MELO, 2005, p. 248). A informação, na forma de liberdade de pensamento e de expressão, de culto e de reunião, faz parte da primeira geração dos direitos humanos. Neste contexto, porém, tem um caráter restritivo, pois é unilateral, ou seja, é um direito de ser informado.

A Constituição de 1988 ampliou os direitos humanos e instituiu diretrizes para a garantia de acesso ao sistema midiático pelo cidadão “não apenas como receptores, mas como emissores” (MELO, 2006, p. 26). Em um momento de transformação social no qual vemos surgir a cada dia a Sociedade da Informação e da Comunicação, o direito à comunicação tem que ser visto como um novo direito

humano. Já em 1980, em um relatório publicado pela Unesco¹⁶, a questão do direito à comunicação foi discutida como uma necessidade social. O Relatório MacBride, como também ficou conhecido, dizia que “hoje em dia se considera que a comunicação é um aspecto dos direitos humanos”. Isto, em 1980. Em 2007, essa questão ainda tem muito que ser discutida.

Esse direito é cada vez mais concebido como direito de comunicar, passando-se por cima do direito de receber comunicação ou de ser informado. Acredita-se que a comunicação seja um processo bidirecional, cujos participantes – individuais ou coletivos – mantêm um diálogo democrático e equilibrado. Essa idéia de diálogo, contraposta à de monólogo, é a própria base de muitas das idéias atuais que levam ao reconhecimento de novos direitos humanos. (Relatório MacBride)

A Constituição de 1988¹⁷, em seus vários artigos, especialmente o quinto, cujo título é *Dos Direitos e Garantias Fundamentais*, faz apontamentos sobre a liberdade de expressão e de informação. Atualmente, os avanços tecnológicos no mundo da informação e da comunicação impõem concepções sobre o direito à comunicação enquanto um novo direito humano fundamental. Não se trata meramente de ‘fornecer comunicação’, da forma como o Estado fornece saúde ao construir hospitais e postos de saúde. O direito à comunicação é diferente de outros direitos. A sociedade tem de se apropriar da comunicação e de seus diferentes componentes, para que esse direito efetivamente se realize.

O papel da comunicação nas sociedades contemporâneas está relacionado a funções, como: comunicação como reformadora do espaço público, decisivo para o exercício da cidadania; como importante instrumento de educação pública; como importante instrumento de formação cultural ampla; como importante instrumento de difusão de informações e, portanto, da realidade ou não-realidade

¹⁶ Relatório da comissão presidida pelo jurista e jornalista irlandês, Sean MacBride intitulado *Um mundo e muitas vozes – comunicação e informação na nossa época* e publicado pela Unesco em 1980. No Brasil, a publicação ocorreu três anos depois pela Editora da Fundação Getúlio Vargas. Também ficou conhecido por Relatório MacBride. É considerado até hoje o mais completo relato já produzido sobre a importância da comunicação na contemporaneidade.

¹⁷ A Constituição Federal Brasileira de 1988, no capítulo DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS, determina no inciso IV do artigo 5º que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. No mesmo artigo, o inciso IX estabelece que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Em outro capítulo, DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, o artigo 220 diz que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição”. E o seu parágrafo 1º afirma que “nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”. O parágrafo 6º, que “a publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade”.

nacional; como importante instrumento na determinação do caráter nacional, ainda incluindo o aspecto político, de soberania enquanto Nação, e da sociedade em termos gerais; como importante instrumento de preservação e afirmação de valores culturais e como importante instrumento de integração e afirmação da cultura nacional nos ambientes transnacionais e globalizados (RAMOS et alli, 2001).

A primeira e fundamental consequência de se reconhecer o direito à comunicação é entender que ela precisa ser colocada no mesmo patamar das políticas públicas essenciais, nivelando-a à educação, saúde, alimentação, saneamento, trabalho, segurança, entre outras (RAMOS et alli, 2001). É necessário reconhecer a Comunicação como um direito humano, “por se tratar de um processo social fundamental, uma necessidade humana básica, o fundamento de todas as relações e organizações sociais” (MELO et alli, 2005, p. 12). Colocar a informação à disposição da sociedade é fundamental, mas não é suficiente para a democratização do conhecimento.

A idéia do direito à comunicação ainda não recebeu sua forma definitiva. Um dos primeiros promotores do direito à comunicação, Jean D`Arcy, estabeleceu as etapas que poderiam facilitar sua adoção.

Na época da ágora e do foro, na época da comunicação interpessoal direta, surge primeiro – conceito básico para todo o progresso humano e para toda civilização – a liberdade de opinião (...). O surgimento da imprensa, que foi o primeiro dos meios de expressão de massa, provocou, pela sua própria expansão e contra as prerrogativas de controles reais ou religiosos, o conceito correlato de liberdade de expressão (...). O século dezenove, que presenciou o extraordinário desenvolvimento da grande imprensa, caracterizou-se por lutas constantes em prol da liberdade (...). Hoje em dia parece possível um novo passo adiante: o direito do homem à comunicação, derivado de nossas últimas vitórias sobre o tempo e espaço, da mesma forma que da nossa mais clara percepção do fenômeno da comunicação (...). Atualmente, vemos que engloba todas as liberdades, mas que, além disso, traz, tanto para os indivíduos quanto para às sociedades, os conceitos de acesso, de participação, de corrente bilateral de informação que são todas elas necessárias, como percebemos hoje, para o desenvolvimento do homem e da humanidade. (Lê droit de l`homme à comunique, Documento n° 39 da CIC *in* RAMOS, 2005, p.248)

Todos têm o direito de se comunicar. Esse direito fundamental do homem envolve direito de reunião, de discussão, de participação e de outros direitos de associação, direito de fazer perguntas, de ser informado, de informar e outros direitos de informação, direito à cultura, direito de escolher e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo (RAMOS, 2005, p. 249). Para alcançar o direito à comunicação, pressuposto para o desenvolvimento pleno da cidadania, é necessário

democratizar a comunicação, o que também ainda está longe de ser alcançado de forma satisfatória. Construir cidadania é também construir novas relações e consciências. A cidadania é algo que se aprende com a convivência na vida social e pública. É no convívio do dia-a-dia que exercitamos a nossa cidadania, através das relações que estabelecemos com os outros, com a coisa pública e o próprio meio ambiente.

5.6. Acesso: cidadania no século XXI

Se antes, exercer a cidadania plena era ter direitos civis, políticos e sociais (PINSKY, 2002, p. 9), agora, além destes, também é preciso incluir os direitos de quarta geração. Cidadania continua sendo o exercício de um conjunto de direitos por cada indivíduo, independente de sexo, cor, religião ou origem. O que está em transformação é o 'conjunto de direitos'. Como dissemos no início deste capítulo, cidadania não é um conceito estanque. A medida em que a sociedade vai se alterando, novos direitos vão sendo acrescentados.

Diante deste novo modelo social, "os mercados estão cedendo lugar às redes, e a noção de propriedade está sendo substituída rapidamente pelo acesso" (RIFKIN, 2001, p. 4). Neste sentido, a palavra 'acesso', na sociedade contemporânea, tem uma ampla dimensão na medida em que, ao substituir a noção de propriedade, passa a significar ter 'ao alcance das mãos' toda gama de bens e serviços disponíveis, seja serviços de saúde, seja planos de celular. Neste capítulo, restringiremos o significado apenas a acesso a internet. A nova categoria de direitos, que inclui ter acesso à rede mundial de computadores, passa a ser requisito para o exercício da cidadania. A busca dos direitos de quarta geração, no entanto, não significa que todos os direitos das gerações anteriores tenham sido plenamente conquistados, muito menos por todos. O indivíduo analfabeto, abaixo da linha da pobreza, mal nutrido, sem acesso à saúde e à educação e que é tratado com descaso pela Justiça por não ter condições financeiras de contratar um advogado não goza plenamente de seus direitos de cidadão. A novidade é que o indivíduo desconectado também está excluído, na medida em que a nova sociedade se configura a partir de fluxo de informação.

A concepção de 'cidadão' é consequência das revoluções burguesas, da ordem burguesa estabelecida e dos fundamentos da teoria liberal, na qual a propriedade privada é imprescindível para o exercício da cidadania. Ainda na

primeira geração de direitos – direitos civis – encontramos o direito à propriedade privada e a liberdade econômica. Os direitos sociais – terceira geração – referem-se ao trabalho, à assistência na falta do trabalho, à garantia de saúde, ou seja, tudo aquilo que o Estado deveria fazer para assegurar ao trabalhador, aquele indivíduo que não é dono dos meios de produção, a renda necessária para sua sobrevivência. Até os direitos políticos – segunda geração – que aparentemente não têm ligação direta com a propriedade privada, na verdade visam garantir que os indivíduos escolham o seu governo e como querem ser governados, escolha essa guiada sempre pelo interesse em melhorar a situação econômica. Se num primeiro momento, propriedade privada era fator definidor da condição de cidadão, com o desenvolvimento da sociedade burguesa, foi-se buscando direitos para que todos os indivíduos pudessem estar incluídos nesta sociedade.

A mudança de um regime de propriedade baseado na idéia de propriedade amplamente distribuída para um regime de acesso baseado em assegurar o uso limitado a curto prazo de ativos controlados por redes de fornecedores muda fundamentalmente nossas noções de como o poder econômico deve ser exercido nos próximos anos... A mudança da propriedade para o acesso também contém mudanças profundas na forma como iremos nos governar no próximo século. Talvez ainda mais importante, em um mundo em que a propriedade pessoal foi considerada há muito como uma extensão do próprio ser ... A perda de seu significado no comércio sugere uma mudança considerável na maneira como as futuras gerações perceberão a natureza humana. (RIFKIN, 2001, p. 5-6)

O que acontece quando a propriedade privada não ocupa mais o lugar de honra e abre espaço para o acesso? Se a noção de cidadania está vinculada à ordem burguesa e essa baseia-se na noção de propriedade privada, o que será cidadania em uma sociedade baseada no acesso?

A sociedade não deixou de ser capitalista. Pelo contrário. Vivemos em uma economia “hipercapitalista”, onde, no extremo, “apenas a esfera comercial é deixada como mediador da vida humana” (RIFKIN, 2001, p. 9). Tanto é que ainda faz-se necessário um sistema de posse de bens, sendo o ‘bem maior’ a informação e sua detenção mais importante do que ter bens materiais e espaço físico. A diferença é que “enquanto na maior parte da Era Industrial a ênfase era em vender bens e dar garantias de serviços aos produtos gratuitamente como incentivo de compra, agora as relações entre bens e serviços estão se invertendo” (RIFKIN, 2001, p. 5). As empresas de celular, por exemplo, oferecem gratuitamente o aparelho desde que se inicie um relacionamento de serviço de longo prazo com

seus clientes. Cada vez mais bens duráveis e caros como automóveis e imóveis estão sendo consumidos na forma de *leasings*, aluguéis ou outras condições de serviços. “No novo mundo, os mercados cedem às redes, os vendedores e compradores são substituídos pelos fornecedores e usuários, e praticamente tudo é acessado” (RIFKIN, 2001, p. 5).

O problema é que “a defasagem entre os que têm posses e os que não têm é enorme, mas a defasagem entre os conectados e os desconectados é ainda maior” (RIFKIN, 2001, p. 11). A mudança da propriedade para o acesso traz em si uma desigualdade sem precedentes porque além de ter acesso a bens e serviços, o cidadão do século XXI também precisa ter acesso à informação.

A tecnologia da informação não estaria trazendo uma sociedade mais equânime, ao contrário, seu rápido espraiamento pelo planeta trouxe mais desigualdade, aliada à dificuldade em superá-la... A tecnologia da informação está sendo usada efetivamente para acelerar o distanciamento entre segmentos sociais na apropriação da riqueza socialmente produzida. (SILVEIRA, 2003, p. 22 e 23)

Ter acesso à informação está intimamente ligado a ter acesso à rede mundial de computadores. “Hoje, o direito à comunicação é sinônimo de direito à comunicação mediada por computador. Portanto, trata-se de uma questão de cidadania” (SILVEIRA, 2003, p. 30). A noção de exclusão digital inclui não só a falta do acesso ao computador e aos conhecimentos necessários para utilizá-lo como também a falta de acesso à rede mundial de computadores. Inclusão digital inclui acesso ao computador e aos conhecimentos básicos para utilizá-lo. Daí, dependeria de alguns fatores como a disponibilidade do computador, do telefone ou outra tecnologia de acesso à internet, do provimento de acesso e da formação básica em softwares aplicativos (SILVEIRA, 2003, p. 18). Direito do cidadão é Direito de Acesso. Mas, acesso a que? Pelo que foi apresentado até aqui, conclui-se que todo cidadão deve ter acesso a serviços que supram suas necessidades básicas de saúde e educação, a condições de exercício pleno de suas atribuições políticas, entre outros. Mas também é fundamental que o indivíduo hoje tenha acesso ao computador, à internet e à técnica necessária para utilizá-los.

Promover inclusão digital é um dos maiores desafios deste início de século, com implicações diretas e indiretas sobre os mais variados aspectos da sociedade. Nas sociedades contemporâneas, o saber é fundamental para aumentar a produtividade e a competição global e também para a criação, para a inovação e

para a geração de riqueza. O crescimento do uso das tecnologias da informação e comunicação em todo o mundo durante os anos 90 foi impressionante, mesmo em países em desenvolvimento. Enquanto a lacuna na telefonia fixa e móvel diminuiu, uma enorme desigualdade digital emergiu. O termo exclusão digital aplica-se quando há privação, seja por motivos sociais, econômicos, políticos e/ou culturais, de acesso às tecnologias da informação e comunicação (MILAGRES & CATTELAN, 2003, p. 4).

As tecnologias da informação e comunicação têm o potencial de oferecer novos horizontes a seus usuários, na medida em que os colocam em contato com um vasto volume de informação nos mais variados níveis de conhecimento. Além disso, podem cumprir também um papel social, provendo informações àqueles que tiveram esse direito negado ou negligenciado, e com isso, permitir maiores graus de mobilidade social e econômica. No capítulo anterior discutimos a importância das tecnologias da informação e comunicação. Em países economicamente menos desenvolvidos, promover inclusão digital significa oferecer acesso à telefonia e acesso à internet. O conceito de universalização deve abranger também o de democratização, não privilegiando apenas a forma física, mas também o conteúdo. Deve permitir que as pessoas sejam provedoras ativas de conteúdos que circulam na internet. (VEIGA FILHO, 2001, p.7-12) Portanto é necessário que se dê a alfabetização digital, ou seja, a capacitação das pessoas para utilizar as diversas mídias de acordo com suas necessidades, considerando que o capital intelectual é cada vez mais imprescindível para que o cidadão se coloque no mercado de trabalho, como discutimos no capítulo anterior.

Desenvolver inclusão digital significa criar soluções e ações que envolvam desde o aumento e melhoria da infraestrutura de acesso até a capacitação do cidadão, para que este possa utilizar todos os serviços disponíveis de um computador e da internet. Segundo Rodrigo Assumpção, coordenador da Sampa.org., “inclusão digital é dar oportunidade às comunidades de se inserirem na sociedade da informação como agentes. Conhecimento é a chave dos programas que vêm obtendo sucesso. Tem que ter o computador, acesso à internet, softwares adequados e, principalmente, orientação, não apenas aulas de informática”.

O paradigma da nova economia é a internet e seu efeito é uma nova sociedade – a sociedade do conhecimento que valoriza o capital intelectual e os processos de acúmulo e transferência do conhecimento. Como vimos no capítulo

anterior, vivemos uma nova socialidade (LEMOS, 1998), construída a partir da interação estabelecida entre os seres humanos e as novas tecnologias, identificando a transformação do processo de apropriação da técnica e do social. O processo de consumo de bens simbólicos que caracterizaria a vivência de novas formas do exercício da cidadania é essencial para compreender a relação que se estabelece entre as comunidades e as novas e velhas tecnologias, tais como, por exemplo, o uso da internet para interesses específicos da comunidade, as rádios comunitárias aí instaladas, que realmente refletem a pluralidade de interesses e de opções no interior de um determinado grupo.

Como vimos até aqui, a sociedade contemporânea é capitalista, mas com características distintas da sociedade capitalista industrial. Temos uma nova economia, em rede, um novo trabalhador e novas exigências do mercado de trabalho, uma sociabilidade tão próxima da efemeridade, do presente, do instante cotidiano que é melhor definida como socialidade e novas concepções de tempo e espaço, que se manifestam com a possibilidade de relações de todos os tipos em tempo real em espaços geograficamente distantes, territórios desterritorializados e reterritorializados, determinados por controle sobre fronteiras, sejam físicas, sociais, simbólicas, culturais, subjetivas. A partir de dois grupos de jovens, entre 15 e 17 anos, diferenciados apenas pela classe social, podemos verificar algumas características da sociedade contemporânea, conforme descreveremos a seguir.

6. Coleta e interpretação de dados

Com o objetivo de apreender se há diferenças significativas no uso da internet por jovens de classes sociais distintas e quais fatores determinam essas diferenças ou semelhanças, foi realizado um estudo qualitativo no município de Juiz de Fora, MG, com adolescentes entre 15 e 17 anos. Os sujeitos da pesquisa foram identificados em duas escolas de ensino médio da cidade, Escola Estadual Henrique Burnier e Academia do Comércio, cujo apoio foi fundamental para a realização desta pesquisa. Optamos por identificar os entrevistados em escolas pela facilidade de reencontrá-los, quantas vezes fosse necessário, visto que frequentavam a escola regularmente.

As entrevistas individuais foram feitas entre os dias 19 de agosto e 01 de outubro de 2008. Com o intuito de responder um questionário pré-determinado, conversamos com cada jovem por cerca de dez minutos. Para obtermos a versão final do questionário, aplicamos um questionário preliminar, a fim de avaliarmos sua eficácia, na forma de uma pesquisa exploratória. Essa pré-entrevista foi necessária na medida em que não apenas nos possibilitou acrescentar ou retirar informações como pode inclusive re-orientar ou melhor definir as próprias questões de pesquisa, as estratégias para obtenção de dados, as variáveis a serem buscadas e interpretadas. A vantagem da aplicação do questionário teste é que pudemos alterá-lo sem prejuízo para os resultados finais. Foram entrevistados dez jovens, entre os dias 15 e 25 de agosto de 2008.

No caso específico desta pesquisa, optou-se pela aplicação de questionário semi-estruturado, construído a partir da definição dos objetivos da

investigação (GOOD e HATT, 1979, p. 201). Esses questionários visam compreender o objeto de estudo assim como as aferições para determinação da classe social, segundo o Critério Padrão de Classificação Econômica – Brasil 2008 da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). Em geral, a palavra questionário se refere a um meio de obter respostas a questões logicamente relacionadas a um problema central ou problemas, por uma fórmula que o próprio informante preenche. Good e Hatt (1979, p. 177) ressaltam que a unidade do questionário será alcançada pelo agrupamento de itens em progressão lógica, ou seja, que o informante seja conduzido pelo despertar dos seus interesses. As perguntas serão estruturadas na intenção de conduzir as respostas aos itens mais simples para os mais complexos. Ainda segundo os autores, qualquer questionário deve ser limitado em sua extensão e finalidade, e não devem, freqüentemente, exigir mais de 30 minutos para serem completados. Para eles, o número reduzido de informações que podem ser obtidas por meio de um questionário impõe ao pesquisador a obrigação de conhecer, tanto quanto possível, o assunto (1979, p.174), antes de começar a formular as questões. Como os sujeitos desta pesquisa são adolescentes, optamos por não deixá-los preencher o questionário para que as respostas não fossem dadas de forma mecânica. Os adolescentes também não tiveram acesso às opções de resposta.

Durante a aplicação do questionário teste verificamos a necessidade de perguntar se o entrevistado jogava off-line e por quanto tempo pois percebemos que alguns jovens não jogavam na internet mas o faziam em videogames ou mesmo no computador, mas off-line. Também alteramos o questionamento sobre a relação de estudo e internet. No questionário teste perguntamos se utilizavam a internet para fazer trabalhos escolares e quais tipos de trabalho. Na versão final, além de perguntar se usam a web para fazer trabalhos escolares também perguntamos se a utilizam para estudar porque verificamos que, para os adolescentes, são categorias diferentes. A questão sobre o tipo de trabalho foi retirada pois era desnecessária. Além disso, percebemos que era preciso perguntar se os pais do entrevistado faziam compras pela internet, porque, por se tratar de adolescentes, compras on-line estavam intimamente relacionadas com a presença e concordância dos responsáveis. No questionário final foi retirada a questão sobre a configuração do computador mais utilizado pelo informante pois verificamos que os adolescentes não

sabiam responder essa pergunta e também por essa questão não ser fundamental para nosso objetivo.

De um total de 62 entrevistas, dez não foram utilizadas por terem sido feitas com jovens da classe B. Esta classe foi descartada para haver uma maior diferenciação entre os grupos classe A e classe C e D. As entrevistas foram realizadas nas escolas, durante o intervalo das aulas, com autorização da direção de cada instituição de ensino. Para definirmos a classe social nos apropriamos do Critério Padrão de Classificação Econômica - Brasil 2008, da ABEP. Segundo esta classificação, a classe é estabelecida de acordo com uma relação com o poder aquisitivo da família, expresso em termos de renda familiar. Vale ressaltar, que “embora a renda tenha sido usada como um parâmetro de avaliação das variáveis e de sua pontuação, não se trata de um critério de renda. Há famílias de mesma classe com rendas diferentes; e há pessoas de mesma renda em classes diferentes” (Critério Padrão de Classificação econômica, 2007). Os parâmetros utilizados são: número de automóveis, número de aparelhos de TV, número de rádios, número de banheiros, número de empregadas domésticas, posse de máquina de lavar roupa, posse de geladeira e freezer, posse de vídeo cassete ou DVD e nível de instrução do chefe de família, sendo que é considerado chefe da família o de maior nível de escolaridade.

O questionário final foi constituído, a partir de algumas perguntas, motivadoras de todo o processo investigativo:

- Quanto tempo você fica conectado à internet?
- O que faz na internet?
- Por que você utiliza as atividades descritas acima?
- Qual a importância da internet para você?
- Quais outras atividades você realiza?
- O que você acha necessário para uma pessoa ser considerada cidadã?

As novas tecnologias de comunicação e informação são muito mais amplas do que simplesmente a internet. Neste trabalho, optamos por delimitar nosso objeto de estudo apenas à *world wide web* por questões metodológicas. Partimos da hipótese de que os jovens selecionados, mesmo apresentando diferenças em termos de renda familiar e classe social, usam a internet com os mesmos objetivos. Ambos se apropriam da web de forma instrumental. A fim de verificar qual o significado da internet para os entrevistados, seus gostos e maneiras que a utilizam,

como eles vêem essa tecnologia e se apropriam dela, elaboramos um questionário que avaliasse fatores como a finalidade do acesso à internet, o tempo gasto neste acesso, as opiniões pessoais dos entrevistados acerca da importância da web. O questionário final ficou estabelecido da seguinte forma:

- Qual o local onde você mais utiliza a internet?
- Quem mais na sua casa usa a internet?
- Você tem computador em casa?
- Se sim, tem acesso a internet?
- Qual a tecnologia que usam para acessar a internet?
- Você acessa a internet por celular, para baixar músicas ou enviar e-mails, por exemplo?
- Se sim, para qual finalidade?
- Quanto tempo você passa na internet?
- Você assiste a vídeos pela internet?
- Se sim, quais sites de vídeo você mais acessa?
- Se sim, para qual finalidade?
- Quais tipos de vídeo você assiste?
- Com que frequência você assiste vídeos na web?
- Você tem e-mail?
- Quantos e-mails você possui?
- Se sim, para qual finalidade?
- Com que frequência você acessa seus e-mails?
- Você está no Orkut?
- Em quantas comunidades?
- Para que você usa o Orkut?
- Quanto tempo você fica no Orkut?
- Você usa o MSN?
- Para qual finalidade?
- Quanto tempo você fica no MSN?
- Você utiliza sites de busca?
- Quais?
- Para qual finalidade?
- Você acessa sites de jogos eletrônicos?
- Quais?

- Para baixar jogos ou jogar on-line?
- Quanto tempo você joga na Internet?
- Você joga off-line?
- Quanto tempo você passa jogando off-line?
- Você utiliza a internet para fazer trabalhos escolares?
- Você utiliza a internet para estudar?
- Sua escola tem internet?
- Seus professores usam a internet?
- Você lê jornais e revistas on-line?
- Quais?
- Com que frequência?
- Você faz compras pela internet?
- Seus pais fazem compras pela internet?
- Que tipo de produtos você adquire na web?
- Você utiliza a internet para adquirir ou usar algum tipo de serviço como revelação de fotos, resultados de exame, 2ª via de conta?
- Que tipo de serviços você adquire na web?
- Qual sua principal fonte de informação (determine uma ordem entre jornal impresso e revistas, livros, TV, internet ou outro)?
- Na sua opinião, qual a importância da internet?
- Quantos livros você lê por ano?
- O que você faz no seu tempo livre?
- Você tem religião?
- Qual?
- Você dedica quanto tempo a atividades religiosas?
- Qual a composição da sua família?
- O que você acha necessário para uma pessoa ser considerada cidadã, ou seja, participante da sociedade?
- E você, se considera um cidadão?
- Por que?
- Você tem título de eleitor?
- Pretende votar nas próximas eleições?

Além dessas perguntas, aplicamos um outro questionário para fazermos a classificação sócio-econômica no qual constavam os seguintes questionamentos:

- Quantos banheiros tem na sua residência? Respostas possíveis: nenhum, 1, 2, 3, mais de 3.
- Quantos rádios tem na sua residência? Respostas possíveis: nenhum, 1, 2, 3, mais de 3.
- Quantas TVs tem na sua residência? Respostas possíveis: nenhum, 1, 2, 3, mais de 3.
- Quantos automóveis a sua família possui? Respostas possíveis: nenhum, 1, 2, mais de 2.
- Tem DVD/VCR na sua residência? Respostas possíveis: sim ou não.
- Tem máquina de lavar na sua residência? Respostas possíveis: sim ou não.
- Tem geladeira na sua residência? Respostas possíveis: sim ou não.
- Tem freezer na sua residência? Respostas possíveis: sim ou não.
- Qual o nível de escolaridade do chefe da família? Respostas possíveis: analfabeto, primário completo, ginásio completo, colegial completo e superior completo.
- Tem empregados domésticos? Respostas possíveis: nenhum, 1, mais de 1.

Dos 52 jovens entrevistados, 26 eram da classe A, 25 da classe C e um da classe D. Entre os jovens da classe A, 11,5% acessam a internet em lan house e 88,5% em casa. Já entre os jovens das classes C e D, 42,3% acessam a internet em lan house, 7,7% no trabalho, 46,2% em casa e 3,8% em casa de amigos ou conhecidos.

PRINCIPAL LOCAL DE ACESSO CLASSE A	Nº	%
Lan house	3	11,5%
Em casa	23	88,5%
TOTAL	26	100%

PRINCIPAL LOCAL DE ACESSO CLASSE C e D	Nº	%
Lan house	11	42,3%
No trabalho	2	7,69%
Em casa	12	46,15%
Casa de amigos ou conhecidos	1	3,85%
TOTAL	26	100%

Entre os jovens da classe A, 96% tem computador em casa. Nas demais classes, esse percentual cai para 65%. O tipo de conexão também é diferente. 70% dos que tem computador em casa das classes C e D, têm acesso discado. Na classe A, 91% têm banda larga.

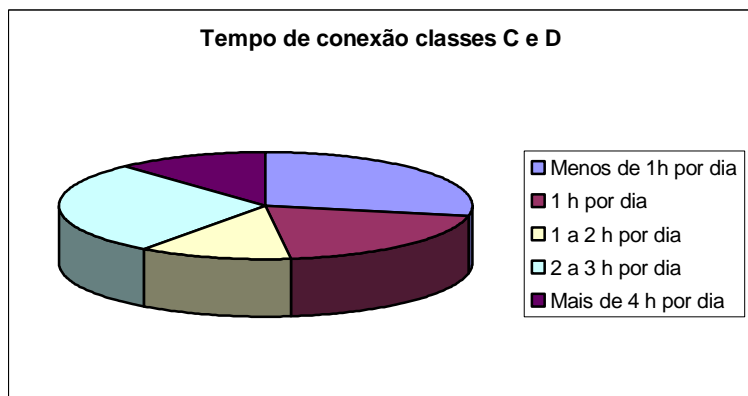
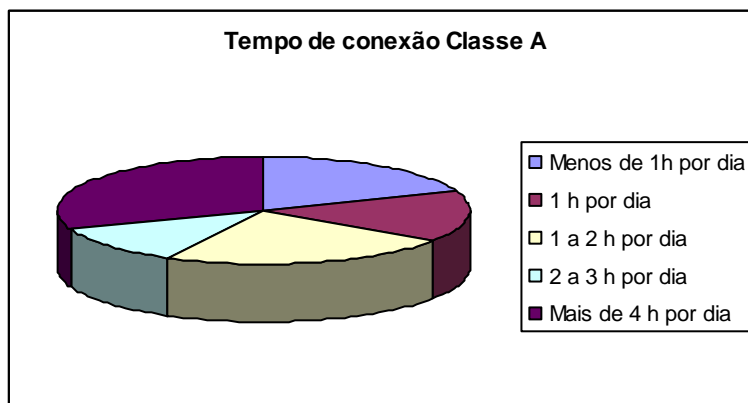
POSSE DE COMPUTADOR EM CASA CLASSE A		
Sim	25	96,15%
Não	1	3,85%

COM ACESSO À INTERNET		TIPO DE ACESSO		
23	92%	Velox	16	69,57%
		Cabo	3	13,04%
		Rádio	2	8,7%
		Discado	1	4,35%
		Não sabe	1	4,35%

POSSE DE COMPUTADOR EM CASA CLASSE C e D		
Sim	17	65,38%
Não	9	34,62%

COM ACESSO À INTERNET		TIPO DE ACESSO		
16	94,12%	Velox	4	23,52%
		Discado	12	70,58%

Outra diferença é o tempo de conexão. Os jovens da classe A ficam em média 2 horas e 18 minutos conectados. Os outros ficam em média 1 hora e 49 minutos.



Dos 52 jovens entrevistados, apenas quatro acessam a internet por celular: um da classe A e três da classe C. 80,7% dos adolescentes da classe A vêem vídeos pela internet contra 57,7% das classes C e D. Entre os que assistem vídeos, os assuntos, a finalidade e a frequência são semelhantes, independente da classe social.

VÍDEOS CLASSE A		
Assistem vídeos on-line	21	80,77

Assuntos		
Não respondeu	1	4,76
Carro e esporte	1	4,76
Esportes	2	3,25
Música e clipes	5	8,13
Comédia e esporte	1	4,76
Comédia e música	2	9,52
Comédia, música e desenho	1	4,76
Comédia, música e entrevistas	1	4,76
Comédia	7	11,38

Finalidade		
Por diversão	21	100,00
Por informação	0	0,00
Por informação e diversão	0	0,00

Frequência		
Todo dia	6	28,57
2 -3 vezes por semana	4	19,05
1 vez por semana	6	28,57
Raramente	5	23,81

VÍDEOS CLASSE C e D		
Assistem vídeos on-line	15	57,69

Assuntos		
Dança	1	6,67
Carro, moto, bicicleta	2	13,33
Esportes	3	20,00
Música e clipes	7	46,67
Comédia	2	13,33

Finalidade		
Por diversão	12	80,00
Por informação	2	13,33
Por informação e diversão	1	6,67

Frequência		
Todo dia	1	6,67
2 -3 vezes por semana	2	13,33
1 vez por semana	7	46,67
Raramente	5	33,33

Quase todos os entrevistados possuem e-mail. A quantidade de e-mails, a finalidade e a frequência de acessos são semelhantes, independente da classe social. 96% dos adolescentes da classe A e 88% dos das classes C e D estão no Orkut. A quantidade de comunidades, a finalidade e o tempo de conexão são semelhantes, independente da classe social.

ORKUT CLASSE A		
Estão no Orkut	25	96,15%

Quantidade de comunidades		
Até 10	1	4,00%
11 a 100	13	52,00%
101 a 300	2	8,00%
Mais de 300	9	36,00%
Não sabe	0	0,00%

Finalidade		
Diversão	0	0,00%
Fazer novas amizades	1	4,00%
Comunicar-se com familiares	0	0,00%
Comunicar-se com amigos	20	80,00%
Comunicar-se com amigos distantes	4	16,00%

ORKUT CLASSES C e D		
Estão no Orkut	23	88,46%

Quantidade de comunidades		
Até 10	7	30,43%
11 a 100	9	39,13%
101 a 300	4	17,39%
Mais de 300	1	4,35%
Não sabe	2	8,70%

Finalidade		
Diversão	1	4,35%
Fazer novas amizades	5	21,74%
Comunicar-se com familiares	1	4,35%
Comunicar-se com amigos	14	60,87%
Comunicar-se com amigos e fazer novas amizades	2	8,70%

Tempo conectado ao Orkut		
Até meia hora	13	56,52%
Meia hora a 1 hora	5	21,74%
1 a 2 horas	2	8,70%
2 a 3 horas	3	13,04%
Mais de 3 horas	1	4,35%

Em relação ao MSN a diferença é maior. Todos os adolescentes da classe A e 57% dos da classe C e D estão no MSN. Já a finalidade de acesso e o tempo de conexão são semelhantes. 92% dos adolescentes da classe A e 80% dos das classes C e D acessam sites de busca. A finalidade e os sites mais consultados também são semelhantes.

O uso de jogos eletrônicos surpreendeu. Apenas 27% dos jovens da classe A acessam sites de jogos. Nas classes C e D o percentual é ainda menor: 19,2%. Jogos off-line, seja em videogames ou computadores, atraem um número maior de jovens: 50% na classe A e 57% nas classes C e D. A maioria dos jogadores acessam os sites para jogar on-line e não para baixar jogos. O tempo gasto em jogos é semelhante entre os dois grupos pesquisados, sendo que os jovens da classe A passam mais tempo jogando off-line.

A Escola Estadual Henrique Burnier não oferece internet para seus alunos. Já a Academia do Comércio disponibiliza laboratório de informática com acesso à web para os estudantes. Apesar de uma das escolas não oferecer internet, cerca de 90% dos jovens entrevistados, independente da classe social, afirmaram usar a internet para fazer trabalhos escolares e 50% disseram que acessam para estudar. Para os adolescentes entrevistados, fazer trabalhos escolares é executar uma tarefa solicitada pela escola sobre um assunto específico e estudar é rever o conteúdo dado em sala de aula. 85% acham que seus professores usam a internet.

23% dos jovens da classe A fazem compras on-line e 15% dos da classe C e D. Cerca de 50% dos jovens da classe A afirmaram que seus pais fazem compras pela internet contra 0% das classes C e D. Cerca de 90% dos alunos da classe A adquirem serviços pela internet e 61% das classes C e D. A maioria deles fez inscrição de concursos vestibulares.

Uma diferença interessante é em relação a fonte de informação. Para os jovens da classe A, a principal fonte de informação é a web (50%), seguida pela TV (34,6%) e por jornais e revistas e livros (7,7% cada). Já os alunos das classes C e D, afirmaram que sua principal fonte de informação é a TV (53,8%), seguida pela internet (23%) e jornais e revistas e livros empatados com 15,4% cada. No entanto, apenas 38% dos jovens da classe A disseram que lêem jornais e revistas on-line contra 46% das classes C e D, sendo que os mais acessados são jornais esportivos como Lance e Globo Esporte, independente da classe social. Os jovens da classe A

lêem 6,32 livros por ano em média e os das classes C e D lêem em média 5,67 livros por ano.

Para 25 jovens, a internet é importante porque disponibiliza um grande volume de informação de fácil acesso. Um outro grupo de dez adolescentes considera que a maior importância da internet é a agilidade que proporcionou. Seis entrevistados relacionaram a importância da web com aumento de possibilidades de relacionamento interpessoal. Outros seis jovens afirmaram que a internet é importante porque disponibiliza um grande volume de informação de fácil acesso e aumenta as possibilidades de relacionamento interpessoal. Um jovem não soube responder e outro disse que não acha a internet importante.

POR QUE A WEB É IMPORTANTE	Nº	%
Informação de fácil acesso	25	48,07%
Agilidade	10	19,23%
Aumento de possibilidades de relacionamento interpessoal	6	11,53%
Informação de fácil acesso e aumento de possibilidades de relacionamento interpessoal	6	11,53%
Não soube responder	1	1,92%
Não acha importante	1	1,92%
TOTAL	52	100%

100% dos jovens da classe A e 96% dos das classes C e D se consideram cidadãos. Apenas 8% disseram que ser cidadão é ter direitos e deveres. Nenhum deles relacionou a internet com cidadania. A maioria relaciona cidadania com direitos das três primeiras gerações. 78% dos jovens da classe A que têm idade para votar, têm título de eleitor contra 52% dos da classe C e D.

7. Considerações finais

No decorrer desta pesquisa verificamos que a crise do capitalismo na década de 1970 e sua conseqüente reestruturação, somada à revolução da tecnologia da informação e comunicação, resultaram em uma profunda alteração social. Até este momento, a produção industrial era organizada rigidamente visando produzir em massa bens homogêneos, uniforme e padronizadamente, gerando grandes estoques e um trabalhador unifuncional. O Estado tinha o papel de regular a economia e promover o bem-estar social. A rigidez do fordismo ultrapassava os limites da fábrica e alcançava todos os aspectos da vida em sociedade. A estética e a sociabilidade modernas estavam fundamentadas em valores institucionalizados e formais. As fronteiras de tempo e de espaço, obviamente, também eram carregadas de rigidez.

Quando este modelo entra em crise, conforme explicamos no capítulo três, surge uma nova forma de se organizar a produção e, conseqüentemente, a sociedade. O capitalismo se reorganiza dando lugar a uma sociedade globalizada, altamente tecnizada, baseada em rede e supervalorização do capital intelectual. A crescente internacionalização do capital e desconcentração do poder corporativo aliadas a novas formas de produção, em pequenos lotes, com maior variedade de tipos de produto, voltada para a demanda e com maior controle de qualidade, acabaram por solapar a rigidez e trouxeram a palavra flexibilidade para o foco.

Como vimos no capítulo quatro, a sociedade contemporânea é marcada por uma intensa globalização tanto da produção como também do consumo e do capital. O conhecimento passou a ter tanto valor quanto o capital físico e sua posse diferencia quem são os capitalistas e os que vivem da sua força de trabalho. A

economia é baseada em rede, quer sejam de produção, de consumo de cooperação tecnológica e do sistema financeiro mundial. O trabalhador do século XXI tem que ser flexível e móvel, seja dentro da própria empresa seja geograficamente. Novas formas de trabalho, mais autônomas e informais crescem a cada dia em todo o mundo capitalista. Como a forma em que os homens produzem e organizam sua produção influencia diretamente na maneira em que se organizam política, ideológica e culturalmente, novas relações econômicas e de trabalho dão lugar a uma socialidade do presente, efêmera, tribal e multi-identitária.

As distâncias geográficas encurtaram a velocidade do tempo real ao mesmo tempo em que as distâncias sociais e culturais se alargaram criando uma oposição rígida, em meio a tanta flexibilidade, entre os conectados e os desconectados. Nesse sentido, vimos no capítulo cinco como o conceito de cidadania evoluiu ao longo da história. Ser cidadão no século XXI, além de ter os direitos das primeira, segunda e terceira geração, inclui também o exercício de direitos pouco discutidos e implementados como o direito à comunicação – de quarta geração – que necessariamente está ligado ao direito à comunicação mediada por computador.

Diante desse novo modelo social, partimos a campo para verificar como jovens se apropriam da tecnologia, especificamente da internet, por questões metodológicas como já foi explicado anteriormente. Se a contemporaneidade verifica uma nova divisão entre pessoas – conectados e desconectados, partimos da hipótese de que os sujeitos da pesquisa mesmo apresentando uma classificação de classe social baseada em critério de renda diferente, deveriam apresentar características comuns na medida em que todos têm acesso ao computador, à rede mundial de computadores, à técnica para utilizá-los e ao conhecimento disponível na web. Não foi possível apreender no grupo pesquisado se novas configurações do mercado de trabalho são ou não vividas na prática na medida em que a pesquisa foi feita com meninos e meninas entre 15 e 17 anos que ainda não trabalham. Apenas dois entrevistados informaram estar trabalhando, mas ambos como auxiliares e por tempo parcial.

Ao analisar as 52 entrevistas feitas com adolescentes entre 15 e 17 anos das classes A, C e D, verificamos que há significativas semelhanças nas formas em que esses jovens se apropriam da tecnologia. De modo geral, eles acessam os mesmos sites, utilizam os mesmos serviços on-line, praticam as mesmas atividades

com finalidades e frequências semelhantes, independente da classe social. Enquanto na era industrial as relações humanas eram institucionalizadas e formais – sociabilidade (LEMOS, 1998) – as divisões de grupos humanos eram claras na medida em que a formalidade ultrapassava as barreiras individuais e alcançava os grupos. Jovens da classe A pertenciam a um grupo com características distintas de um outro agrupamento com outros jovens, mas da classe C, por exemplo. Hoje, as sociedades contemporâneas verificam um novo tipo de agrupamento: por afinidade. As pessoas no século XXI formam comunidades com interesses comuns, não importando tanto se seus membros são homogêneos em termos de classe social, de acordo com critérios econômicos. Talvez a questão principal seja o que realmente significa classe social na sociedade contemporânea. Como já dissemos, a sociedade em rede não deixou de ser capitalista. Logo, os conceitos marxistas deste modo de produção ainda são válidos.

O que diferencia classe social na teoria marxista é a posse do capital. Para Marx, como já discutimos no capítulo três, teríamos três grandes classes: os capitalistas, donos do capital e do lucro, os trabalhadores, que não têm o capital e vivem de um salário, e os latifundiários, que, de certa forma, também são donos do capital na medida em que se apropriam do “lucro e da renda do solo” (MARX, *in* IANNI, 1979, p. 99). O próprio Marx, em carta a J. Weydemeyer datada de 5 de março de 1852, afirmou que “a existência das classes só se liga a determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção” (MARX, *in* IANNI, 1979, p. 99). Estamos em uma nova fase de desenvolvimento da produção. Agora, o capital intelectual é tão ou mais importante que o capital físico ou a posse de bens materiais (RIFKIN, 2005). O conceito marxista baseado na posse do capital físico não esgota todas as pluralidades da sociedade contemporânea. Diferenciar as classes sociais sem levar em conta a posse do capital intelectual ou do conhecimento culminará em resultados incompletos, que não contemplam a complexidade pós-moderna. Ao mesmo tempo, acrescentar a questão do capital intelectual no conceito não é tão simples, porque ‘ter conhecimento’ é extremamente difícil de ser mensurado. Se por um lado, poderíamos dizer que os jovens entrevistados seriam da mesma classe social visto que todos eles têm acesso à internet e ao conhecimento que ela possibilita, por outro, essa afirmativa seria parcial na medida em que não contempla as diferenças em outros aspectos, não verificados em campo por essa pesquisa, causados pelas distinções de renda. O Critério Padrão de Classificação Econômica

– Brasil 2008 da ABEP, utilizado nesta pesquisa para determinar a classe social, baseia-se no poder aquisitivo, ou seja, na capacidade de adquirir bens e serviços ou, em última instância, nas fontes de receita. Os parâmetros utilizados neste critério são posse de automóveis, de aparelhos de TV, de rádios, de máquina de lavar roupa, de geladeira, de freezer, de vídeo cassete e DVD. Também está incluído o número de banheiros da residência, o que de certa forma também está relacionado com posse de bens, número de empregadas domésticas e nível de instrução do chefe de família, o único critério que realmente se distancia da questão de posse de bens materiais. Se fosse criado um critério que levasse em conta a posse do capital intelectual, a classificação social dos sujeitos desta pesquisa poderia ser outra. A questão que se coloca de imediato é como mensurar a posse do capital intelectual? De fato, o conceito clássico de distinção de classe social não dá conta de todas as complexidades contemporâneas. No entanto, criar um conceito com critérios que dêem conta desta pluralidade também não é tarefa fácil.

Foi verificado que há algumas diferenças no uso da internet pelos jovens entrevistados. No entanto, essas distinções não alteram a forma como esses adolescentes se apropriam da tecnologia. Se dissermos, por exemplo, que a alimentação de um determinado grupo é rica em carboidratos, não importa se uns comem mais pão e outros mais bolo, o fato é que, no final, todos ingerem muitos carboidratos. As maiores diferenças são relacionadas a questões econômicas, como maior consumo de vídeos entre jovens de classe A, que possuem acesso à rede por banda larga. No entanto, a questão econômica não é totalmente restritiva, pois adolescentes que não têm banda larga em casa afirmaram que vão a lan houses quando querem acessar algum conteúdo que precise de mais velocidade de conexão, como baixar vídeos. Entre os que assistem vídeos, os assuntos, a finalidade e a frequência são semelhantes, independente da classe social. Os jovens da classe A ficam em média 26% a mais de tempo na internet que os das classes C e D, o que talvez seja explicado pela quantidade de jovens do primeiro grupo que têm computador com acesso a internet em casa – quase 90%. Nas classes C e D esse percentual fica em torno de 60%. No entanto, mesmo sem ter computador em casa, os jovens das classes C e D acessam a internet, seja em lan house, no trabalho ou na casa de amigos e conhecidos. Independente da classe social, todos acessam a internet de alguma forma e todos fazem as mesmas coisas com as mesmas finalidades (Orkut, MSN, troca de e-mails, sites de busca). 28% dos jovens

da classe A e 27% dos das classes C e D acessam seus e-mails todos os dias. 60% dos adolescentes da classe A e 56,5% dos da classe C e D participam de 11 a 300 comunidades no Orkut. 80% dos entrevistados da classe A e 69,5% dos das classes C e D utilizam o Orkut para comunicar-se com amigos. 83% dos jovens da classe A e 76% dos das classes C e D, quando utilizam sites de busca, preferem o Google. Mesmo com diferenças econômicas, os adolescentes usam a internet da mesma forma.

O que os jovens mais fazem na internet é se relacionar. Para isso, utilizam o Orkut, o MSN ou trocam e-mails. Acessam sites de busca somente quando precisam fazer alguma pesquisa escolar ou algum outro tipo de pesquisa. A maior parte do tempo que passam conectados, estão no Orkut e no MSN. Os que possuem e-mails, os utilizam para se cadastrar no MSN e no Orkut e para trocar mensagens. Vêem vídeos para se divertir e não para se informar. Usam a internet para fazer trabalhos escolares, mas não para estudar. Os jovens pesquisados usam a internet para se relacionar. Apenas 23% consideram que a internet é importante porque aumenta a possibilidade de relacionamentos interpessoais, porém o que foi verificado é que, no dia-a-dia dos entrevistados, a web é um instrumento de relação interpessoal. É um instrumento para relacionar-se com pessoas conhecidas com as quais eles já convivem off line. Apenas 11,5% dos entrevistados usam o Orkut para fazer novas amizades. O restante utiliza o Orkut para comunicar-se com amigos e familiares. Os relacionamentos virtuais para esses jovens são um complemento para os reais. “Os relacionamentos virtuais não tendem a substituir os reais, mas, sim, a complementá-los” (NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 54). Os relacionamentos “virtuais”, para esses adolescentes, são tão reais quanto os “reais”. Para eles, sequer faz sentido dizer relacionamentos reais e virtuais. Eles conversam com um colega na escola pela manhã, pelo MSN à tarde, pelo telefone à noite e depois postam mensagens no Orkut. São apenas formas diferentes de se comunicar com os amigos. Dessa forma, internet é tão instrumental como o telefone.

Para os jovens entrevistados o tempo e o espaço tornam-se mais flexíveis. O espaço se torna ilimitado na medida em que podem conversar diariamente com amigos e familiares em outras localidades. Uma das jovens entrevistadas contou que mora em Juiz de Fora para estudar, mas que conversa com os pais pelo MSN todos os dias, o tempo todo que está em casa. Apesar da distância física, o espaço não é mais limitador na medida em que a web ‘aproxima’ localidades e ‘encurta’ distâncias.

Da mesma forma, o tempo também é redimensionado. A velocidade em que eles entram em contato uns com os outros e que têm acesso as mais diversas informações lhes dá a sensação de que o tempo, assim como o espaço, se estreitou (LEMOS, 2006, HARVEY, 1992). Eles podem conversar em tempo real com amigos e familiares em outros locais, desterritorializando, re-significando, redimensionando fronteiras que na era industrial pareciam rígidas e controladoras (LEMOS, 2006).

Para 50% dos jovens da classe A, a internet é sua principal fonte de informação, para 42% é a segunda e para 8% é a terceira. Já para os das classes C e D, a web é a principal fonte de informação para 23%, a segunda para 34,5%, a terceira para 30,5% e a última para 12%. No entanto, entre os entrevistados que disseram ler jornais e revistas on-line, os mais acessados são jornais esportivos como Lance e Globo Esporte, independente da classe social. Informação não significa conteúdo formal como os publicados em jornais, revistas e livros. O conceito de informação é mais amplo. Estar informado é fazer parte de uma dinâmica de rede e ter acesso a qualquer conteúdo em tempo real. Essa possibilidade é conhecimento. Mesmo sem saber disso, os entrevistados parecem entender essa lógica.

Como verificamos no capítulo cinco, ser cidadão no século XXI continua sendo exercer um conjunto de direitos e liberdades políticas, sociais e econômicas. No entanto, o conjunto de direitos não é mais o mesmo. Além dos direitos das três primeiras gerações, exercer cidadania na sociedade contemporânea significa ter direitos de quarta geração, entre eles o direito à comunicação e, sua expressão óbvia, comunicação mediada por computador (SILVEIRA, 2003). Nesse sentido, os sujeitos dessa pesquisa são cidadãos. Eles exercem os direitos civis, relacionados à liberdade pessoal, de pensamento, de religião, de reunião e de liberdade econômica. Os jovens entrevistados se declararam católicos (75%), evangélicos (11,5%), espíritas (5,9%), Testemunha de Jeová (3,8%) ou sem religião (3,8%) e não enfrentam nenhuma perseguição por causa disso, por exemplo. Também exercem direitos da segunda geração que se referem à liberdade política e direitos eleitorais. Dos adolescentes entrevistados, 28 têm idade para votar e 60,7% têm título de eleitor, mas todos têm o direito de tirar o título e votar; se não o fazem é porque não querem. Os direitos de terceira geração também são exercidos pelos sujeitos da pesquisa. Eles estão na escola, nenhum deles está na miséria, sem assistência e coagido e, os que têm mais de 16 anos, podem trabalhar, se quiserem.

Em relação aos direitos de quarta geração, especificamente ao direito a comunicação – direito de reunião, de discussão, de participação e de outros direitos de associação, direito de fazer perguntas, de ser informado, de informar e outros direitos de informação, direito à cultura, direito de escolher e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo (RAMOS, 2005) – os adolescentes que participaram dessa pesquisa também os exercem. A questão que se coloca é a distância entre esse grupo (conectados) e um outro grupo que não tem acesso à informação e à web. “O mundo está se desenvolvendo rapidamente em duas civilizações distintas – aqueles que vivem dentro de portões eletrônicos do ciberespaço e aqueles que vivem do lado de fora deles” (RIFKIN, 2005, p. 11). Os processos humanos são complexos e longe de serem exatos ou acabados. No entanto, parece que no século XXI, os indivíduos se dividirão, de uma forma nunca antes experimentada, entre os que têm acesso ao capital intelectual e os que não têm. “Quando um segmento da população humana já não é mais capaz de se comunicar com o outro no tempo e no espaço, a questão do acesso assume um significado político de proporções históricas” (RIFKIN, 2005, p. 11).

8. Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**. A nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Praxis, 1999.

ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.. *De JK e FHC. A reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. 14. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

BAGÚ, Sérgio. **Marx-Engels: diez conceptos fundamentales**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

BARABÁSI, Albert-László. **Linked. How everything is connected to everything else and what it means for business, science and everyday life**. Nova York: Plume, 2002.

BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S.. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BARROS, A.; DUARTE, J.. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S.. **Investigação qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Economia política, globalização e comunicação. In BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org). **Globalização e Regionalização das Comunicações**. São Paulo: Educ, 1999, p. 73-95.

BORDENAVE, Juan E. Díaz . **O que é participação**. 6. ed., São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Além dos meios e mensagens**. Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

BOVERO, Michelangelo (org). **BOBBIO. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRIGGS, A.; BURKE, P.. **Uma história social da mídia**. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O Longo Caminho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. **A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança**. 2006. 239f. Dissertação (mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação) – Programa de Pós-graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**; vol. 1. Trad. Roneide Venancio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **A Galáxia Internet**. Trad. Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

COUTINHO, Luciano. A Terceira Revolução Industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudanças. **Economia e Sociedade**, v. 1, n.1, p. 69-87, ago. 1992.

CRITÉRIO padrão de classificação econômica – Brasil 2008. RJ: ABEP, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1998.

_____. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Pourparlers**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.

DRUCKER, Peter. **A nova sociedade**. Trad Esmerido Magalhães. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Alternativas metodológicas para a produção científica**. São Paulo: CELACC-ECA/USP, 2006.

FLORENZANO, Modesto. **As revoluções Burguesas**. 7 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: cidadania e informação**. 1995. 218f. Dissertação (mestrado em ciências da comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GIANNOTTI, José Arthur (org). **Karl Marx. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1974.

GOOD, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. São Paulo: Nacional, 1979.

GORZ, André. **O imaterial. Conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Resgatar o capitalismo dos capitalistas e de sua ideologia falsária**, 2009. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15691>

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, Octavio (org). **MARX. Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1979.

JACOBI, Pedro R.. Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. **Ciência e saúde coletiva**, São Paulo, vol 7, n. 3, p. 443-454, 2002.

_____. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol 8, n. 1, p. 31-48, jan-fev, 1999.

JOHNSON, Steven. **Mind wide open. Why you are what what you think**. Londres: Penguin, 2005.

_____. **Emergências: a dinâmica de rede em formigas, cérebros, cidades e softwares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

KURZWEIL, Ray. **The Singularity is near: when human transcend biology**. Nova York: Viking, 2005.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

LEMOS, André. Anjos interativos e retribalização do mundo. Sobre interatividade e interfaces digitais, 1997. Disponível em <
<http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/interac.html> > Acessado em 23/04/08

_____. Ciber-Socialidade: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. In COMPÓS, VI, 1998. **Revista Logos**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

_____. Ciberespaço e tecnologias móveis. Processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura. In Compós, XV, 2006, Bauru. **Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática – Livro da XV Compós**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

LEMOS, A.; MACHADO, A.; MARCONDES FILHO, C. et al. **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massas à ciberculturas**. Rio de Janeiro: Hacker, 2002.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. O futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. **O que é o virtual?**. São Paulo: Editora 34, 1996.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. Formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Loyola, 1990.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

MATTELART, A.; MATTELART, M.. **História das teorias da comunicação**. Trad Luiz Paulo Rouanet. 7. ed.. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MELO, J. M.; SATHLER, L. (orgs). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

MELO, J. M.; GOBBI, M.; SATHLER, L. (orgs). **Mídia Cidadã, utopia brasileira**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MCLUHAN, M.; FIORE, Q.. **Guerra e paz na aldeia global**. Trad. Ivan Pedro de Martins. Rio de Janeiro: Record, 1971.

MILAGRES, F. G.; CATTELAN, R. G.. Exclusão digital: aspectos e desafios, 2003. Disponível em <
<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/27276/26834> > Acessado em 11/11/08

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Sociabilidade virtual. Separando o joio do trigo. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 17, vol 2, p. 50-57, mai/ago 2005.

_____. **Na malha da Rede: os impactos íntimos da Internet**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

ORTIZ, Renato. Um outro território. In BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (org). **Globalização e Regionalização das Comunicações**. São Paulo: Educ, 1999, p. 51-72.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Comunicação nos movimentos populares**. A participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios. RJ: IBGE, 2006.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (orgs). **História da Cidadania**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RAMOS, M.; BAYMA, I.; LUZ, D.. Por políticas democráticas de comunicação, 2001. Disponível em <
www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=133 > Acessado em 20/09/08

REIS, José Carlos. **Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Ática, 1994.

REY, Luís. **Planejar e redigir trabalhos científicos**. São Paulo: Edgard Blücher, 1987.

RIFKIN, Jeremy. **A Era do Acesso**. Trad Maria Lúcia G. L. Rosa. São Paulo: Makron Books, 2001.

SALDANHA, Patrícia Gonçalves. A sociedade atual é formada por: comunidades, associações ou agrupamentos digitais?. In Intercom, XXX, 2007, Santos. Arquivos de eventos. Disponível em : <
<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1406-1.pdf> > Acessado em 23/04/08

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2000.

_____. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2005.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In SILVEIRA, S. A. e CASSINO, J. (org). **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003, p. 17-47.

VEIGA FILHO, João Pimenta da. A universalização da informação. **Ciência & Informação**, Brasília, v.30, n.1, p.7-12, jan./abr. 2001

VIRILIO, Paul. O resto do tempo. In MARTINS, F. M.; SILVA, J. M.. **Para navegar no século XXI**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

WORLD Telecommunication. ICT Indicators Database 2008, 12 ed, Cairo.

Sites consultados:

www.sampa.org

www.cetic.br

www.ibge.gov.br

www.internetworldstats.com

www.akamai.com